



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

ADIELSON CORREIA BOTELHO

**RESISTÊNCIA CAMPONESA ENTRE CHAPADAS, CARRASCOS E MATO NO
BAIXO PARNAÍBA, MARANHÃO**

**FORTALEZA
2017**

ADIELSON CORREIA BOTELHO

RESISTÊNCIA CAMPONESA ENTRE CHAPADAS, CARRASCOS E MATO NO
BAIXO PARNAÍBA, MARANHÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Geografia.

Área de concentração: Dinâmica territorial e ambiental.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Amaro Gomes de Alencar

Fortaleza
2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- B76r Botelho, Adielson Correia.
Resistência camponesa entre chapadas, carrascos e mato no Baixo Parnaíba, Maranhão / Adielson Correia Botelho. – 2017.
158 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2017.
Orientação: Prof. Dr. Francisco Amaro Gomes de Alencar.
1. Resistência Camponesa. 2. Agronegócio. 3. Espaço. 4. Baixo Parnaíba. I. Título.

CDD 910

ADIELSON CORREIA BOTELHO

RESISTÊNCIA CAMPONESA ENTRE CHAPADAS, CARRASCOS E MATO NO
BAIXO PARNAÍBA, MARANHÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós
Graduação em Geografia da Universidade
Federal do Ceará, como requisito parcial para
obtenção do título de mestre em Geografia.

Área de concentração: Dinâmica territorial e
ambiental

Aprovada em ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Francisco Amaro Gomes de Alencar (Orientador)
Programa e Pós Graduação em Geografia/UFC

Prof. Dr. José Levi Furtado Sampaio
Programa de Pós Graduação em Geografia/UFC

Prof. Dr. Sávio José Dias Rodrigues
Departamento do curso de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros/UFMA

Às famílias camponesas do Baixo Parnaíba, em especial, as de Todos os Santos.

AGRADECIMENTOS

Não poderia deixar de iniciar a seção de agradecimentos sem começar pelos meus pais, à minha mãe Maria Ivanilde e ao meu pai Antônio Carlos. Pela dedicação de toda vida; pelo incentivo, carinho, amor, compreensão, ensinamentos e, acima de tudo, pela confiança, este passo é por nós;

Aos meus irmãos: Branca, Lívia, Alielson, pelo incentivo, apoio, confiança, pelo arrimo financeiro em muitos momentos e pelo notebook, aos meus sobrinhos, Bê e Tonho.

Minha namorada Lua, pelo carinho e amor, por reascendermos junto o desejo de ingressar no mestrado e, dessa forma, continuar a vida acadêmica. Pela paciência, confiança, superação e cumplicidade, mesmo à distância enquanto minha estadia em Fortaleza, durante o curso teórico;

Aos meus demais familiares, em especial aos meus avós e ao meu tio Edson Botelho pelo estímulo neste percurso;

Ao meu amigo e orientador, prof. Francisco Amaro Gomes de Alencar, extraordinária figura humana, pesquisador, incentivador. Agradeço pelos ensinamentos, pela dose certa de autonomia, por sua humildade, simplicidade, compreensão, pelo encorajamento, por tranquilizar nos momentos nos de maior aflição nesta caminhada. Fica o meu melhor agradecimento;

À banca pelas sugestões, por excitarem o olhar mais cirúrgico quanto aos desdobramentos desta dissertação, ao prof. Levi pela receptividade, amizade, pela humildade, assim como o prof. Amaro, vocês mostraram que não basta ser competente no que fazem na vida profissional, na universidade, aprendi com vocês nesse curto período o sabor da simplicidade, sensibilidade e disposição para atuar junto aos movimentos sociais; Ao Prof. Sávio Rodrigues, pelo incentivo durante a seleção, pelas sugestões e encorajamento durante o curso e à produção da dissertação;

À Universidade Federal do Ceará e ao Programa de Pós Graduação em Geografia da mesma unidade pela oportunidade;

Aos professores do Programa de Pós Graduação em Geografia e aos de Sociologia, Profa. Linda Gondim e do prof. Jawdat Abu-El-Haj;

Aos amigos da graduação, em especial do meu grupo: Irismar Brito, Zélia Nunes, Jailson Moreira e Fabrício Araújo, por compartilharem comigo, os dilemas, agonias, aflições, cumplicidade, diversão, encorajamento, para exemplo de um para os outros, pela união. E, aos demais que, em algum momento, fizeram parte deste grupo;

Aos meus amigos: Ivo Mascarenhas e família, pelo incentivo, amizade, palavras de confiança, pela “ajuda mais direta”; A Etevaldo Siqueira Júnior, pelo incentivo na inscrição, pela força durante o processo de seleção e curso no mestrado;

Ao meu amigo, orientador e professor Juarez Diniz, meu grande agradecimento e gratidão pela disposição, paciência, incentivo de sempre, pelo exemplo de pessoa e professor, fizestes mais que corrigir o projeto, me passou confiança e vontade, garra e atitude. Valeu *Disgrotá*;

À professora, orientadora (iniciação científica) Maristela de Paula Andrade, pelas palavras de confiança, preocupações, pelo aprendizado, pelos textos, livros, pela experiência e vivência no campo. Em suma, tirar um bom proveito de um “solo pedregoso”;

Ao meu amigo, Juscinaldo Almeida, pelas discursões e sugestões, pela elaboração voluntária dos mapas que compõem esta dissertação;

Aos amigos e colegas de turma de mestrado e doutorado 2015.1, pela convivência e troca de experiências;

Às colegas da Geografia: Alexsandra Rocha e Luana Elis pela presteza e informações acerca da seleção de ingresso no mestrado.

Ao militante chapadinhense conhecido por Chico da Cohab pelo exemplo de lutador, agradeço pela referências e informações e, mais ainda, pela atenção dispendiosa de sempre;

À família do mediador, importantíssimo no transcorrer desta pesquisa. Agradeço pela solidariedade e carinho de me acolheram em sua casa, durante a estadia na sede de Urbano Santos;

Às famílias camponesas de Todos os Santos, em especial, a que me abrigou durante os trabalhos de campo, admiro-os pela resistência de cada dia, pela lição de vida, mesmo em situação extrema, não desistirão de permanecer em seu lugar, seu território, produzindo seu espaço; muito obrigado, de coração, pela receptividade, hospedagem, pelas informações, pelas muitas xícaras de café, de mel e doses de tiquira;

À Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico/FUNCAP, pela concessão da bolsa de mestrado, viabilizando, desta forma, a permanência, durante o curso teórico, em Fortaleza e, principalmente, para o desenvolvimento desta pesquisa;

Aos Cearenses pela recepção, pela convivência durante um longo ano;

Ao Grupo de Estudos Rurais/GERUR, pela inserção no campo que, de uma forma ou de outra resultaram nessa caminhada; agradeço ainda a disponibilidade do

espaço físico; fica também minha gratidão aos professores coordenadores do Grupo, dentre os quais o professor Biné pela disponibilidade do seu gabinete para que eu pudesse terminar de escrever a dissertação. Agradeço também os alunos jurássicos, das roças velha e nova e, pesquisadores, na pessoa do Rafael Gaspar;

À Universidade Federal do Maranhão/UFMA, pelo uso do espaço físico, sobretudo, do acervo da biblioteca;

Malditas sejam todas as cercas!
Malditas todas as propriedades privadas
Que nos privam de viver e de amar!
Malditas sejam todas as leis,
Amanhadas por poucas mãos para
ampararem
Cercas e bois e fazer da terra,
Escrava e escravos os humanos!

(Malditas sejam as cercas. Dom Pedro
Casaldáliga, bispo e poeta do Araguaia).

RESUMO

Essa dissertação apresenta uma reflexão sobre as formas de resistências camponesas ao processo de expropriação dos territórios de usufruto comum ao avanço das plantações de eucalipto no Baixo Parnaíba, no Maranhão. Para desenvolver a pesquisa, fez-se primeiro a revisão de literatura, coleta de dados secundários, vinte e cinco entrevistas semiestruturadas (gravadas ou não) com integrantes de famílias camponesas e mediadores (da Igreja Católica, do Sindicato, de movimentos e entidades da sociedade civil). Para área de estudo, realizou-se duas viagens de campo para município de Urbano Santos que ajudou nos fundamentos empíricos para o estudo. Por último, sistematização e o relatório da pesquisa. Esse estudo demonstrou que os camponeses possuem um sistema muito complexo de manejo dos recursos naturais, apropriado aos ecossistemas locais. Somado ao poder de mobilização social, conseguem se reproduzir, social, moral, cultural e economicamente. Contrariando os desenvolvimentistas, percebeu-se que o avanço dos eucaliptais contribuiu para profundas mudanças do cotidiano das atividades desses camponeses que implica na destruição do seu modo vida e conseqüentemente são obrigados a vender suas terras e sua força de trabalho para empresas ou irão residir nas periferias das cidades.

Palavras-chave: Resistência Camponesa. Agronegócio. Espaço. Baixo Parnaíba.

ABSTRACT

This dissertation presents a reflection on the forms of peasant resistance to the expropriation of usufruct territories common to the advance of eucalyptus plantations in Baixo Parnaíba, Maranhão. In order to develop the research, literature review, secondary data collection, twenty-five semi-structured interviews (recorded or not) with members of peasant families and mediators (from the Catholic Church, the Union, movements and entities of civil society). For study area, two field trips were carried out to Urbano Santos city, which helped in the empirical foundations for the study. Finally, systematization and the research report. This study demonstrated that peasants have a very complex management system of natural resource, appropriate to local ecosystems. Added to the power of social mobilization, they can reproduce socially, morally, culturally and economically. Contrary to the developmentalists, it was noticed that the advance of the eucalyptus contributed to deep changes in the daily activities of these peasants that implies the destruction of their way of life and consequently they are forced to sell their lands and their work force to companies or they will reside in the peripheries of cities.

Keywords: Peasant Resistance. Space. Low Parnaíba.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização dos povoados pesquisados durante o levantamento dos Conflitos Socioambientais no Baixo Parnaíba em 2011	20
Mapa 2 - Municípios produtores de cana-de-açúcar no Maranhão	26
Mapa 3 - Municípios produtores de Soja no Maranhão	28
Mapa 4 - Municípios produtores de eucalipto no Maranhão (2015)	32
Mapa 5 - Localização do povoado Todos os Santos	43
Mapa 6 - Correntes migratórias no Maranhão	46
Mapa 7 - Localização das propriedades com plantios de eucalipto no Baixo Parnaíba	123

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Distribuição de cultivos e extração no Maranhão	55
Figura 2 - Diagrama 01 – Etapas da implantação das roças	81
Figura 3 - Calendário agrícola bianual do Baixo Parnaíba	84
Figura 4 - Mosaico 01 – Quintal; canteiro suspenso com plantação de cebola de folha; palmar com diversas espécies de árvores frutíferas; poço e casinha de forno de bolo	89
Figura 5 - Diagrama 02 – Etapas do processo de fabricação da Farinha	93
Figura 6 - Fluxograma 01 – Produção de tiquira	97
Figura 7 - Mosaico 02 – Beijus armazenados para o processo de boloração; apetrecho do alambique; forno de barro e garrafas de tiquira na Casa das Trulhas em São Luís	99
Figura 8 - Mosaico 03 – Bacurizeiro em meio à Chapada; e o bacuri em exposição	105
Figura 9 - Mosaico 04 – Pequena criação de animais: o gado preso e os porcos no chiqueiro seco	112
Figura 10 - Curtiço de abelhas no povoado Todos os Santos em Urbano Santos	126
Figura 11 - Mosaico 05 – Toras de eucalipto, matéria-prima do carvão, à espera de transporte para os fornos, percebe-se, ao fundo, da foto, dois estágios distintos do campo de eucalipto, além da tora serrada, um plantio “jovem e outro mais antigo” e; Baterias de forno para a produção de carvão vegetal nas proximidades do povoado Todos os Santos, lugar conhecido por Fazenda Todos os Santos	129
Figura 12 - Mosaico 07 – Antiga área da lagoa do Angelim e; leito seco do rio Chibél, ambas em Todos os Santos	132

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Quantidade produzida da extração vegetal de produto extrativo (1990 a 2015) em Urbano Santos/MA	33
Gráfico 2 - Área plantada e quantidade produzida da produção da mandioca no município de Urbano Santos /MA (1990-2015)	100

LISTA DE QUADRO

Quadro 1 - Confeção do artesanato	135
---	-----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de estabelecimentos agropecuários por condição dos produtores no Maranhão (1980/2006)	35
Tabela 2 - Número de estabelecimentos agropecuários e número de cabeças de bovinos por agricultura familiar e não familiar em Urbano Santos (2006)	110
Tabela 3 - Número de estabelecimentos de grupos de Silvicultura e exploração florestal e condição legal das terras no município de Urbano Santos	122

LISTA DE SIGLAS

CCN – Centro de Cultura Negra

CEDEPRODC – Promoções dos Direitos da Cidadania

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

CPT – Comissão Pastoral da Terra

DESOC – Departamento de Ciências Sociais

EFC – Estrada de Ferro Carajás

EIA/RIMA – Estudos e Impactos Ambientais e Relatórios de Impactos Ambientais

FDVBPM – fórum em defesa da vida do baixo Parnaíba maranhense

FDVBPM – Fórum em defesa da Vida do Baixo Parnaíba Maranhense

FINAN – Fundo de Investimento da Amazônia

FINOR – Fundo de Investimentos do Nordeste

FUNCAP – Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico

GERUR – Grupo de Estudos Rurais e Urbano

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e reforma Agrária

ITERMA – instituto de Colonização e Terras do Maranhão

MARFLORA – Maranhão Reflorestadora

MARGUSA – Maranhão Gusa

MPF – Ministério Público Federal

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

ONG – organização Não-Governamental

PAM – Produção Agrícola Municipal

PGC – Programa do Grande Carajás

PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PIN – Plano de Integração Nacional

PPGGEO – Programa de Pós Graduação em Geografia

PPGGEOGRAFIA – Programa de Pós Graduação em Geografia

SEMA – Secretaria de Estado do Meio ambiente e Recursos Naturais

Sidra – Sistema IBGE de Recuperação Automática

SMDH – Sociedade Maranhense de Direitos Humanos

SMDH – Sociedade Maranhense de Direitos Humanos

STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadores Rurais

UFC – Universidade Federal do Ceará

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

SUMÁRIO

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	17
1.1 Trajetórias e definição do tema	17
1.2 A relevância do tema	23
2. A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO MARANHÃO	44
2.1 Das invasões às ocupações do território maranhense	44
2.2 Da França equinocial à industrialização do Maranhão	52
2.3 Sobre a fronteira e as frentes de expansão: alcances, encontros e tensões	60
3. A RESISTÊNCIA CAMPONESA E PRODUÇÃO DOS ESPAÇOS ENTRE CHAPADA, MATO E CARRASCO	69
3.1 Camponês	69
3.2 A condição camponesa no povoado Todos os Santos: o calendário agrícola e as roças nos matos de trabalho	78
3.3 A farinhada como estratégia de manutenção da condição camponesa em Todos os Santos	90
3.4 A chapada era, ao mesmo tempo, de ninguém e de todo mundo, era uma terra coletiva, costumeira e indivisa	103
4 O EUCALIPTO: “VEM DE LÁ PRA CÁ DESTRUINDO A VEGETAÇÃO, TODA A VEGETAÇÃO DESMANCHADA EM CARVÃO”	116
4.1 O carrasco na chapada	116
4.2 A devastação dos recursos florestais: “o eucalipto acabou com toda a natureza, acabou com a natureza que servia de um tudo enquanto”	127
4.3 As lutas camponesas pela manutenção na terra: uma rebrotação de esperanças entre chapada, carrasco e mato no Baixo Parnaíba	136
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	140
REFERÊNCIAS	142
APÊNDICE	152
ANEXOS	156

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

(...)
 Correndo pelo cerrado
 Nas veredas do sertão,
 Ouvindo o canto dos pássaros
 Nas brumas do coração
 Nas águas da mocidade
 Compondo esta canção.

(...)
 Tem muitos rios e riachos
 Com água limpa e bonita
 Tem terra pra se plantar
 Tem mungunzá e canjica
 Tem toda biodiversidade
 Aqui, portanto, descrita.

(...)
 Tem defesa e resistência
 Tem povo trabalhador
 Tem embates e vitórias
 Tem canto de agricultor
 Tem muitas coisas aqui
 Pra quem quer ser sonhador.

(**A Lira das chapadas.** José Antonio Basto, poeta e militante)

1.1 Trajetórias e definição do tema

A escolha deste tema tem origens, primeiro, na minha história de vida, uma vez que minha família tem raízes camponesas. Meu pai lavrador, minha mãe quebradeira de coco babaçu. Embora, na minha gestação, a família (pai, mãe e irmãos) tenha se *desterritorializado* com a migração para a área urbana de Viana, interior do Maranhão, posteriormente, para São Luís. No entanto, o sangue camponês ainda corre pelas minhas veias, e o desejo de *reterritorialização*, espiritualmente, se sacia, com as pesquisas voltadas ao campesinato maranhense. Depois, por amor, pelas convicções políticas, filosóficas e teóricas das questões agrárias.

Segundo, o contato com a região Leste Maranhense através de três pesquisas desenvolvidas pelo Grupo de Estudos Rurais e urbanos (GERUR), no âmbito dos projetos de Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). A primeira pesquisa ocorreu em 2010 com o projeto “Campesinato e Crise Ecológica - impactos sociais da sojicultura para segmentos camponeses no Leste Maranhense”. A segunda em 2011 pelo “Levantamento dos Conflitos Socioambientais no Baixo Parnaíba Maranhense”. A terceira em 2013, com o projeto “Crise Ecológica e campesinato avanço do agronegócio no Leste Maranhense e seus impactos sobre a pequena agricultura”, nos municípios de São Benedito do Rio Preto, Duque Bacelar e Coelho Neto.

As atividades referentes ao primeiro projeto tiveram como objetivos levantar informações preliminares relativas à existência de conflitos entre camponeses, empresas e/ou agentes particulares interessados na terra; coletar informações sobre a existência de movimentos ou entidades de classe envolvidas no processo de resistência ao avanço dos mesmos, os trabalhos foram realizados nas sedes dos municípios (Duque Bacelar e Coelho Neto). Esse projeto de investigação foi importante porque comecei o meu processo de formação como pesquisador.

A segunda pesquisa, sob a coordenação da Prof^a Dr^a. Maristela de Paula Andrade e pelo prof. Dr. Benedito Souza Filho (DESOC/UFMA), nos municípios de Santa Quitéria do Maranhão, Urbano Santos e Mata Roma (mapa 1), respectivamente, para a realização do levantamento, foram indicados *povoados* e *comunidades*¹ reconhecidos pelo FDVBPM, pelos sindicatos de trabalhadores rurais e sindicatos de trabalhadores na agricultura familiar, assim como pelos moradores dos *povoados* alcançados pela pesquisa (elaborado junto às entidades da sociedade civil organizada e lideranças locais envolvidas na pesquisa).

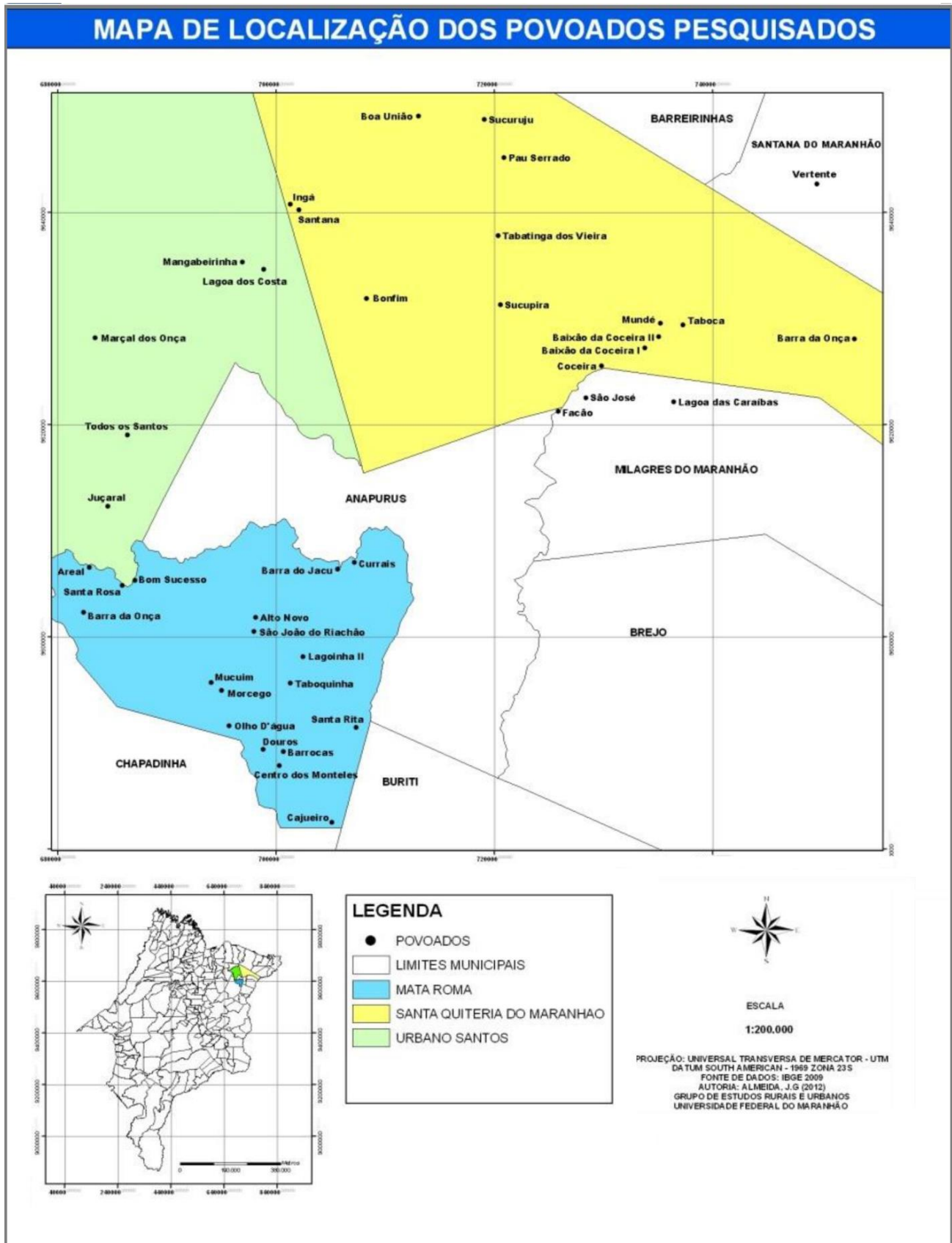
¹ O termo *povoado* será utilizado para indicar a unidade territorial, delimitada por fronteiras consensualmente acatadas por seus moradores e reconhecida pelos vizinhos, onde estão situadas as moradias e demais edificações (casas de forno, casas de festa, igrejas, escolas, estabelecimentos comerciais, postos de saúde, quando existentes, e outros) e as áreas de trabalho. Em algumas situações, as áreas de trabalho das famílias de um *povoado* podem se encontrar em outras localidades. Serão grafados em itálico, termos nativos, como *povoado*, *chapadas* e outros ou de utilização genérica, como *gaúchos* e outros. Também serão grafados em itálico em expressões como *comunidades tradicionais*, *quilombolas* e outras, que representam conceitos referidos a categorias jurídicas (Paula Andrade, 2012).

Outro momento importante nesta caminhada foi o levantamento da situação dos trabalhadores *atingidos*² pelas ações da Suzano Papel & Celulose (e subsidiárias) e produtores migrantes do Centro-Sul denominados, genericamente, por *Gaúchos*³, envolvidos no agronegócio da soja. O estudo solicitado e apoiado pelas entidades: Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH), Fórum em Defesa da Vida e do Baixo Parnaíba (FDVBP), Centro de Defesa e Promoções dos Direitos da Cidadania (CEDEPRODC) e lideranças locais dos povoados nos municípios citados.

² Isto é, que perderam ou estão em vistas de perder suas territorialidades de referência, os memoriais descritivos dos decretos de desapropriação por utilidade pública funcionam como fonte, bem como os dados arrolados pelos movimentos sociais respectivos (ALMEIDA, 2004).

³ Denominação dada ao migrante do Centro-Sul do país (sulista), pelos maranhenses do Sul e Leste do estado (MA). Para melhor entendimento ler o terceiro capítulo, “Os Gaúchos” (p. 71-102), da dissertação de mestrado de Rafael Bezerra Gaspar, intitulada “O eldorado dos *gaúchos*”.

Mapa 1 – Localização dos povoados pesquisados durante o levantamento dos Conflitos Socioambientais no Baixo Parnaíba em 2011.



Fonte: Grupo de Estudos Rurais e Urbanos (2012).

Além dos contatos e dos laços de confiança construídos com as famílias durante os três anos de investigação, as viagens por esses povoados serviram também para dar uma visão geral da situação das famílias da região do leste do Maranhão. Estes trabalhos de campos foram fundamentais para que eu escolhesse esse território como universo empírico das minhas investigações, especialmente, em março de 2011, quando da segunda etapa do levantamento, em Urbano Santos, no povoado Todos os Santos. Pois ali encontrei situações limites, com a extinção completa do rio Chibél, que servia o povoado, bem como as implicações deste relacionadas a outras atividades econômicas, principalmente a agricultura, e as demais: caça, pesca, coleta de frutos e extração vegetais.

Para o trabalho de conclusão de curso de graduação em Geografia, realizei entre os dias 28 de julho a 02 agosto de 2012, foi no povoado Todos dos Santos, localizado em Urbano Santos, como *lócus* empírico, que busquei compreender as repercussões socioambientais. Realizei entrevistas com lideranças comunitárias, registros fotográficos de elementos importantes para a pesquisa, além de tentar no exercício da observação participante no sentido em que se vem praticando, por exemplo, na Antropologia desde Malinowski (1989).

Iniciei o curso de Mestrado (PPGGEOGRAFIA/UFC), em agosto de 2015, continuei à minha formação acadêmica nos estudos da modernização da agricultura, campesinato e as diversas situações de conflitos socioambientais resultantes da expansão dos eucaliptais no Leste Maranhense. Nas discussões no mestrado o objeto de pesquisa foi se delimitando, através de uma ótica marxista (LEFEBVRE, 1966); (PERROUX, 1961); história do espaço produtivo (MARX, 1963); produto social (SOJA, 1993); produto da sociedade (SANTOS, 2001).

Em 2016, voltei á região em decorrência da aula de campo da disciplina “Tópicos Especiais⁴”, oferecida pelo Departamento de Geografia da UFC, que aconteceu entre os dias 13 e 19 de junho daquele ano em municípios do Ceará, Piauí e Maranhão, dentre os quais Santa Quitéria do Maranhão, Chapadinha, Urbano Santos e Coelho Neto, que fazem parte do Baixo Parnaíba. Nesta etapa, aproveitei para ouvi depoimento de moradores sobre os movimentos de resistência das áreas em conflitos, seja por empresas de produção florestal e, também dos *Gaúchos*.

⁴ Ministrada pelos Professores: Francisco Amaro Gomes de Alencar e José Lavi Furtado Sampaio.

No decorrer as disciplinas do Curso de Mestrado as discussões do tema proposto nas que cursei durante os dois primeiros semestres do curso, especialmente: “Espaço, território, passagem, região”, ajudou a redefinir o espaço (como produção social) como categoria protagonista a ser trabalhada durante a pesquisa. Enquanto o território, na perspectiva de Haesbaert (2011) dos chamados (territórios alternativos).

Os vários estudos a cerca das transformações no cerrado, ocasionados pelos impactos socioambientais decorrentes da expansão contemporânea de atividades relacionadas ao agronegócio na região do chamado Baixo Parnaíba, na mesorregião Leste Maranhense, (PAULA ANDRADE, 1995a; 1995b, SOUZA FILHO, 2008, CARNEIRO, 2008; GASPAR, 2010), (MORAES e COSTA, 1984) ligado ao modo de produção, baseada na pequena agricultura em confronto com a privatização dos espaços vitais aos grupos camponeses da região.

Baseado nisso senti-me instigado com um questionamento: quais as implicações provocadas no espaço agrário do Baixo Parnaíba frente à lógica capitalista do agronegócio do eucalipto? A partir de então, decidi estudar as transformações diante do açambarcamento de terras, especialmente das *chapadas*⁵ e, outros ambientes a ele relacionados, como *carrascos*, *matos*, *capões*, *baixões*, promovidas pelas empresas produtores de eucalipto (MARGUSA e Suzano Papel e Celulose). Procurei compreender as relações entre a apropriação cotidiana desses ambientes e em que dimensões são importantes para a resistência dos grupos camponeses locais, alcançando suas repercussões na economia da pequena agricultura.

Para além, da opção por esta temática envolvendo aspectos que afetavam diretamente os camponeses, não quero atender, somente, as exigências de um estudo acadêmico. Penso que um estudo dessa natureza deve, também, ter um compromisso social, denunciar situações que desestruturam segmentos camponeses na atual conjuntura agrária maranhense.

Também priorizei seguir com algum tema vinculado, relativamente, à tendência de interesse acadêmico recorrente entre alguns dos professores que me orientaram no decorrer de minha trajetória na Geografia da graduação na

⁵ Segundo Paula Andrade (2011) As chapadas são formações florestais típicas do cerrado onde os camponeses exercem atividades de caça, extração de mel, de plantas medicinais, de materiais para a construção de casas e, sobretudo, de criação de animais.

Universidade Federal do Maranhão/UFMA, na Antropologia no Grupo de Estudos Rurais, Urbanos/GERUR/UFMA, e na Pós Graduação na Universidade Federal do Ceará/UFC, que tem privilegiado os estudos focados na história da formação do campesinato maranhense e nas lutas sociais, nas suas transformações no decorrer dos últimos trinta anos, assim como nas formas de resistência camponesa.

1.2 A relevância do tema

Ao longo do século XX, o campo brasileiro, passou por amplas e diferentes transformações que tem como um dos objetivos o desenvolvimento econômico de acordo com as exigências do mercado capitalista globalizado. O fluxo de capital, nacional e estrangeiro, injetado no agronegócio por agentes e empresas privadas em consonância com o Estado brasileiro possibilitou uma rápida difusão da agricultura moderna a partir do Centro-Sul brasileiro até as áreas periféricas, ao longo do cinturão da fronteira agrícola, que envolve a Amazônia e o Cerrado das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Aliado a isso, o reforço da política de apoio à exportação agrícolas da soja, algodão, carne entre outros produtos agrícola pelo governo brasileiro e, pelo boom da economia chinesa, que funcionou, segundo Acioly et al. (2011), como o principal indutor externo da expansão da produção agropecuária. Assim, conforme Carneiro (2013) a intensificação desse processo se deu a partir de 1995, com o crescimento da demanda global por *commodities* agrícolas e a consequente expansão dos interesses empresariais e do mercado de terras.

Para Carneiro (2013) o primeiro momento pode ser caracterizado pela importância e posterior declínio da política de incentivos fiscais (FINAN, FINOR) e pela política de créditos agrícolas e da grande disponibilidade de terras nos chamados “vazios econômicos”. Trata-se de um momento de valorização da grande propriedade fundiária, através de políticas conservadora da agricultura (SILVA, 1981).

Desta forma, o avanço da agricultura capitalista em áreas, cujo predomínio da agricultura se dá por práticas tradicionais camponesas, tem ocasionado mudanças socioeconômicas e culturais diversificadas em ritmos cada

vez mais velozes no campo, tal como tem sido observado com o avanço do agronegócio em várias regiões do país (CARNEIRO, 2013).

Diante desse quadro, o cerrado brasileiro com sua rica biodiversidade e cultura, tem se transformado numa área de expansão desses grandes latifúndios produtivos. Avalia-se que 70% da área já estejam ocupadas por esse tipo de empresa, seja por cultivo de grãos, algodão ou de monoculturas de plantação de madeira de eucalipto e pinus (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 250).

No Maranhão a situação não é diferente, o capitalismo invadiu o campo nas décadas de 1970/1980, através da Lei nº 2.979 de 1969⁶ ou como ficou mais conhecida, a Lei de Terras Sarney. A letra da lei dizia, claramente, que apenas empresas com sociedade anônima podiam adquirir terras devolutas do Estado, sem licitação, podendo requerer cada um até 3.000 hectares. Permitiu desta maneira, a ação deliberada dos grileiros, resultando na expulsão dos posseiros.

O Baixo Parnaíba tem sofrido mudanças econômicas, sociais e culturais as mais diversas e intensas devido ao estabelecimento dos grandes empreendimentos da silvicultura moderna são representados na região pelas empresas MARGUSA, MARFLORA e Suzano Papel & Celulose desde a década de 1980. De acordo com Rodrigues (2016) a inserção do Estado na economia globalizada, sobretudo, com a instalação de grandes projetos agropecuários e minero-siderúrgicos das últimas décadas tem se dado dentro desse contexto de especialização e de desigualdade. Esses projetos de integração à economia mundial a partir da exportação de *commodities* produzidas a preços baixos e com uma série de isenções patrocinadas pelos governos municipais, estadual e federal no Maranhão.

Embora o enfoque espacial do estudo seja o Baixo Parnaíba, é preciso atentar para a mesorregião Leste Maranhense, uma vez que a mesma se apresenta como o “eldorado do agronegócio” (MASSEY; FERGUSON, 2012; OLIVEIRA, 2015), em decorrência da proximidade geográfica a portos de grande movimentação, como o de Itaqui, em São Luís, distante 300 km de Chapadinha. Tal proximidade do ponto de escoamento para outros países apresentou se como grande vantagem, em termos de custos e logística, já que o outro polo *graneleiro* do estado, localizado no

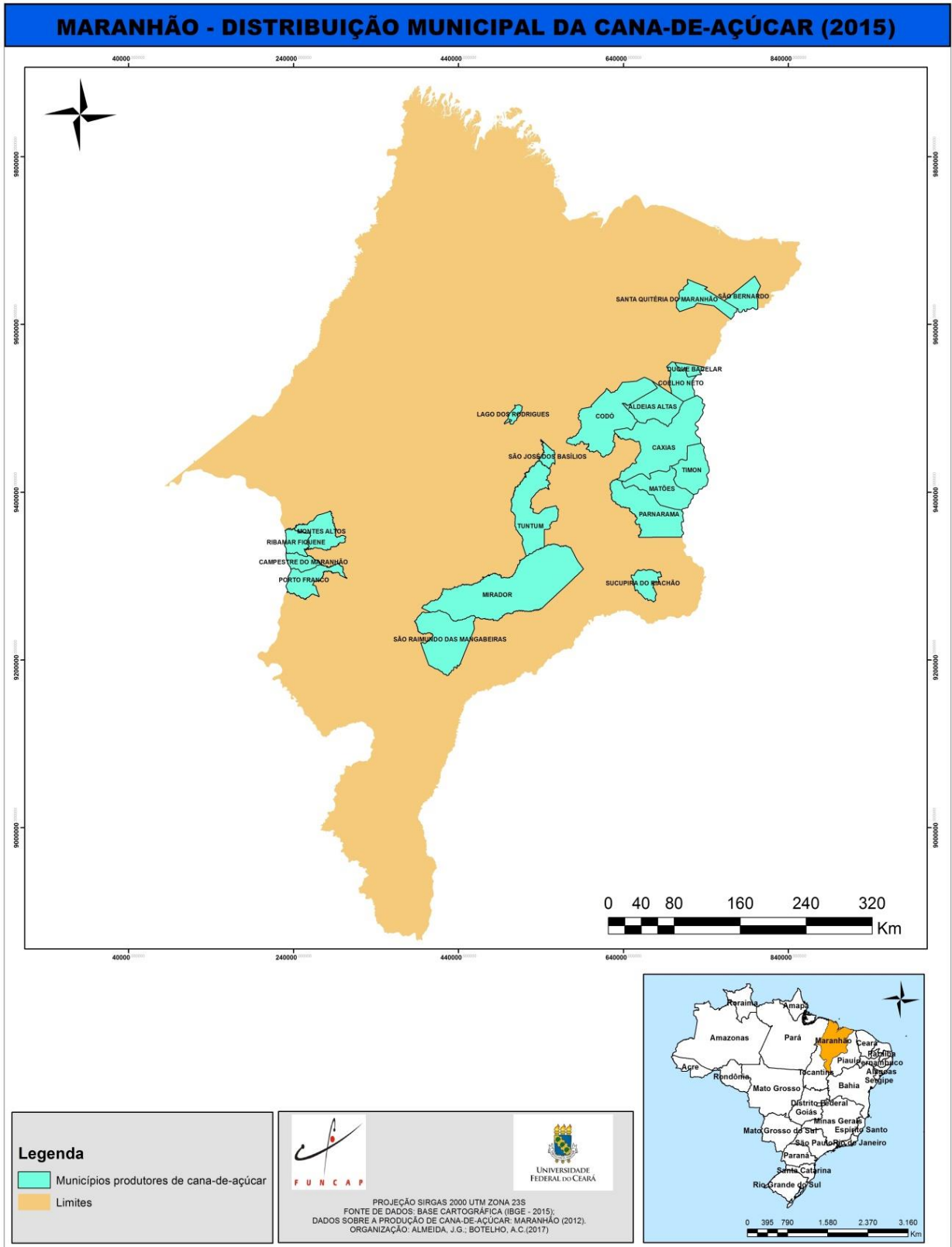
⁶ O Art. 14, *caput*, da Lei 2.979/69: “Não serão alienadas nem concedidas terras a quem for proprietário rural no Estado, cuja área ou áreas de sua posse ou domínio não sejam devidamente utilizadas com explorações de natureza agropecuária, extrativa ou industrial.” (PEDROSA, s/a, p. 19).

Sul Maranhense, e cuja cidade principal é Balsas, encontra-se a 800 km daquele porto (GASPAR, 2014).

Além da produção *graneleira* e da silvicultura de eucalipto, cabe ressaltar que, a mesorregião Leste Maranhense é, atualmente, palco de outras modalidades do agronegócio como o sucroalcooleiro, que começou em 1990, com a produção da cana-de-açúcar. Em 2015, segundo dados da Produção Agrícola Municipal (PAM) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Maranhão produziu 3.124.141 toneladas de cana-de-açúcar, dentre os municípios com maior destaque, estão Campestre do Maranhão com 408.089, Coelho Neto 341.400, São Raimundo das Mangabeiras 1.220.590, Tuntum 68.800, Montes Altos 39.425, Codó 79.200, Caxias 175.131 e, apesar de não estar entre os maiores produtores, Urbano Santos aparece com 784 toneladas produzidas, o estado possui 47.685 hectares de área plantada.

Para Cuenca e Mandarinó (2007) o cultivo da cana-de-açúcar, embora distribuída pelo território maranhense (ver mapa 2), tem sua produção marcante nas Microrregiões Sul e Leste do estado, com forte presença nos municípios de São Raimundo das Mangabeiras, Porto Franco e Coelho Neto. O solo, propício à agricultura, associado ao clima favorável para o cultivo de cana-de-açúcar, faz do Maranhão um estado com potencial à cadeia produtiva do açúcar e do álcool, com altos índices de produtividade. Segundo o levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) para a safra 2015/16, o Maranhão deve colher 2.689,6 mil toneladas de cana-de-açúcar e produzir 194,4 milhões de litros de etanol. Um aumento de 8,3% em relação à safra 2014/15. A área plantada no estado apresenta expansão de 4,2% neste levantamento, aumento de 1,6 mil hectares frente à safra passada. (MARANHÃO, 2016).

Mapa 2 – Municípios produtores de cana-de-açúcar no Maranhão.



Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal. Organização: Juscinaldo Góis Almeida e Adielson Correia Botelho (2017).

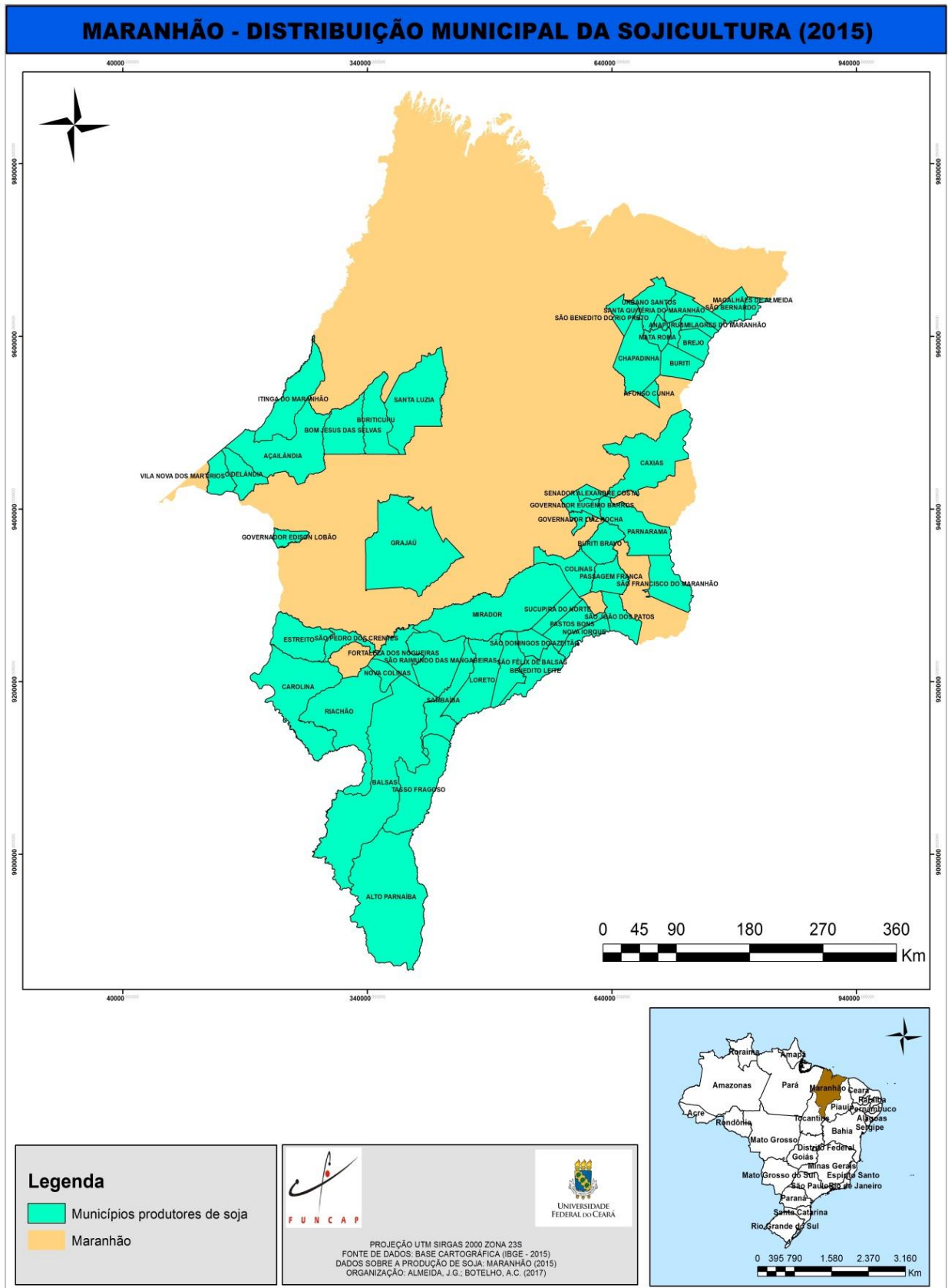
No início dos anos 2000, o Leste Maranhense tornou-se o segundo polo da agricultura graneleira de bases empresariais no Maranhão com a concentração nas microrregiões de Chapadinha e do Baixo Parnaíba Maranhense. Os municípios atingidos diretamente pelas áreas de plantio são Anapurus, Brejo, Buriti de Inácia Vaz, Chapadinha, Mata Roma e Milagres do Maranhão (microrregião de Chapadinha) e Magalhães de Almeida (microrregião do Baixo Parnaíba Maranhense), com crescente produção de grãos, principalmente, dos plantios de arroz, milho, milhete e, sobretudo, da soja. (HOLANDA, 2008, p.13).

Inicialmente essa expansão no cerrado maranhense se deu mais na região de Balsas, sul do estado, a partir da década de 1970. O desenvolvimento da produção sojícola no Maranhão remonta a algumas ações desenvolvidas pela Companhia Vale do Rio Doce no início dos anos 1990. Nesse período, a empresa lança o Programa do Corredor de Exportação Norte. O principal objetivo do programa era o desenvolvimento econômico e social das regiões sul do Maranhão, sudoeste do Piauí e nordeste do Tocantins (CARNEIRO, 2013, p. 63).

A aceleração da produção da soja no Leste Maranhense aconteceu no final dos anos 1990, favorecida pela vinculação de certas condições que, em termos gerais, foram a facilidade de compra de terras a preços irrisórios, proximidade ao porto do Itaqui, em São Luís, através das rodovias federais BR's 222 e 135 para escoamento da produção a ser exportada. A cultura agrícola da soja para essa região representa 10% de toda a produção desse grão no Maranhão, o que fez com que desponte nos meios de comunicação como uma das mais novas *fronteiras agrícolas* do monocultivo no país, sendo representado como o *eldorado* dos chamados *gaúchos* (CARNEIRO, 2008; GASPAR, 2010).

No Maranhão, em 2015, segundo dados da Produção Agrícola Municipal/IBGE, a soja ocupa área de 761.225 de hectares em quase todas as regiões do estado (mapa 03), com mais de 2.099.507 toneladas produzida no ano. Os principais municípios produtores de soja no estado são: Balsas (501.668), Tasso Fragoso (436.070), Sambaíba (152.930), Riachão (129.330), Alto Parnaíba (125.177). Apesar de não estar entre os maiores produtores Urbano Santos produz 2.835 tonelada, em uma área de 1.350 hectares.

Mapa 3 – Municípios produtores de Soja no Maranhão.



Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal. Organização: Juscinaldo Góis Almeida e Adielson Correia Botelho (2017).

Com a ampliação da lavoura da soja na região, fim da década de 1990, esse padrão de obtenção de terras e “expulsão” das famílias camponesas para as cidades não foi alterado. Pelo contrário, devido às atividades envolvidas na lavoura da soja, como a pulverização dos campos de plantio e a derrubada das áreas de mata, através do chamado “correntão”, esse padrão foi intensificado através da inserção de novos tipos de conflito (CARNEIRO, 2009). Esse quadro levou à incorporação de extenso estoque de terras ao patrimônio de agentes econômicos que passaram a atuar na produção de grãos na região (PAULA ANDRADE, 1995; SHIRAISHI NETO, 1995).

Quando a lavoura da soja ganha impulso no Baixo Parnaíba Maranhense, especialmente na microrregião de Chapadinha, outros projetos agroindustriais já haviam penetrado naquela região, como a produção de eucalipto para a obtenção de matéria-prima para a fabricação de celulose e carvão vegetal, realizada nos municípios de Urbano Santos e Belágua (CARNEIRO, 2008).

Os principais envolvidos na aquisição de terras para a produção da soja no Maranhão são oriundos da região sul do país, e se estabelecem nos municípios da microrregião de Chapadinha, são identificados, localmente, como *gaúchos* e, também, se autodefinem com essa terminologia (GASPAR 2010).

O avanço do agronegócio da soja, nas áreas de *chapada* provoca pressões sobre os camponeses da região, sobretudo na sua economia. Tendo em vista que a economia desses camponeses é fruto de uma articulação entre a atividade agrícola, o extrativismo e a pequena criação de animais. Outra discussão a cerca da produção da soja no Maranhão, conforme Marcelo Carneiro (2013) em período mais recente, levantamento do Ministério Público Estadual e do IBAMA mostram que a expansão da sojicultura no cerrado, localizadas no sul e Leste Maranhense, vem sendo feita á revelia da legislação ambiental como descumprimento das obrigações referentes ao averbamento da área de reserva legal, da manutenção das Áreas de Proteção Permanente (APP) e das espécies florestais protegidas por lei.

Se a década de 1970 foi fundamental para um esboço do uso da terra rumo à pecuária empresarial, as de 1980 e 1990 foram dominadas pela chegada e avanço da soja e, também, da silvicultura de eucalipto em escala industrial. Nesse período surge Programa do Grande Carajás/PGC, cujo objetivo era o

desenvolvimento econômico e social de regiões do Maranhão, Piauí e Tocantins. Tal atividade econômica, para Carneiro (2013) foi planejada para o fomento e expansão na chamada área de influência da Estrada de Ferro Carajás (EFC) é do plantio em larga escala de eucalipto.

De acordo com Carneiro (2013), no caso maranhense, o Projeto Grande Carajás, significou o fomento à expansão, além da sojicultura, dos plantios de eucalipto para o abastecimento da produção siderúrgica, cujos principais efeitos serão o aquecimento do mercado de terras e processos de expropriação camponesa. Para o mesmo autor, o desenvolvimento inicial da silvicultura de eucalipto no Maranhão estava:

Presente no planejamento governamental para a região desde os primeiros documentos do Programa Grande Carajás, o desenvolvimento do plantio de eucalipto ganhou força com os lançamentos pela Vale, no ano de 1990, do Programa de Polos Florestais, que previa o reflorestamento ou plantio, num prazo inicial de dez anos, de um milhão de hectares de espécies florestais do gênero *eucalyptus*, em fazendas localizadas preferencialmente na segunda parte (trechos entre Açailândia e Santa Inês) da área de influência da Estrada de ferro Carajás (CARNEIRO, 2013, p. 53).

Cabe ressaltar que, até o final dos anos 1980, a produção de ferro gusa a carvão vegetal concentrou-se quase que exclusivamente no estado de Minas Gerais, foi somente na década seguinte que foram fundadas as primeiras unidades fabris na Amazônia oriental, localizadas nos municípios de Açailândia/MA e Marabá/PA (CARNEIRO 2013). No entanto, em algumas áreas do Maranhão já havia plantações da espécie na região de Urbano Santos.

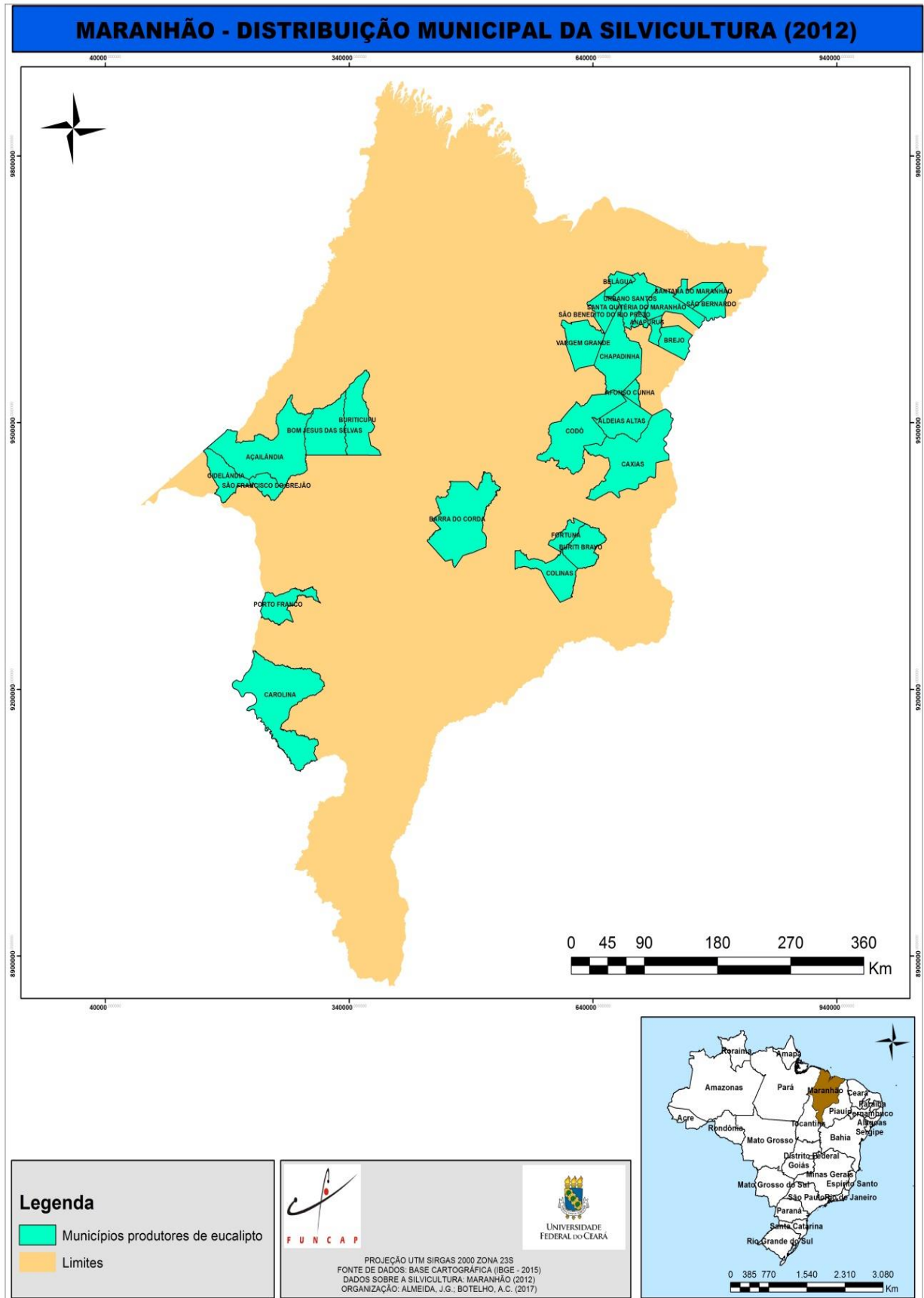
O Maranhão se destaca, enquanto “plataforma de exportação” de *commodities* agrícolas com a expansão da soja, cana-de-açúcar e florestais, o incremento dos plantios de eucalipto para o abastecimento da produção de ferro gusa e, mais recentemente, para o suprimento de duas unidades industriais de produção de celulose e para uma unidade de produção de pellets de madeira anunciadas pelo grupo Suzano de Papel e Celulose (CARNEIRO, 2013, p. 23).

O resultado desses projetos governamental para Mesquita (2011) é uma avalanche de produtores “modernos” em segmentos do campo maranhense, com destaque para o plantio, em grande escala de soja e do eucalipto, voltados para atender a uma demanda internacional por *commodities* (grãos e minérios – oriundo

de açarias no oeste do estado, cujo combustível, utilizado para a operação é o eucalipto -, celulose) induzida, sobretudo, pelo forte crescimento da China nos últimos 20 anos.

Desde então, a silvicultura vem se expandindo, em 2014, havia 207.448 hectares de área plantada, no ano seguinte, segundo dados do IBGE e ABRAF, essa área cresceu para 214.094 hectares em 48 municípios maranhenses produzem eucalipto, alguns em pequenas escala, a exemplo de Nova Iorque, com 5 hectares, enquanto que, em Grajaú (45.059), Açailândia (35.296), Barra do Corda (23.390), São Pedro da Água Branca (12.288), Urbano Santos (9.432) se destacam como os cinco maiores áreas plantadas por hectares (mapa 4).

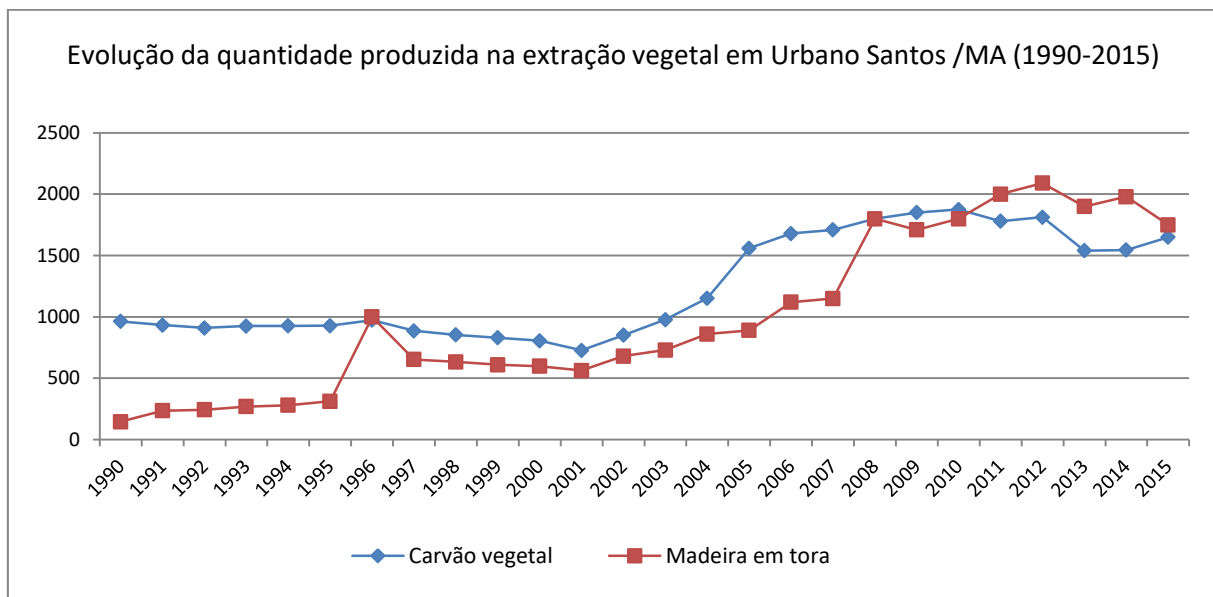
Mapa 4 – Municípios produtores de eucalipto no Maranhão (2015)



Fonte: SEMA, ABRAF. Organização: Juscinaldo Góis Almeida e Adielson Correia Botelho (2017).

Levando em consideração os dois principais produtos da silvicultura de eucalipto, tora em madeira e carvão vegetal, produzidos em Urbano Santos, entre os anos de 1990 e 2015 aconteceram alguns momentos de declínio, principalmente no período de 1997 e 2001. No entanto, no ano seguinte, 2002, o crescimento até 2008, foi eminente, com uma leve freada, especialmente com a produção de madeira em tora, em decorrência da crise mundial daquele ano (ver gráfico 1).

Gráfico 1 – Produção da extração vegetal Urbano Santos/MA, 1990 a 2015.



Fonte: IBGE – Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura.

A repercussão desse conjunto de projeto desenvolvimentista (silvicultura empresarial), produção sucroalcooleira e soja verificou que elas apresentam transformações semelhantes para a estrutura fundiária e o mercado de trabalho agrícola, pois fazem uso predatório dos recursos naturais, promovem a concentração fundiária, e produzem empregos de baixa qualidade (CARNEIRO, 2013).

Mesquita (2011) a análise relativa às transformações recentes ocasionadas pelo movimento de expansão e contração das culturas alimentares, destacando-se o arroz, mostra que os alimentos, ao longo da década de 1980 e 1990, cederam espaço para a pecuária e lavouras comerciais permanentes. Ainda segundo o autor:

As perdas ocorreram em diversas microrregiões e municípios do estado, especialmente naqueles onde essas atividades se concentravam e/ou se concentram, a substituição se fez mais acentuada na pecuária, embora também tenha sido intensa nos municípios que sediam grandes empreendimentos capitalistas, caso de Imperatriz [pecuária, eucalipto], Balsas [soja], Açailândia [pecuária], Coelho Neto [cana-de-açúcar] e Urbano Santos [eucalipto] (MESQUITA, 2008, p. 56).

O principal aspecto desse modelo desenvolvimentista consiste, sobretudo, no aumento concentração fundiária e no acirramento sócioespacial. Para Carneiro (2013) essas atividades incentivadas como pecuária, soja, cana-de-açúcar, plantações florestais são fortemente exigente em recursos fundiários, impactando negativamente na estrutura da distribuição de posse e uso da propriedade da terra. O resultado dessa situação é o fato do Maranhão, possuir um elevado índice de Geni – 0,866 no censo agropecuário de 2006 – de concentração fundiária, superior ao da região Nordeste e do conjunto da federação (HOFFMANN; NEY, 2010 apud CARNEIRO, 2013).

Neste sentido, a consequência da expansão das relações capitalistas de produção no campo maranhense consubstanciadas em aumento expressivo dos proprietários entre 1980 e 2016, ou seja, um aumento de 66%. Por outro lado os ocupantes sofreram uma redução de 75,78%, no mesmo período.

Como observado na tabela 1, o resultado desse processo significa o elevado grau das contradições econômicas e sociais dos municípios, criam as condições para que alguns moradores dessas áreas optem pela venda de suas pequenas propriedades, isso quando as terras não são açambarcadas através do processo de grilagem ou simplesmente disponibilizadas pelo Estado, como medida salvadora para as suas dificuldades, em função da negligência do poder público no atendimento de suas necessidades de regularização fundiária, educação, saúde e de apoio às suas iniciativas econômicas (PAULA ANDRADE et al; 2012).

Tabela 1 – Número de estabelecimentos agropecuários por condição dos produtores no Maranhão (1980/2006)

Condição dos produtores	Ano			
	1980	1985	1995	2006
Proprietário	80.487	96.115	108.802	133.895
Arrendatário, parceiro	225.279	224.654	96.177	42.585
Administrador	8.019	8.669	10.861	7.261
Ocupante	182.973	201.975	152.348	44.314

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006.

As justificativas apresentadas, por sojicultores e agentes de empresas florestais, são que esses empreendimentos representam alternativas para geração de emprego e renda, funcionando como propulsores do desenvolvimento local e regional. Sem seu principal instrumento de trabalho, a terra o trabalhador terá de vender sua força de trabalho ao capitalista, que é quem tem agora seu instrumento, assim resta aos moradores acabando por fazer o “fichamento” nas firmas. Perante desse novo contexto destaca-se, ai, o assalariamento em trabalhos nas condições mais precárias, com baixos salários, exaustiva jornada de trabalho que chegam há doze horas por dia, sem direito de receber “hora extra” e ainda são obrigados a aplicarem inseticida nas plantações sem os equipamentos obrigatórios resultando com graves problemas de saúde.

De certo, o agronegócio não consegue manter a mão de obra de maneira efetiva nos locais de expansão. Ao mesmo tempo em que há uma necessidade de mão de obra temporária e precária, é preciso compreender que isso se dá com uma série de empecilhos, como por exemplo, a não possibilidade de permanência dessa mão de obra (RODRIGUES, 2016, p 167).

A última opção desses grupos tem sido a migração como necessidade de sua reprodução, conforme Ariovaldo Oliveira (2001) a luta pela fração do território distante como alternativa para continuar camponês. Espaço e tempo unem-se dialeticamente na explicação desse processo. Quando essa possibilidade de recuperar encontra novas formas de luta para abrir acesso à terra camponesa onde ela se tornou capitalista.

Diante de desse cenário, aliado à falta de condições de sobrevivência do camponês nas antigas terras, a migração faz com que ele se desloque para novas áreas. Sávio Rodrigues enfatiza que:

A necessidade de movimento é advinda de uma necessidade de sobrevivência, em que as situações econômicas são parte da força motriz do deslocamento. Isso coloca o deslocamento do trabalhador no âmbito da sua economia e das implicações da sua estrutura produtiva (RODRIGUES, 2016, p. 27).

O Maranhão se tornou, então, em estoquista de trabalhadores para abastecer a necessidade de crescimento do capitalismo as diversas regiões do país, seja na para cortar cana, colher frutas, na construção civil, na pecuária dentre outras. Como Sávio Rodrigues (2016) bem colou, o estado foi transformado em “uma nova senzala que abastece as empresa capitalista com os novos escravos do desenvolvimento capitalista, pobres, miseráveis”. Desta forma, o Maranhão figura como importante celeiro de mão de obra barata para todo o país, cumprindo o papel de um exportador sazonal de trabalhadores de baixo custo, que serve à necessidade do capital se expandir com pouco investimento em força de trabalho (RODRIGUES, 2016, p. 183).

Além desse movimento para outras regiões do país, com a venda de força trabalho, outra situação evidente que pode ser observada é a migração para as sedes dos municípios, que compõe o Baixo Parnaíba, tem sido bastante acentuada. Os Censos realizados nas últimas décadas mostram a diminuição drástica da população rural e o aumento considerável da população das áreas urbanas dos mesmos municípios (ver quadro no anexo 01).

Nos Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2010, realizados pelo IBGE, percebemos o crescimento da população urbana e, conseqüentemente, diminuição da população rural. Em 2010, na região haviam 544.367 habitantes, e população rural era maior que a urbana, pois 278.177, isso equivale a 51,1% das pessoas no campo e 266.250 (48,9%) nas sedes dos municípios.

Essa relação (população rural maior que a urbana) é percebida também em doze dos vinte e um municípios, em Santa do Maranhão está a maior diferença, cujo 85,75% na zona rural, enquanto 15% na sede do município. Por outro lado, o município de Coelho Neto desponta como o maior percentual de população urbana da região, haja vista que 83% residem na sede do municipal isso se justifica,

segundo moradores dessa cidade, 85% das terras do município pertencem ao Grupo João Santos, proprietário de extensas áreas de plantação de cana-de-açúcar e bambu em Coelho Neto e estima-se que esse contingente urbano seja em função da fábrica do Grupo no município.

Em Urbano Santos, a exemplo do que aconteceu em praticamente todos os municípios da região, o declínio da população rural tem sido eminente, pois em 1980 a população rural representava mais de 85% da população total, em 1991 esse percentual caiu para 70%, nos Censos demográficos seguintes, em 2000 e 2010, esse percentual era de 38% e 29% respectivamente. Diante desse quadro, Lévi-Strauss (1973), enfatiza que a “modernização” é acompanhada por uma tendência à concentração da propriedade e da comercialização da terra, daí ocorre uma verdadeira fabricação de marginais.

Os impactos de projetos de desenvolvimento têm provocado não apenas a “migração em massa” para as cidades, mas uma série de conflitos ambientais (ACSELRAD, 2004) e, principalmente, sociais. Estes são o resultado do confronto de lógicas distintas de apropriação do espaço. Tais lógicas são, por um lado, a dos grupos sociais atingidos e, na outra ponta, os que gerenciam os projetos de desenvolvimento. O confronto configura um contexto de disputas pela terra envolvendo diferentes formas de significação do modo de vida e reprodução material e simbólica a partir dos atores sociais neles inseridos.

Nesse contexto, o campesinato passa por violentas crises de sobrevivência e reprodução no mundo contemporâneo. Como dispõem Maria Margarida Moura (1998, p.47):

Enfrenta tanto a ameaça de expropriação definitiva, que ocorre em determinados contextos e que significa a perda total de suas condições de reprodução, quanto uma expropriação paulatina, que a cada dia o torna mais explorado, mais submetido, mais dependente da economia capitalista.

Então, esta dissertação tem como objetivo geral analisar os aspectos socioespaciais no processo de expropriação camponesa resultante do açambarcamento de áreas de usufruto comum e do avanço dos campos de eucalipto sobre as formações florestais existentes, tendo como foco Baixo Parnaíba, no Maranhão.

Como objetivos específicos estudar os grupos camponeses (pequenos proprietários, posseiros, moradores, rendeiros) atingidos pelo agronegócio do eucalipto no Baixo Parnaíba; investigar e compreender como se manifestam a lógica econômica das famílias camponesa e aquela que sustenta a implantação e expansão das empresas voltadas à produção de eucalipto.

Assim, a investigação neste trabalho, se constitui numa reflexão sobre as formas da manutenção de sua condição camponesa através da “produção social do espaço resultado da ação humana” Moraes (2005); espaço como “um produto de relações, envolvimento dentro de uma multiplicidade, coexistência da heterogeneidade” Massey (2008). O trabalhador se apossa da terra, transforma-a em terra de trabalho, a essência sublime de ser camponês, produz suas *roças* em sua atividade harmônica com a natureza pelo trabalho familiar, pratica coleta, extrativismo vegetal, caça.

Por outro lado, o discurso “desenvolvimentista” do qual afirma que a região é percebida pelos planejadores como um grande *vazio econômico*, onde a “solução” é o maior uso da terra nas atividades capitalistas, como o eucalipto e a produção de carvão vegetal, cujas relações precárias e compulsórias de trabalho (“escravo”) e o aumento do desmatamento necessário à introdução de novas áreas com soja e ao atendimento maior da demanda de carvão (MESQUITA, 2011, p. 101). Nesse cenário armado para o *boom* do eucalipto no Baixo Parnaíba, Maranhão, onde a terra se transforma em terra de negócio, em terra de exploração do trabalho alheio.

O recorte temporal compreende o período de 1980, quando do início da implantação do projeto de produção de eucalipto na região marcado pela chegada da MARGUSA, MARFLORA e Suzano Papel e Celulose, até o ano de 2015, ano que apresenta os dados importantes mais atualizados da Produção Agrícola Municipal, por exemplo. Além desse fato, parte de um resgate histórico das pesquisas realizadas por Paula Andrade (1995; 2011; 2012), que relatam o avanço da agricultura capitalista por sobre o campesinato da região. Por mais que possa parecer um período relativamente prolongado, 35 anos, é preciso levar em consideração que o eucalipto possui um ciclo longo, cerca de sete anos, de sua muda ao corte.

Os camponeses caracterizam o Baixo Parnaíba com suas diferentes formas de resistência, também defende o chamado desenvolvimento, mas que seja a partir da vida, que respeite seus direitos ancestrais de permanecer no seu lugar social. E para que o Baixo Parnaíba continue sendo um território marcado pelo modo de vida dos grupos camponeses ali presentes é necessária a coexistência das chapadas, carrascos, capões, baixas, baixos, matos, lagoas, rios, grotas e veredas com esses grupos, que historicamente são responsáveis pelo manejo desses ambientes. As diferentes formas de resistência dos grupos camponeses do Baixo Parnaíba, nesse sentido, confrontam a lógica de um desenvolvimento econômico colonizador, que tenta suprimir todas as lógicas divergentes (OLIVEIRA, 2015, p. 66).

Gaspar (2013) classifica o Baixo Parnaíba como espaço da nova fronteira agrícola, ao mesmo tempo como um território tradicional de ocupação e resistência camponesa. Oliveira (2015) o espaço geográfico do Baixo Parnaíba é objeto de usos e apropriações, com base em classificações espaciais distintas, conforme os respectivos agentes sociais e suas racionalidades, todas em um jogo de sobreposição acirrado.

O Baixo Parnaíba é uma ampla extensão de terras, com cobertura florestal característica do Cerrado ou integrando também áreas de transição entre Cerrado e Caatinga, envolvendo distintos municípios, conforme os agentes e agências em jogo sejam oficiais, confessionais ou outras organizações da sociedade civil. As classificações dessa grande região, sejam as do IBGE (muitas vezes tidas como "naturais") ou as de outras entidades ou instituições, têm variado no tempo, tornando esse espaço objeto de distintas classificações, obedecendo a diferentes nomenclaturas (OLIVEIRA, 2015, p. 66, grifos meu e do autor).

Assim como fez Oliveira (2015), julguei importante realizar uma pequena incursão sobre distintas regionalizações dessa ampla área conhecida como Baixo Parnaíba, tanto por agentes e órgãos oficiais do Estado, com seus respectivos programas governamentais, quanto por instituições que se colocam ao lado dos camponeses na luta pela terra e por territórios.

Com relação à ideia de centrar a realização trabalhos de campo no Povoado de Todos os Santos, no município de Urbano Santos/MA, decorre das pesquisas realizadas em 2010, 2011 e 2013; das discussões realizadas no

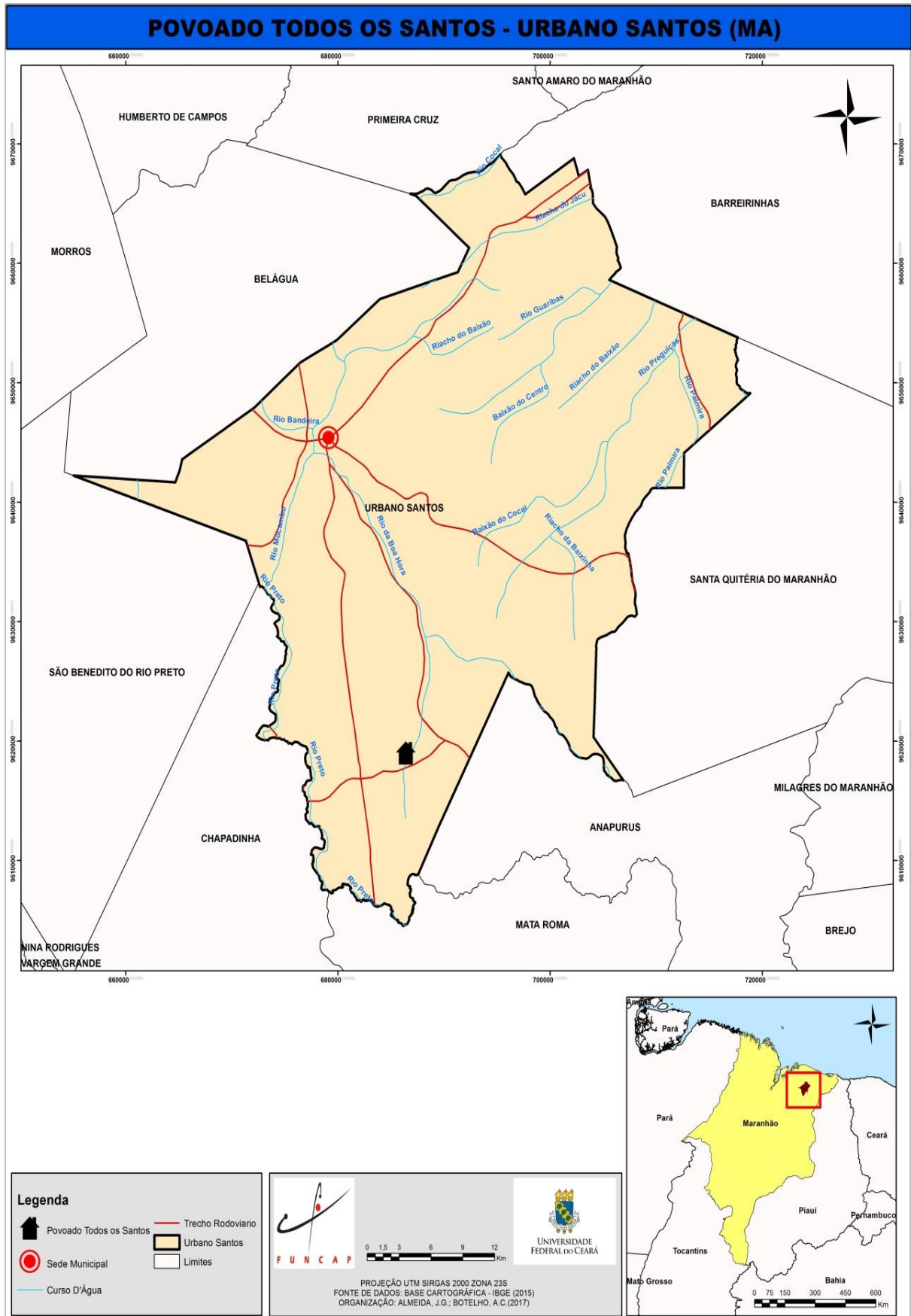
Mestrado; das conversas com as lideranças do Fórum Carajás; acessibilidade aliada ao tempo; relação de confiança.

O Povoado de Todos os Santos é caracterizado por ser um núcleo residencial, em torno do qual são estabelecidas as *roças*. A alternância do uso das formações florestais (mato, carrasco, chapada e baixos) exige do camponês certa mobilidade espacial para suas atividades (agricultura, extração vegetal, pecuária, coleta, dentre outros), sendo que o âmbito desta mobilidade se define pelos limites do povoado. O nome do povoado se deve ao fato de uma das primeiras moradoras ter começado a fazer uma festa no dia de Todos os Santos (02 de novembro): Uma das moradoras mais antigas trouxe um quadro com todos os santos, tinha a imagem de todos os santos e começou a fazer o festejo de todos os santos e aí batizou o lugar a partir de então, denominado de “Todos os Santos”.

O Povoado possui 54 casas, a maioria construída a partir de blocos de argila conhecidos localmente por *adobe*, outras são de alvenaria, no período da pesquisa, havia seis casas vazias. São 66 famílias e 137 pessoas no total, entre crianças, adultos e idosos. A noção de família (nuclear ou conjugal) é formada, Segundo Eric Wolf, pelo homem e a mulher casados e a sua prole, enquanto as famílias extensas agrupam em uma única estrutura certo número de famílias nucleares (WOLF, 1970, p. 88). O menor número de casas em relação ao número de famílias justifica-se que dentro de algumas casas residem mais de uma família, consistindo em uma das variantes do que Wolf entende por família extensa.

Todos os Santos localiza-se, ao sul da sede do município, há 38 km, o acesso é feito através de estradas vicinais, de chão batido, em alguns trechos, por “varedas”. As motocicletas são um dos principais meios de transporte utilizado pelos moradores do povoado para se deslocarem até à sede de Urbano Santos ou Chapadinha. Além das motos, há ainda um micro-ônibus que faz “linha” para a sede, três vezes por semana. Haja vistas, que todos os serviços são realizados fora do povoado, por exemplo, consultas médicas, banco, farmácia dentre outros (mapa 05).

Mapa 5 – Localização do povoado Todos os Santos.



Organização: Juscinaldo Góis Almeida e Adelson Correia Botelho (2017).

Quanto à sua infraestrutura, o *povoado* conta com: uma escola municipal de educação básica recém-reformada; uma capela, dedicada a Nossa Senhora Aparecida; comércio e bar; um campo de futebol; barracão de festas; uma oficina motos; doze *casas de farinha* (unidades de beneficiamento da mandioca) e, dois alambiques. Possui energia elétrica, porém sem iluminação pública, no entanto, há cobrança, na conta pelo serviço e água somente encanada, oriunda de um *poço artesiano*, alguns moradores têm poço particular no quintal.

Para a realização deste trabalho utilizei alguns procedimentos metodológicos. Primeiro, foram feitos levantamento e análise de material bibliográfico enfocando temas como espaço, território, campesinato, agricultura; coleta de dados secundários em páginas eletrônicas na internet do IBGE (SIDRA/Censo Agropecuário e Produção Agrícola Municipal); das empresas envolvidas com os Projetos Florestais (MARGUSA/SUZANO Papel e Celulose; ONG's e outros.

Em seguida, realizei duas viagens, de três e seis dias para o município de Urbano Santos. A primeira viagem entre os dias 10 e 13 de março de 2016, com o objetivo de reestabelecer os contatos tanto com mediadores e lideranças dos Sindicatos de Trabalhadores Trabalhadoras Rurais, Igreja Católica, MST, ONG's entre outros colaboradores de pesquisa das pesquisas de 2010, 2011 e 2013.

A terceira viagem aconteceu de 5 a 11 de outubro de 2016, foi para reunir informações relativas à produção agrícola, dos tipos de uso das formações florestais (chapadas, carrasco, matos); conflitos por terra; a relação com as empresas; as formas de resistência; realização de entrevistas e anotações com a utilização de um roteiro e o preenchimento de um questionário semiestruturado (ambos em apêndice) e; registros fotográficos.

Os nomes dos entrevistados foram substituídos por "camponês", a fim de resguardá-los das suas identidades. Quanto ao itálico e aspas, serão utilizados para indicar algumas categorias teóricas; possíveis palavras em língua estrangeira, palavras nativas ou títulos de obras e destacar contradições.

Por fim, realizei a sistematização dos dados, seguida de tabulação e análise das informações obtidas.

Após este capítulo introdutório, cabe apresentar os resultados dessa dissertação. O capítulo primeiro é essa introdução, intitulado considerações iniciais,

que abrange, ainda, a trajetória e a definição e a relevância do tema, bem como o recorte espaço e temporal da pesquisa;

O segundo capítulo, processo geohistórico de formação socioespacial do território maranhense a partir das diversas correntes migratórias. Discorro, também, sobre a formação econômica desde a França Equinocial até industrialização, além da expansão das fronteiras e suas tensões;

No capítulo terceiro, a resistência camponesa e a produção dos espaços entre chapada, mato e carrasco, a bordo, primeiramente sobre o conceito de camponês, depois analiso as condições camponesa no povoado Todos os Santos, seu calendário agrícolas, formas de organização e cultura;

O capítulo quatro trata da implantação e expansão de eucaliptais no Baixo Parnaíba, analiso as variadas consequências à organização social e ambiental no qual a chapada é transformada em carvão, por fim, ainda trago, formas de mobilização e conquistas por parte do camponês;

Por último as considerações finais.

2 A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO MARANHÃO

A história nada mais é que a transformação permanente da natureza do homem, pode se dizer que o mesmo se dá com a história do espaço produtivo (MARX, 1963, p. 147).

2.1 Das invasões às ocupações do território maranhense

A história da ocupação do território maranhense deu-se, inicialmente, quando o Brasil foi dividido em Capitanias Hereditárias por determinação de D. João III. As duas capitanias que receberam o nome de Maranhão foram entregues a Aires da Cunha, João de Barros e Fernando Álvares de Andrade, em 1535. Estes organizaram uma armada composta por 100 navios e 900 homens destinados a ocupar as capitanias, o que não ocorreu, pois naufragaram antes de alcançar São Luís. Outras tentativas ocorrem, porém, assim como aconteceu com a primeira, fracassaram (MEIRELES, 1980).

Em 1594 os franceses adentraram o território na zona do Golfão Maranhense, seguindo a mesma lógica econômica e políticas dos portugueses, baseada no povoamento periférico do território. É provável que o objetivo primeiro dos franceses com esta ocupação fosse à exploração da madeira e o estabelecimento de um posto avançado em direção ao mundo amazônico.

Para Cabral (1992) os franceses podem ser considerados por aventurar-se em uma segunda tentativa de ocupação, uma vez que desde 1524 visitaram sistematicamente o Litoral Maranhense. Expulsos do Rio de Janeiro, onde tentaram fundar a colônia denominada de França Antártica. Um pouco mais tarde, em 1612, e com a chegada de reforços, eles fundam a cidade São Luís, além de construir fortes, iniciando uma nova colônia, agora denominada de França Equinocial.

A necessidade de ser ampliado o “reconhecimento da terra” impôs-se e por isso em 1613 os franceses realizaram três expedições, que saindo de São Luís se direcionaram para o interior através de cursos d’água, prosseguindo a oeste rumo à capitania do Grão-Pará e para o sul ultrapassando o rio Mearim, alcançando o rio Grajaú, o que foi sustentado pelo aprisionamento de índios e o conhecimento das potencialidades e vulnerabilidades, para posterior exploração econômica. Esta

incluía as plantações de tabaco, algodão e cana-de-açúcar (MEIRELES, 2001, p. 47).

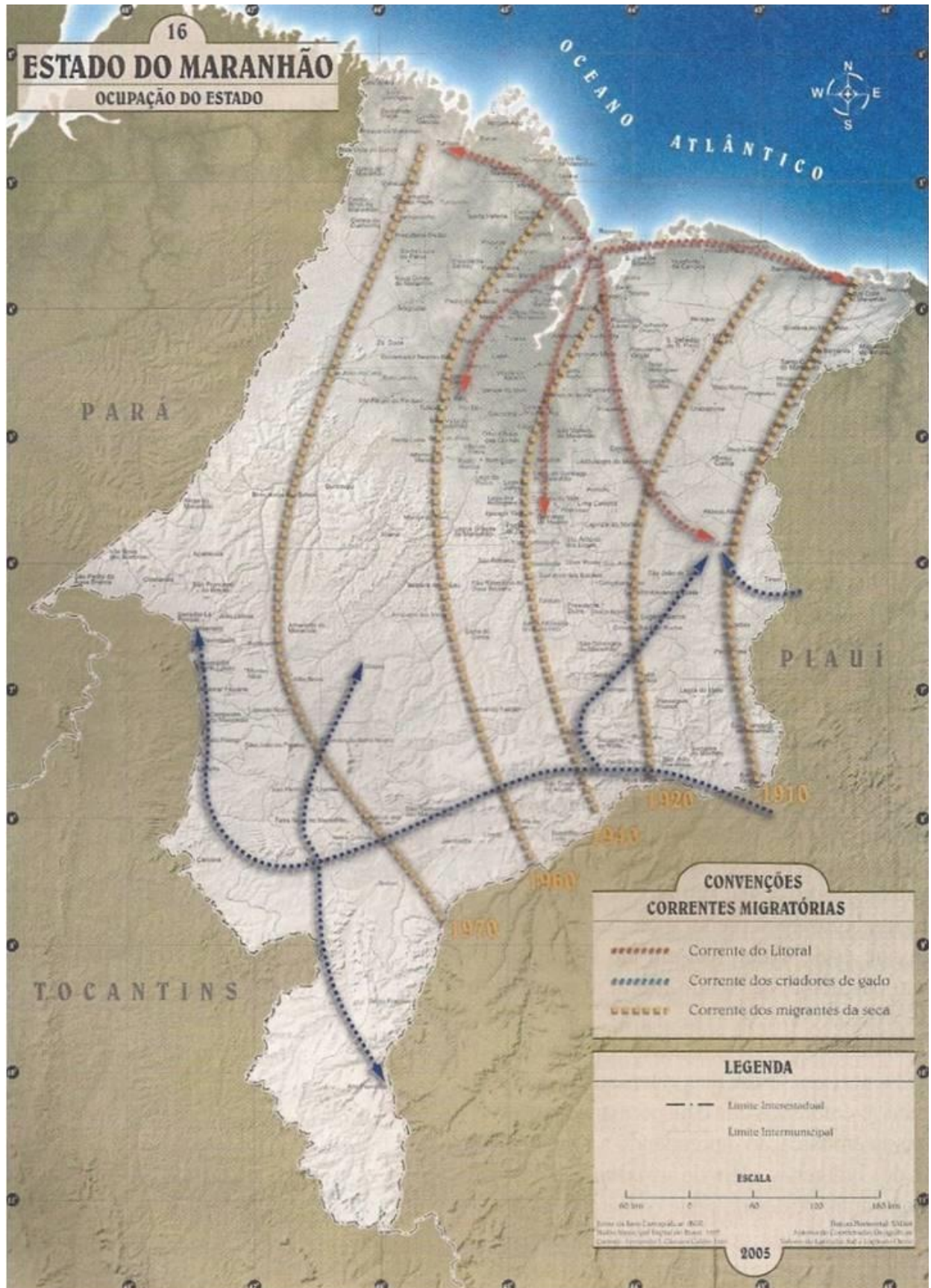
Em 1613, o português Jerônimo de Albuquerque iniciou os combates dedicados à expulsão dos franceses o que após uma trégua e demorado litígio das Coroas interessadas, foi concretizado em 1615 com a tomada do forte São Luís, por uma tropa sob o comando de Alexandre de Moura. Isso culminou com a Batalha de Guaxenduba.

A colonização portuguesa, que se expandia a contar de Pernambuco, havia conquistado a Paraíba (1556) e o Rio Grande do Norte (1596), tinha ela também, condições de avançar para o norte do Brasil a partir da retomada do Maranhão. Por essa razão, o domínio e administração portugueses iniciaram-se na capitania do Maranhão, e de fato, somente em 1616, quando Jerônimo de Albuquerque (primeiro capitão-mor do Maranhão), assumiu por dois anos “a direção dos negócios públicos” (FERREIRA, 2008, p. 91).

A “Invasão Holandesa” no Maranhão, sob o comando de Pieter Bas, durou apenas vinte e sete meses, dos quais dezessete foram de guerra “incessante e implacável” (MARQUES, 1970, p. 408) em que foram utilizadas emboscadas, guerrilhas, incêndios e resultou na expulsão dos mesmos em 1644. Ressalte que durante esse período, dominaram a povoação de Tapuitapera e ainda seguiram à montante do rio Itapecuru, subjugaram o forte Vera Cruz e ficaram com as cinco mil arrobas de açúcar dos cinco engenhos tomados, assim como construíram outros sete.

O processo de ocupação se deu em três correntes de expansão, em áreas geográficas diferentes, as quais tiveram motivações e tempos diferentes. Um teve como ponto de partida, o Golfão Maranhense, as outras pelo sertão, no planalto, tendo com via de penetração o médio vale do rio Parnaíba, sertão de Pastos Bons (mapa 06). O povoamento deteve-se junto á grande mata, na faixa de transição onde surgiram as zonas agrícolas. Só no Itapecuru e no Mearim é que a corrente humana partindo do golfo, lenta e fraca, transpôs o obstáculo, já encontrado, em Pastos Bons, a corrente baiano-piauiense, também enfraquecida, e no Tocantins a baiana-sulista e a paraense (LOPES, 1970, p.74).

Mapa 6 – Correntes migratórias no Maranhão



Fonte: Feitosa; Trovão, 2006, p. 40.

Os limites geográficos do Brasil de hoje foram estabelecidos graças aos movimentos de expansão acontecidos a partir do século XVI, do litoral Atlântico em direção ao interior do continente. O Maranhão não foi uma exceção. Tanto o processo de conquista francesa, como a posse definitiva portuguesa, se desenvolveu inicialmente pelo litoral espalhando-se timidamente no sentido oeste e leste, e depois, com maior evidência, pelos vales inferiores e médios dos rios genuinamente maranhenses. (VELHO, 1981, p. 11).

“Autenticamente” maranhense, a frente litorânea, Lopes (1970) partiu do litoral, mas particularmente do golfo, da ilha, da capital, utilizando o mar e os rios uma vez eles representavam na época as únicas vias de ocupação. Conforme Trovão (2008) “formada pelos portugueses, seus descendentes e pelos índios domesticados, um dos objetivos desta corrente foi garantir a ocupação do espaço, e uma de suas tarefas mais árdua foi vencer a resistência dos primitivos donos da terra – os índios”.

Para o mesmo autor, a corrente seguiu por:

Duas ramificações se desenvolveram ao longo do litoral por via marítima e fluvial em direção ao oeste, até a foz do rio Gurupi, ocupação facilitada pelas reentrâncias, principalmente aquelas onde há foz de rio, por onde, penetrando á montante fundaram portos, através dos quais exportavam os produtos agrícolas cultivados mais para o interior do continente. Dessa ocupação resultaram cidades antigas, a exemplo de Cururupu, Guimarães, Alcântara, Turiaçu e Carutapera e que do território desses municípios desmembraram em outros. A segunda ramificação acompanhou o litoral e a costa oriental, além de ter sido planejada para o desenvolvimento da pecuária e exploração de salinas tinham também como finalidade a comunicação com o Ceará e Pernambuco. Ambas tinham algo em comum: o aprisionamento de índios, daí terem grande dificuldades pela resistência dos Índios Tremembés que viviam na região do Delta do rio Paraguaçu [atual rio Parnaíba] (TROVÃO, 2008, p. 14).

A ramificação da corrente do litoral penetrou á montante do rio Itapecuru, a mais importante a ponto de tomar o referido rio, na principal via de penetração para o interior do estado. Inúmeras razões colaboraram para isso: o rio mais extenso apresenta vales férteis, e àquela época, favoráveis condições de navegabilidade, aproximando assim o litoral do sertão e até mesmo outros estados, a exemplo do Piauí e Bahia (TROVÃO, 2008, p. 15).

Porém, de acordo com Cabral (1992), o processo de ocupação do Vale do Itapecuru, foi lento e difícil, principalmente pela resistência dos índios Uruatis,

Caicazes, Guanazes, Guanarés e Barbados. Após serem aprisionados, os índios podiam ser vendidos em praça pública para aplicação do apurado na amortização das despesas de guerra e dos quintos, destinando-se os saldos por ventura para o governador e participantes das expedições (CABRAL, 1992, p. 00).

Trovão (2008) O avanço da corrente através do vale do Munin deu-se principalmente pela proximidade com o Piauí, utilizando para isso a navegação pelos rios Munin e Iguará, assim como garantir a segurança do transporte do ouro que, oriundo das áreas de mineração utilizavam esse caminho hídrico para alcançar São Luís, para que se faz necessário a construção da Fortaleza Iguará.

Desse processo de ocupação resultaram vários núcleos, destacando-se a fundação da vila de Icatu na foz do rio Munin, para a qual a Coroa Portuguesa transferiu 50 colonos de São Luís e uma parte dos índios que foram presos no Cabo Norte, na capitania do Grão Pará, transferências dos índios Anapurus para as proximidades da vila, para onde removeram também índios Tacunhapes e, sempre no intuito de povoar a vila de Icatu, venderam por preços módicos para colonos ai residentes trinta escravos (CABRAL, 1992, p. 00).

Um século após a ocupação portuguesa o povoamento estava em torno das baías de São Marcos e São José, ocupando a Ilha do Maranhão, no continente ao noroeste com Alcântara, nos baixos vales dos rios Mearim e Pindaré na Baixada Maranhense, representado principalmente por Icatu, cujo povoado fica na foz do rio Munim, à leste da Ilha do Maranhão (ANDRADE, 1994).

No entanto, Trovão (2008) ressalta que, na realidade, não houve inicialmente tentativas de ocupação do interior do estado. Os fatos até aqui citados podem ser considerados como aqueles que definiram o avanço da corrente litorânea pelos rios maranhenses (Itapecuru, Pindaré, Mearim).

Outro momento de suma importância para da formação do território maranhense foi a “corrente pastoril”, o caminho do gado, originária do crescimento do pastoreio nos sertões nordestino, este processo na medida em que avançava fazia-se necessário afastar-se da área canavieira (Pernambuco e Bahia), uma vez que o capital, a mão-de-obra e terra onde se produzia cana-de-açúcar e conseqüentemente o açúcar, não podia e nem devia ser atrapalha. Portanto, ao desviar dos engenhos mais próximos do litoral, o gado abriu caminho em direção ao sertão. Sendo assim, as migrações pastorais do sertão seguiram as trilhas das

chapadas, abrindo novas fazendas, de Pastos Bons ao Tocantins (LOPES, 1970, p. 36).

A pecuária nos sertões nordestinos é a mais antiga, mais extensa e mais importante das regiões no Brasil colonial. Abrange desde o rio Parnaíba até o norte de Minas Gerais, excluindo-se o litoral oriental do Nordeste, incluindo, porém, a zona de Pastos Bons, no Maranhão. A margem esquerda do médio São Francisco era o limite dessa região que abastecia de carne toda a faixa litorânea da Bahia até o Maranhão e a região do norte de Minas (VALVERDE, 1967).

Terra em abundância era o que não faltava, terras infundáveis, com pastagens naturais com fartura, pastos feitos, um convite irrecusável à penetração dos currais. Como já citado, Pernambuco e Bahia foram os dois estados centro defensores do gado. A rapidez de deslocamento resultou da abundância de terras baixas produtividade, assim como a pouca necessidade de mão-de-obra, possibilitada que, por exemplo, cada vaqueiro se responsabilizasse por 300 animais (CABRAL, 1992, p. 00).

Desta forma, segundo Velho (1981), as relações de trabalho estavam centradas na partilha: o vaqueiro não tinha salário fixo. A cada cinco anos de trabalho, o vaqueiro recebia como pagamento pelo seu serviço, a quarta parte dos bezerros nascidos vivos nesse período, o que favorecia que, depois de um determinado tempo, o vaqueiro pudesse se estabelecer por conta própria. Isolados, as relações com o litoral só se estabeleciam quando das feiras de gado.

Na concepção de Trovão (2008) um dos traços característicos dos povoamentos dos sertões foi a iniciativa privada. A dispersão inicial (baiana) alcançou o vale do São Francisco, tomando duas dimensões: Uma à montante do Vale, que favorecia o abastecimento de carne das áreas das minas; A outra, dirigindo-se para o Nordeste, ocupando o interior do Ceará e do Piauí. No início do século XVIII alcançou os campos cerrados do Sul do Maranhão.

A primeira parte dos sertões maranhense ocupada foi o vale do Parnaíba, onde se instalaram as primeiras fazendas de gado. Em 1751 havia 44 fazendas de gado em Pastos Bons. Já em 1989 a população da ribeira do Parnaíba era a mais antiga de todo o distrito e por isso, a mais numerosa, essa povoação iniciou-se origem na década de 1740 ao povoado de Pastos Bons, que serviu de ponto de partida e apoio para o avanço da frente pecuarista, daí o fato de considerar-se que

povoamento do sul do Maranhão ter começado pelos sertões e Pastos Bons, cuja toponímia é resultado de patos irrigados por inúmeros e perenes rios e córregos e clima ameno. (VELHO 1981; CABRAL, 1992).

Para formar as fazendas, os povoadores penetravam nos sertões conduzindo o plantel inicial dos bovinos, cavalos e um bando de homens armados. Iam ao encontro dos índios e lhes propunham a entrega de alguns cavalos e o pagamento em um quarto das crias do gado, em cada cinco anos. A vida de vaqueiro exercia grande atrativo para os índios, porque lhes davam cavalos para montar e diferia do trabalho rotineiro da agricultura. As tribos que não quiseram sujeitar-se ao serviço do pastoreio ou foram massacradas ou tiveram que mudar-se para locais distantes (VALVERDE, 1967, p. 247).

Essas características de campos naturais, além de ser motivação principal para a expansão pastoril criou condições para que as correntes avançassem diversificando-se em várias direções. Desse modo, a presença de campos naturais, a riqueza hídrica, além de grandes extensões de “terra de ninguém”, além de serem os fatores favoráveis, foram também, condições indispensáveis para o tipo de pecuária própria da época, ou seja, pecuária extensiva e itinerante (TRIVÃO, 2008, p.21).

Deste modo, segundo Trovão (2008), os sertões Maranhenses estavam praticamente ocupado, através dos caminhos e trilhas abertos pelo gado, os fazendeiros planejaram alcançar São Luís pelo rio Grajaú, para tal construíram canoas e, com colaboração dos índios no papel de guias e remeiros, passaram para o rio Mearim e, após enfrentar o mar pela baía de São Marcos, chegaram a São Luís. Tem-se assim, uma vez o encontro das duas frentes de ocupação, dessa vez em outra rota, que não era por Caxias.

A terceira corrente de ocupação do território maranhense é a dos “migrantes da seca e dos expropriados do Nordeste” ou “frente de expansão agrícola” por uns e/ou “corrente de fugitivos da seca”. Para Almeida e Mourão (1976) esses migrantes se deslocaram em busca de “terras livres” a oeste, tendo como primeira etapa de migração a partir do município de Caxias.

Conforme Feitosa e Trovão (2006) e Trovão (2008), originária do sertão nordestino, no início do século XX, esta frente acessa o território maranhense por três pontos: o porto de Tutóia, ou seja, por via marítima; por Teresina e Floriano,

idades dotadas de pontes sobre o rio Parnaíba. Trovão (2008) considera que os motivos que trouxeram os migrantes do leste para o oeste são de caráter repulsivo quando se trata do fenômeno periódico das secas ou de caráter atrativo quando são considerados fatores como a disponibilidade de terras devolutas, maior e melhor distribuição das chuvas, solos de boa fertilidade e a disponibilidade dos recursos florestais.

Foi através da “estrada das boiadas”, que se deu nas décadas posteriores (1930, 1940 e 1950), a entrada de fluxos migratórios de grupos de nordestinos, expulsos de suas terras pelas secas e condição dos conflitos agrários (sem terra). Que penetrando por esta região e, intensificaram aí a atividade pastoril no Sertão do Maranhão.

O Maranhão “oriental” segundo Lopes (1970) tem povoamento periférico, isto é, adensado apenas no contato com zonas vizinhas. Os principais núcleos de habitação dos Campos baixos e do Sertão inferior, sobretudo ao longo do Vale do Itapecuru, corrente que continua para o Parnaíba, onde se prende ao povoamento piauiense. Na primeira década do século XX teve início, embora de maneira inicialmente tímida, uma a penetração de nordestinos em busca de:

Terras disponíveis e fugindo das secas e das dificuldades de absorção da mão-de-obra no próprio Nordeste usaram como “portas” de entrada três lugares, inicialmente por via marítima, cuja entrada se fez pelo porto de Tutóia e as outras duas através do vale do Parnaíba, tendo como entradas Floriano e Teresina. Referidos migrantes encontraram em terras maranhenses aquilo que não tinham no seu estado de origem: terras abundantes e devolutas, índices pluviométricos satisfatórios e solos úmidos, graças à cobertura arbórea e a presença constante das chuvas (TROVÃO, 2008, p. 27).

A dinâmica da corrente dos migrantes da seca se processou no sentido leste/oeste, entre 1910 estava no vale do Parnaíba (baixo e médio). Segundo Velho (1991) “é uma hipótese plausível que a decadência da exploração da borracha amazônica tenha estimulado o movimento nessa direção (leste/oeste do Maranhão) a partir de 1920”.

Flexionando-se, um dos ramos seguiu em direção à Caxias alcançando em 1920 o oeste de Codó. Em 1940 atingiu Pedreiras, em 1950 reorganiza-se o espaço rural produtivo de Bacabal e em 1957 ocupou Santa Inês (naquela época denominada Curral de Santa Inês) ponto de passagem para Turiaçu (área de

aurífera). Em 1959 fundou o povoado que deu origem a Bom Jardim, em 1960 chegou a Chapéu de Couro, Alto Turi e vale do Gurupi (ANDRADE, 1969, p. 82).

Ainda segundo Andrade (1969) uma segunda ramificação partiu de Caxias, dessa vez em direção ao sudoeste, alcançando Barra do Corda, dedicando-se à pecuária e também em direção ao rio Tocantins, distribuindo-se entre Carolina e Imperatriz. Outros se dirigiram para os altos cursos dos rios Mearim, Grajaú e Pindaré, estabelecendo-se nas matas ciliares.

Aos poucos começaram a chegar migrantes da primeira ou segunda geração que tinham dificuldades de terras e enfrentavam a ação de grileiros em terras maranhenses. Juntaram-se então os nordestinos propriamente ditos e os maranhenses que são frutos de uma migração interestadual e, que aos poucos predominou, seguindo-se os piauienses. Portanto, Trovão (2008) enfatiza que a identidade maranhense obedece e, por isso mesmo é resultado do caráter de transitoriedade ambiental natural do estado e dos dois movimentos colonizadores, com tendências e padrões socioculturais específicos, característicos dos dois espaços ocupados: “cujos domínios se desenvolveram entre fortificações, conflitos entre colonos e religiosos missionários”.

A mesorregião Leste Maranhense, para Mesquita (2011), por exemplo, é hegemônica até 1950, embora o centro também ganhe destaque crescente. Tal fenômeno está associado ao grande fluxo migratório de nordestinos – cearenses e piauienses -, que penetraram no Maranhão via leste e nordeste do estado, especialmente por Caxias pelo rio Parnaíba (São Bernardo, Araiões, Brejo).

Nas primeiras décadas do século XX, deu-se a valorização das áreas de vegetação aberta - os tabuleiros de campos e cerrados no Nordeste e baixo Parnaíba, na região do “baixo sertão”, áreas de cerrados e matas abertas entre o curso médio do Itapecuru. Quando se destacou na atividade agrícola de fumo, cereais e algodão (entre Buriti – Brejo).

Nesse período a região assume posição de destaque, pela vantagem de ligação da estrada com a bacia do Alto Munim e, o do Parnaíba e Itapecuru; e ainda com a antiga “estrada das boiadas”, que vinha de Campo Maior (PI) até a tradicional feira das Pombinhas em Itapecuru-mirim (travessia do Parnaíba na altura de Buriti).

Nesse período a região assume posição de destaque, pela vantagem de ligação da estrada com a bacia do Alto Munim e, o do Parnaíba e Itapecuru; e ainda

com a antiga “estrada das boiadas”, que vinha de Campo Maior (PI) até a tradicional feira das Pombinhas em Itapecuru-mirim (travessia do Parnaíba na altura de Buriti).

Diante disso, o que há de explicação sobre os processos de ocupação do território atualmente conhecido por Maranhão – e com isso alcançar o que se passa na região do Baixo Parnaíba – o que se encontra são modelos explicativos ancorados nas grandes atividades econômicas coloniais (CARVALHO, 2014, p. 93). Andrade (1973), autor de referência nos estudos sobre as migrações nordestinas para o Maranhão, especificamente aquelas ocorridas em fins do século XIX e início do século XX, aponta, além da seca, os problemas com a “má distribuição da propriedade e [o] despotismo dos coronéis” como razões motivadoras ao movimento migratório.

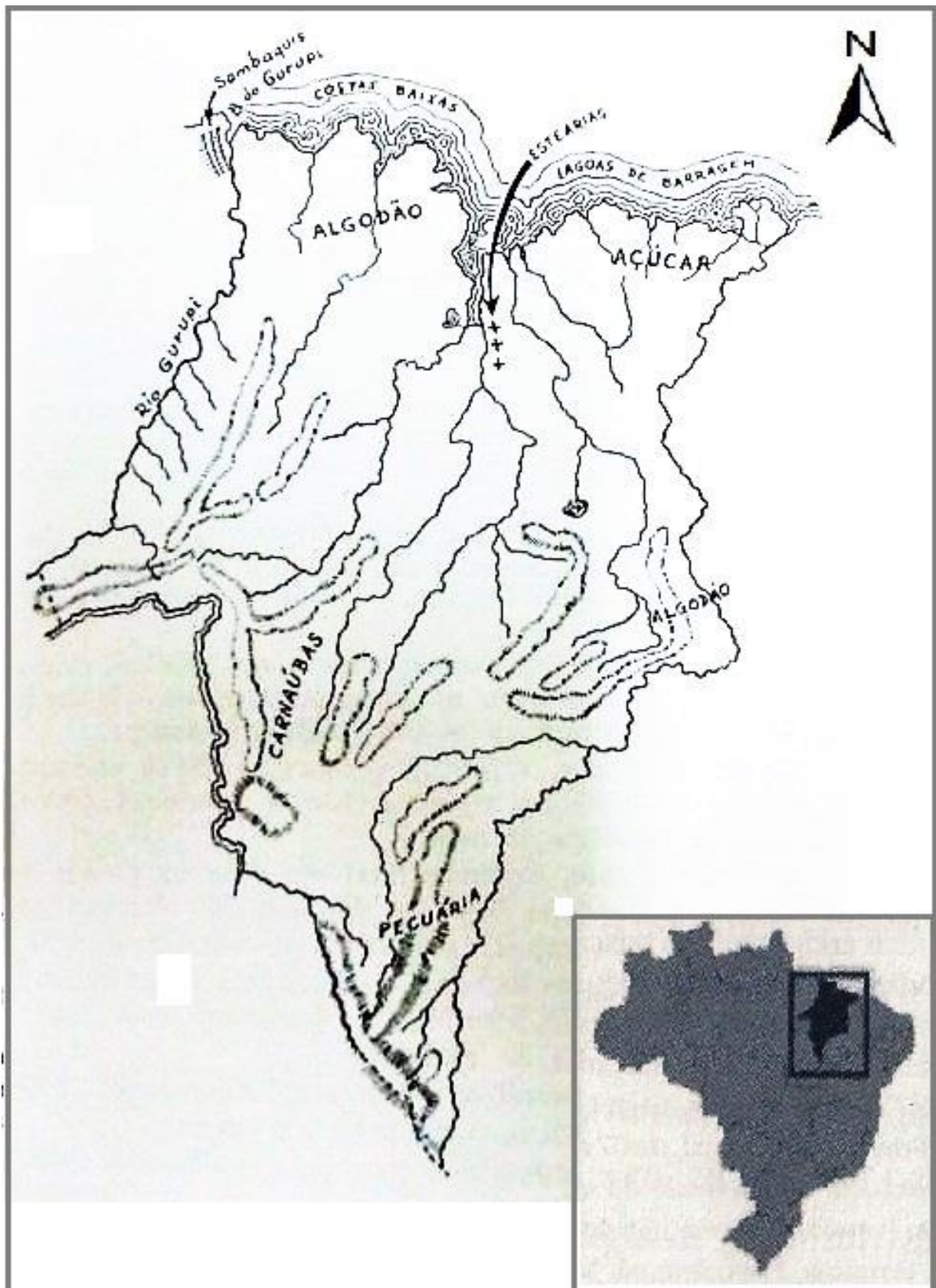
2.2 Da França equinocial à industrialização do Maranhão

A ocupação do território maranhense sempre esteve atrelada à exploração econômica com vistas à exportação referente à produção da cana-de-açúcar, do algodão e do babaçu (FIGURA 01), desde o período colonial até os primeiros anos da República. Essa, contudo, sofreu várias transformações derivadas das necessidades da França (fundou a capital), de Portugal (retomou dos invasores duas vezes e efetivou estratégias de ocupação), Holanda (invadiu e dominou uma vez por vinte e sete meses) e Inglaterra (interferiu em acordos econômicos), que viabilizaram o domínio e posse (assentamentos, entradas, engenhos), áreas de produção, escravização indígena e negra africana, exploração de recursos, e ações de políticas territoriais (fortes, missões, vias de acesso), culminando na ampliação do povoamento. (FERREIRA, 2008, p. 20).

Em meados do século XVIII a economia do Brasil colonial dividiu-se em três sistemas ou centros econômicos – “a faixa açucareira, a região mineira e o Maranhão (...). Dos três sistemas principais, o único que conheceu uma efetiva prosperidade no último quartel do século foi o Maranhão” (FURTADO, 1986, p. 90). Em 1895 ocupava o primeiro lugar entre os estados industriais o de Minas Gerais, com 37 fábricas, e o segundo, Maranhão, com 16. Estávamos acima da Capital Federal, do Rio de Janeiro, Bahia e São Paulo, que tinham respectivamente, 15, 14, 12 e 10. (VIVEIROS, 1954, p. 49).

Neste período o Maranhão se encontra indiretamente vinculado ao processo global de acumulação primitiva em andamento na Europa. Gesta-se uma forma precária de povoamento e de atividades econômicas tendo à frente as missões religiosas jesuítas e alguns colonos, cujos focos são a agricultura de subsistência, o extrativismo de ervas e a caça ao indígena, mercadoria de alto valor no mercado do Nordeste açucareiro. Neste momento os vales do Itapecuru e do Mearim são explorados e ocupados a partir das incursões contra as tribos, resultando daí um território livre para atividades permanentes como a pecuária e a lavoura temporária, principal formas de ocupação econômica da fase seguinte (PORRO, 2004; MESQUITA, 2011).

Figura 1 – Distribuição de cultivos e extração no Maranhão.



Fonte: Lopes (1970, p. 71), adaptações minhas.

O período áureo do Maranhão aconteceu nos séculos XVIII e XIX, devido à política portuguesa de introduzir e estimular a cultura do arroz e algodão com vistas ao mercado internacional. As oscilações de demanda e o rápido esgotamento do solo oriundo de rochas sedimentares, sujeitos, em função das condições climáticas, a um rápido processo de laterização, provocaram a queda da produtividade e da produção e o empobrecimento dos proprietários (ANDRADE, 1979, p. 73).

O Maranhão surgiu como unidade geográfica e política, em 1534, quando a coroa portuguesa dividiu o território brasileiro, nesse tempo limitado a oeste pela linha imaginária do Tratado de Tordesilhas de 1494, em 15 lotes que receberam a denominação de capitanias hereditárias – um resquício da cultura feudal. Em 1621, a coroa portuguesa criou o Estado do Maranhão, 47% do território do Brasil, que durou até 1652. Em seguida ocorreram mais seis divisões. Somente em 1920 o Maranhão alcançou a atual conformação territorial (FERREIRA, 2008).

A partir da segunda metade do século XVIII, o vale do Itapecuru tornou-se a principal área produtora de algodão e arroz do Maranhão voltado para o mercado internacional de matérias-primas e alimentos – a grande lavoura exportadora. No decorrer do século XIX, essa produção sofreu momentos de expansão e crise compensadas com investimentos na agroindústria açucareira, mas que chegou à sua derrocada no final desse século (FARIAS, 2001, p. 32).

De acordo com Pereira Filho (2015) o açúcar produzido no Maranhão começou a enfrentar a forte concorrência do açúcar de beterraba das Antilhas. Os holandeses quando foram expulsos do Brasil, foram para lá e armaram uma estrutura produtiva mais eficiente que a brasileira. A situação só voltou a melhorar a partir do auxílio do Marquês de Pombal quando foi criada a Companhia Geral de Comércio do Maranhão e Grão-Pará (1755), que estimulou o cultivo do algodão.

Até o terceiro decênio do século XIX a economia do Maranhão poderia ser denominada de “a economia do algodão”. A participação desse produto na exportação variou de 73% a 82%, continuando a ser o mais importante produto da exportação maranhense até os primórdios do século XX (CARVALHO, 1982).

A cotonicultura subindo as margens do Itapecuru cobriu principalmente a região de Caxias, trazendo consigo grande contingente de mão-de-obra africana, levando a afirmar que o algodão “apesar de branco, tornará preto o Maranhão”. Também foi no Maranhão que o progresso da cotonicultura é mais expressivo e

interessante porque esta região, até então a mais pobre da colônia, superaria todas as demais em riqueza nesta época (PRADO JUNIOR, 1983, p. 82).

Com o surgimento da Companhia criada por Pombal o salto entre 1760 e 1771, as exportações de algodão⁷ do Maranhão, segundo Gaioso (1970), passaram de 651 para 25.473 arrobas. E essa produção crescente teve ainda um grande impulso externo, em 1776 quando ocorreu a independência dos Estados Unidos. Isso levou a Inglaterra a suspender as importações daquele país o que aumentou a demanda pelo algodão de outras partes do mundo, dentre as quais o Maranhão. Mesmo com o fim da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão em 1778, a economia maranhense já havia alcançado um grau importante de acumulação de capital e uma integração ao mercado internacional, que possibilitou o seu crescimento até os movimentos pela independência na década de 1820 (PEREIRA FILHO, 2015, p. 04).

Conforme, Pereira Filho (2015) a Companhia Geral de Comércio garantia o suprimento de escravos africanos, que eram melhores para o trabalho nas lavouras que os índios, além de crédito para os produtores locais. Além disso, quando Pombal expulsou os jesuítas, criou um ambiente que permitiu a exploração máxima da força de trabalho escrava sem os reclames da piedade cristã e sem a concorrência dos interesses comerciais daquela Ordem religiosa. Isso proporcionou uma grande acumulação de capital. De meados do século XVIII, até o fim do período colonial (1822), o Maranhão conheceu grande prosperidade econômica, tornando-se uma das mais importantes economias da Colônia.

Para Mesquita (2011) esta fase da divisão internacional do trabalho teve como fator marcante a intervenção da metrópole no processo produtivo local, via companhia de comércio do Maranhão e Grão-Pará. Esta companhia mercantil organiza a produção do algodão em moldes semelhantes à da cana-de-açúcar nordestina – no binômio grande propriedade e trabalho escravo.

As principais atividades econômicas deste período são os cultivos de arroz, algodão e venda de couro, mas, sobretudo o algodão. É o período áureo da província, durante a qual o Maranhão se consolida como grande fornecedor desta matéria-prima da Revolução Industrial Inglesa. Tal condição perpassará o século XIX, voltando o estado em momentos pontuais de exportar o algodão em grande quantidade, como aconteceu durante a

⁷ Com a força da economia algodoeira, por volta de 1774, o Maranhão liderava o PIB per capita do Brasil com 112 dólares, Arruda (1980).

guerra civil americana na segunda metade do século XIX. É também nesta fase que o Maranhão se torna grande produtor de açúcar (MESQUITA, 2011, p. 25).

Para Furtado (1976), este período de “euforia passageira” decorreu de condições externas geopolíticas e econômicas favoráveis ao Maranhão, a exemplo do conflito entre a Inglaterra e a França, da independência Americana e da crise interna da produção do açúcar, dentre outros. O autor classifica ainda de “fase de falsa euforia” pelo fato que, tão logo se normalizem as condições externas que deram origem à inserção do Maranhão ao mercado de algodão da França em 1815 para a Inglaterra, o Maranhão torna-se um fornecedor marginal desta matéria-prima.

De acordo com Mesquita (2011) a produção do algodão maranhense⁸ não resistiu a transformações dos anos trinta, período de turbulência política e socioeconômica com repercussão em todos os aspectos da vida nacional. Para Barbosa (2012) discute como essa pujante economia construída no Maranhão em torno da cotonicultura, começou a ruir entre o final do século XIX e início do século XX.

Essa economia entrou em declínio no final do século XIX. A agricultura voltou a ser de subsistência e o Estado só retomou a um novo ciclo econômico com o extrativismo do babaçu, a partir da década de 1920, e a agricultura camponesa. Esta, estabelecida por migrantes nordestinos que a partir da segunda metade da década de 1930 passou a ocupar os vales dos rios maranhenses. (...) Se a independência das treze colônias americanas contribuiu para que o preço do algodão ativasse a cotonicultura maranhense, na segunda metade do século XVIII, com o fim da Guerra de Secessão (1861- 1865), os Estados Unidos ao retomarem sua produção com melhor produtividade fizeram com que os preços do algodão no mercado internacional caíssem com reflexos na produção maranhense (BARBOSA, 2012, p. 31).

Com relação às culturas algodoeira e canavieira, elas não desaparecem do cenário econômico; pelo contrário, até ganham certo fôlego, na medida em que são instaladas dezenas de indústrias, principalmente em São Luís e Caxias. O que

⁸ No final do período colonial, uma arroba do algodão maranhense era negociada a 5\$500. A tributação cobrada pelo tesouro imperial português era de \$600 e o frete pago para as empresas de transporte portuguesas, nada menos que \$800. Mais de 25% de custos só com frete e tributação, sem contar os custos da produção extensiva e os de transporte das plantações até o porto de São Luís. Com a baixa do preço internacional em função do aumento de produtividade em outros países produtores, a situação da cotonicultura maranhense ficou insustentável. Jerônimo de Viveiros (1954).

se altera é o formato de sua organização. De “plantation escravocrata”, passa a ser conduzida em base não capitalista em área pequena que tem nos moradores, parceiros, arrendatários, posseiros e pequenos proprietários que vivem em torno da grande propriedade o cerne de sua sustentação (MESQUITA, 2011, p. 21).

Na segunda década do século XX, outra atividade ganha expressão o extrativismo do coco babaçu. Na grande propriedade desarticulada pelo trabalho livre/assalariado, conforme Mesquita (2008) o extrativismo representará, junto com o arroz de sequeiro, durante mais de meio século, a principal atividade geradora de renda e absorvedora de mão de obra não qualificada.

O extrativismo do babaçu, no seu processo de expansão, cujo *ponto de inflexão* se dá nos anos 80, passou por várias fases que lhe deram também faces diversas. O extrativismo do babaçu, tal como o algodão no final do século XIX, engendra interna mente um “parque industrial” de pequenos empreendimentos pré-revolução industrial, processadores desta matéria-prima. Na década de oitenta, a atividade praticamente se extingue em função da concorrência externa do óleo de palmiste (seu substituto perfeito), oriundo da Malásia, que derruba os preços do óleo de babaçu no mercado interno. (MESQUITA, 2006, p. 21, grifo do autor).

Atualmente, restam menos de dez unidades industriais funcionando, que além do babaçu, usam uma variedade de matérias-primas correlacionadas (MESQUITA, 2011). Como esse segmento “mercantil industrial” estava defasado tecnologicamente e descapitalizado há muito tempo, o resultado foi sua paralisia generalizada com a abertura comercial dos anos de 1990.

A década de 1970 ficou marcada pelo plano de desenvolvimento do, caracterizou-se pela desarticulação das grandes propriedades produtoras de algodão e cana-de-açúcar e pela ascensão da pequena agricultura e do extrativismo. Dessa forma, substituiu-se o trabalhador escravo pelo trabalhador livre, dos moradores de condição, dos caboclos das grandes propriedades então dedicados a monoculturas e, secundariamente, à pecuária ultraextensiva. A economia de subsistência voltada para o autoconsumo e a venda de excedentes ganha dimensão que não tinha antes, aliás, tinha, mas era ofuscada pela exportadora (MESQUITA, 2011, p. 25-26).

Desde então, a pecuária intensiva tem sido a atividade econômica que mais cresceu no campo maranhense, o estado possui o segundo maior rebanho do país. Mais Recentemente, a expansão em larga escala do eucalipto e da soja deva

alcançá-la rapidamente esse patamar em se tratando de taxas exponenciais de crescimento registradas desde sua instalação (MESQUITA, 2006).

2.3 Sobre a fronteira e as frentes de expansão: alcances, encontros e tensões

A fronteira é um processo particular de produção do espaço geográfico que implica encontro entre territorialidades e temporalidades distintas e conflitantes (SILVA, 2006, p. 289). Waibel (1955) considera o significado da fronteira como “o limite da zona povoada, uma zona mais ou menos larga que se intercala entre a mata virgem e a região civilizada”. A fronteira é, portanto, um “processo que expressa formas, estruturas, movimentos e interações sociais, ou seja, um ordenamento territorial particular” (SILVA, 2006, p. 297-298). No caso da frente pioneira o núcleo urbano é a base logística da ordenação territorial e cumpre um importante papel estratégico como lócus da organização do mercado de trabalho na fronteira (BECKER, 1988, p. 75).

O sociólogo José de Sousa Martins trabalha essa questão, em seu livro “Tradicionalismo e capitalismo”, a partir de duas concepções e designações de referência para as atividades concretas na fronteira, são elas: a frente de expansão e a frente pioneira.

O fator importante nessa análise feita por Martins, a partir dessas duas compreensões, é o reconhecimento de que essa diferença representa a própria dualidade da histórica da fronteira. Desta forma a frente de expansão tradicionalmente se configura, segundo Velho (1972 e 1976), como o lócus da reprodução do campesinato marginal, sendo essa frente responsável pelo deslocamento das contradições em destruir a estrutura agrária, uma válvula de escape do excedente populacional, e que, conforme Martins (2009) “se movimenta em consequência de características próprias da agricultura de roça”. Por outro lado, a frente pioneira, que já diz respeito a outro momento histórico, surge como resultado direto de necessidades de reprodução do capital e expressão da expansão das relações capitalistas de produção sobre o espaço ainda não submetido à lógica capitalista (NERY; GERMANI; OLIVEIRA, 2013).

A frente de expansão caracteriza-se, também, por exercer uma economia de excedente, cujos participantes, dedicam-se principalmente à própria subsistência, pautadas na produção familiar, e, secundariamente à troca/venda de produtos que

pode ser obtido com os fatores que extrapolam as suas necessidades básicas. Com essas peculiaridades econômicas, sociais e culturais, que se pode conceituar como frente de expansão (MARTINS, 1975, p. 45-46).

Segundo Martins (1975) esse caráter de excedente, originário da produção da frente de expansão, se combina com essa forma peculiar da posse da terra, formada, de modo geral, por posseiros, em decorrência da satelitização das relações de troca (mercadoria-dinheiro-mercadoria). O autor enfatiza, ainda, que esse produto/excedente adquire valor de troca pelo fato de haver condições econômicas para sua comercialização e não porque tenha entrado nas relações de troca como resultado da divisão do trabalho (capitalista). Logo, “na frente de expansão, as condições de vida são reguladas pelo grau de fartura e não pelo grau de riqueza” (MARTINS, 1975).

Waibel (1955) caracteriza o pioneiro para além do conceito de *frontiersman*, isto é, do indivíduo que vive numa fronteira espacial. O pioneiro não só expandir o povoamento espacialmente, mas também intensifica-lo e cria novos e mais elevados padrões de vida a partir da concepção de “moderno” da sociedade urbano-industrial, resultando, imediatamente, na elevação vertiginosa do preço das terras. Sendo assim, a frente pioneira é um movimento social cujo resultado imediato é a incorporação de novas regiões pelo interesse na economia capitalista de mercado. Em síntese, a frente pioneira nada mais é que uma fronteira econômica⁹.

O ponto fundamental da expansão da frente pioneira diz respeito à relação jurídica da propriedade da terra. A mesma não é ocupada, é privada, seja pela compra, grilagem ou outro meio de aquisição. Nesse sentido, a renda da terra se impõe como mediação entre o homem e a sociedade. Deste modo, a terra passa a ser:

Equivalente de capital e é através da mercadoria que o sujeito trava as suas relações sociais. *Essas relações sociais não se esgotam mais no âmbito do contrato pessoal. O funcionamento passa a ser o regulador da riqueza e da pobreza.* A alienação do produto do trabalho no mercado faz com que as expectativas reguladoras do relacionamento sejam construídas de conformidade com as objetivações a sociedade capitalista (MARTINS, 1975, p. 47, grifo meu).

⁹ Cabe ressaltar que, no caso brasileiro, a fronteira econômica não coincide, necessariamente, com a fronteira demográfica (via de regra, aquela está aquém desta). A faixa entre uma e outra, embora sendo povoada (ainda que baixos índices de densidade demográfica), não constitui uma frente pioneira e não constitui basicamente porque a sua vida econômica não está estruturada primordialmente a partir de relações com o mercado (MARTINS, 1975, p. 45).

A frente pioneira se caracteriza pela instauração de empreendimentos capitalistas como, por exemplo, empresas imobiliárias, ferrovias, comerciais, bancários, transportam mercadorias, compram e vendem, financiam a produção e o comércio. Passa-se, assim, da produção do excedente para a produção de mercadoria. A frente pioneira surge não como consequência “rebarbativa” da sociedade capitalista, mas como resultado direto da necessidade de reprodução desta (MARTINS, 1975, p. 47).

Importante ressaltar que a frente pioneira tenha sempre apresentado como expressão limite do capitalismo no campo e, ao mesmo tempo, tenha se apoiado nas relações sociais fundamentais não necessariamente capitalistas a exemplo da escravatura, colonato, arrendamento em espécie. Para Martins (1975) o que caracteriza a penetração do capitalismo no campo não é a instauração das relações sociais de produção típicas formuladas em termos de compra e venda de força-de-trabalho por dinheiro. O que caracteriza é a instauração da propriedade privada da terra, isto é, a medição da renda capitalizada entre o produtor e a sociedade (idem, 1975, p 49-50).

O encontro, ou melhor, o alcance da frente de expansão pela frente pioneira enseja de tensões, pois a frente pioneira formula seu opositor com a frente de expansão principalmente em favor da propriedade privada da terra, isto é, a renda capitalizada esses antagonismo se apresenta no âmbito das relações sociais pela descontinuidade de significações em torno do fator terra, sobretudo no que respeito ao modo de obter a propriedade - compra/ocupação (MARTINS, 1975, p. 47).

O choque no encontro/alcance de realidades entre as distintas frentes transforma a fronteira essencialmente no:

[...] *lugar da alteridade* [...] o que faz dela uma realidade singular. [...] Um cenário de encontros extremamente similares aos de Colombo com índios da América: as narrativas das testemunhas de hoje, cinco séculos depois, nos falam das mesmas recíprocas visões e concepções do outro. (MARTINS, 2012, p. 133-134, grifos do autor).

Os empreendimentos capitalistas característicos da frente pioneira se situam, conforme Martins (1975) “fora dos componentes da estrutura social da frente

de expansão e absorve a renda potencialmente gerada pela terra”. Por isso mesmo, as tensões que marcam a frente de expansão são tensões entre a sociedade capitalista que se faz presente na fronteira econômica e a sociedade tribal á qual se disputa, mediante o empenho dos que estão situados na frente de expansão, a terra necessária á preservação dessa frente (Idem, 1975).

De acordo com Moraes e Costa (1987), atentam para o papel desempenhado involuntário desempenhado pelos posseiros em regiões de “terras virgens”, no desbravamento de novas áreas e na expansão de fronteiras agrícolas, nas quais são expulsos, pela expansão do capital. Abrindo, desse modo, caminhos para a ampliação da frente econômica nessas áreas já abertas pelos posseiros, sucessivamente.

Os autores evidenciam, também, o caráter econômico dessas frentes tão antagônicas, uma vez que, a pequena propriedade rural familiar no abastecimento urbano de gêneros alimentícios básicos, enquanto o grande capital reserva para si os segmentos mais rentáveis da atividade agrícola, como a produção para exportação. Nesse particular:

O modo de produção capitalista fundamentalmente expansionista, pois ele se baseia num inexorável ciclo de reprodução ampliada, cujos pressupostos são a ampliação da força de trabalho assalariada sob seu domínio, a fim que dela se extraia cada vez mais parcelas de mais-valia (MOARES, COSTA, 1987, p. 64).

Rodrigues (2012) as fronteiras na concepção da realidade brasileira são elementos importantes para entendermos a dinâmica de apropriação e de (re) produção do espaço que o modo de produção submete e é parte no território brasileiro. Fazem parte do processo de desenvolvimento do modo de produção, carregando as contradições inerentes deste, que no caso do capitalismo, vão desde as relações de exploração do trabalho até a reprodução espacial destas relações (RODRIGUES, 2012, p. 39).

Para o autor, entender o processo histórico de desenvolvimento da sociedade brasileira a partir da sua expansão e apropriação espacial das regiões não ocupadas, principalmente, àquelas que se situam no sertão brasileiro, na região de Cerrado e da Amazônia brasileira é essencial para apreender a mobilidade do

modo de produção capitalista, e do contato deste com outros modos de produção (RODRIGUES, 2012).

Para Nery, Germani e Oliveira (2013) o processo de expansão das frentes pioneiras está intensamente ligação à intervenção estatal, um passo na direção de se compreender a produção do espaço na fronteira está na análise de compreensão do papel que o Estado desempenha do modo de produção capitalista, embora não seja o foco deste trabalho.

O primeiro ato para a ocupação do espaço foi concessão de sesmarias, embora esta não conferisse o domínio, mas apenas a posse sobre a terra, e, mesmo assim, com afirma Manuel Correia de Andrade (1995), tal processo desencadeou a ocupação de grandes propriedades, originando os latifúndios brasileiros que perduram até os dias atuais.

Mais tarde a reação foi acelerar a “marcha para o Oeste”, campanha lançada em 1940, que incentivava a ocupação das áreas de fronteira, em especial o cerrado do Centro-Oeste. Melo (1985) indica que, na década de 1940, 85% do aumento do produto agrícola deveu-se a expansão de área cultivada; para a década de 1950, a cifra foi de 72%; para a de 1960, 65%. A ocupação não foi um processo pacífico; ao contrário, acarretou altos custos econômicos e sacrifícios para a população nativa e para boa parte dos migrantes (MARTINS, 1989; BUAINAIN, 2013).

Entre 1950 e 1970, por exemplo, a área total da agropecuária cresceu quase 2,5 vezes, passando de dois milhões de hectares ocupados para cinco milhões, tendo a metade de estabelecimentos menos de 10 ha (contra 35% em 1950). Desde então, a fronteira não parou de crescer. A região Centro-Oeste foi ocupada pela agricultura nos últimos 35 a 40 anos, especialmente pela produção da soja; a partir da década de 1980, já o Nordeste agrícola começou a se alargar com a incorporação dos cerrados da Bahia, do Piauí e do Maranhão; na região Norte, a floresta continuou sendo desmatada e incorporada à produção pecuária e agrícola (BUAINAIN, 2013, p. 232).

O papel protagonista do capital foi um elemento regulador para impor mudanças na dinâmica de acumulação que historicamente se baseou na incorporação de terras e assalariamento do exército de reserva. Nesse particular:

[...] o novo padrão introduz o capital ‘em todas as suas modalidades’ no centro do desenvolvimento agrícola e agrário. Rebaixa o papel da terra, pois a produção e as rendas agropecuárias passam a depender, crescentemente, dos investimentos em infraestrutura, máquinas tecnologia e na qualidade da própria terra, além de investimentos em recursos ambientais e no treinamento do capital humano. Cada vez mais e preciso capital de giro para introduzir no sistema produtivo os insumos que viabilizam as inovações para manter-se rentável em ambientes de crescente ensinamento concorrencial. (BUAINAIN et al., 2013, p. 110).

A lógica dessa fronteira, conforme Foweraker (1982) é a apropriação da terra e do valor criado pelo camponês de fronteira, o posseiro, no processo de ocupação – pela derrubada da mata, prepara o solo, entre outros. “É a atividade desenvolvida pelos camponeses que materialmente cria a fronteira” (FOWERAKER, 1982, p. 42).

O fato ideológico da macha para o este após 1964 se funde com o Plano de Integração Nacional (PIN). Nesse momento, o discurso do Estado era o de ocupar o território, criar redes de transporte rodoviários com artérias necessárias – agindo com um “catalisador da transformação capitalista (FOWERAKER, 1982, p. 175) na fronteira -; viabilizar o a ocupação produtiva, sobretudo através da política de créditos, ou seja, “integrar o território nacional para não entregar”, no sentido de uma suposta ameaça externa, sempre presente nos discursos. Nesse sentido:

A política de incentivo, ao subsidiar a formação do capital das empresas amazônicas, dando-lhes assim uma compensação pela imobilidade improdutiva na aquisição de terras para abertura de fazendas (onde era esse o caso), promoveu a aliança entre os grandes proprietários de terra e o grande capital (MARTINS, 2009, p. 153).

Além desses incentivos estatais para aquisição da terra, outro fator importante para processo de expansão da frente pioneira, tem sido possível graças a toda uma complexa logística de estrutural da rede de transportes (estradas, ferroviária, hidrovias, porto, silos de armazenagens) todo esse leque de construções tem contribuído para diminuir os preços dos produtos agrícolas para as grandes empresas exportadoras. (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 249-250).

Para Denise Elias (2006), essas transformações estão vinculadas a formação de novos territórios, estes estão associados ao agronegócio, nos quais é visível a articulação com a escala internacional e organizando-se a partir de imposições de caráter ideológico e de mercado. Ela enumera esses novos arranjos produtivos como: arranjos produtivos de grãos no sul do Maranhão, com Balsas e os

municípios arredores; sul do Piauí, com o município de Uruçuí como polo; o Oeste da Bahia, sendo o polo regional nos municípios de Eduardo Magalhães e Barreiras; os arranjos produtivos da fruticultura em Petrolina, em Pernambuco; Baixo Açu, Rio Grande do Norte e Baixo Jaguaribe, no Ceará.

No Maranhão, a fronteira, atualmente, representada pelo agronegócio de forma geral, adquire várias formas, se apropriando do espaço também de maneiras distintas, por exemplo: a produção de celulose na região oeste, leste e centro do estado por empresas como a Indústria de Celulose e Papel (CELMAR), pela fábrica da Suzano Papel e celulose, ou, a produção de carvão vegetal. A produção da cana-de-açúcar e bambu na microrregião de Coelho Neto e outras. A soja também na região do Baixo Parnaíba, abrangendo municípios como Anapurus, Chapadinha e Brejo, principalmente; e no Sul Maranhense, também a sojicultura, na microrregião de Gerais de Balsas polarizada pelo município de Balsas (RODRIGUES, 2010, p. 23).

Toda infraestrutura advinda do PIN e PGC, como já vimos anteriormente, ao viabilizar o avanço da frente pioneira com sua produção e circulação de mercadorias em escala regional-nacional-global, propiciou também a entrada de um volumoso estoque de terras - secularmente apropriadas/ocupadas e usadas por diversos grupos camponeses -, no mercado fundiário capitalista (OLIVEIRA, 2015).

Tal política significou como destacou Manuel Correia de Andrade (1986), uma expressão rentista da grande empresa agropecuária no Maranhão, isto é, o objetivo de seus proprietários não foi à implantação de atividades agropecuárias sustentáveis economicamente, mas, sim, a obtenção de recursos através da capitalização da propriedade da terra.

A súbita valorização das terras aceleraram-se os processos de grilagem e açambarcamento de centenas de milhares de hectares de terras por grandes grupos e gentes econômicos como os *Gaúchos* produtores de soja, MARGUSA, MARFLORA, Suzano Papel e Celulose e João Santos (PAULA ANDRADE, 1995a, 1995b, 2012; SHIRAISHI NETO, 1995), nos quais encontramos setores industriais onde, *a priori*, o monopólio da terra é indispensável numa lógica capitalista.

No entanto, a territorialização desses grupos empresariais, não ocorre num vazio demográfico com afirma Oliveira (2015). Nesse caso, o avanço de qualquer empresa que tenha a terra como condição primeira para a expansão de

suas atividades não se fez (e nem se fará) sem conflitos, sem disputas territoriais. Como explica Moraes (2005, p. 104):

[...] a Terra substantiva-se no capitalismo como condição e meio de produção, ou melhor, como ampla dotadora de pressupostos e subsídios para as atividades produtivas. Ela fornece a base espacial e as matérias-primas, os instrumentos de trabalho e as fontes de energia, enfim, condições e produtos naturais dotados de um valor passível de ser aferido no mercado capitalista de bens. E tais condições e produtos encontram-se desigualmente distribuídos nos lugares terrestres, o que redonda num valor potencial também variável das diferentes localidades da Terra.

Antes mesmo da chegada desses agentes/grupos/empresas, a frente de expansão, ao penetrar no Maranhão, por volta de 1920, à frente de migração nordestina causa profundas alterações nos preços do aforamento da terra, já que aumenta a demanda por áreas de cultivo. Os pequenos agricultores maranhenses não resistindo ao pagamento de elevados foros, passam a migrar para áreas denominadas “terras livres”. Tal migração, na verdade, já existia mesmo antes da chegada dos nordestinos (SANTOS; PAULA ANDRADE, 2009, p. 37).

Manuel Correia de Andrade (1973), em uma de suas contribuições sobre o avanço das frentes (de expansão) nordestinas no Maranhão, acentua que ela não apresenta um desenvolvimento linear¹⁰, desdobrando-se de maneira variada, de acordo com as atividades econômicas e distintas áreas geográficas. Tal esforço de distinção caracteriza a frente nordestina em termos espaciais e temporais, isto é, nas suas inúmeras ramificações que alcançam tanto o Sul, pecuária extensiva, quanto o Oeste Maranhense, pequena agricultura em diferentes décadas (SANTOS; PAULA ANDRADE, 2009, p. 34).

A repercussão desse embate no campo maranhense reside no fato dos grandes problemas da agricultura maranhense, bem como da economia é o baixo crescimento da produtividade agrícola; a produção eleva-se com a finalidade de atender às necessidades de exportação e de consumo dos habitantes, à custa de uma crescente apropriação de terras devolutas, em larga escala, de recursos naturais renováveis e não renováveis – florestas, fauna e solo. Fato que se agrava, uma vez que esta expansão é feita por parte de grandes empresas, de capitais das

¹⁰ Conforme Paula Andrade e Santos (2009) a frente não é contínua como se fosse um movimento único de ocupação geográfica linear e sucessiva. Ela não ocupa o território maranhense homogênea e gradualmente.

regiões mais desenvolvidas do país e, sobretudo, de firmas multinacionais que, em detrimento da população camponesa, uma vez expulsa dessas áreas, não encontram terras disponíveis para se estabelecer como pequenos proprietários ou como pequenos produtores (ANDRADE, 1979, p. 36).

Desta forma, José Graziano da Silva exalta que, dentro do quadro de modernização dolorosa da agricultura brasileira, “foi a expansão da fronteira agrícola que permitiu expandir a produção agrícola no Brasil sem necessidade de redistribuir a propriedade agrícola” (SILVA, 1981, p. 62). Resultado da nossa modernização conservadora. Mais do que isso, a fronteira foi responsável, entre outras coisas, pela morte do localismo, pela formação do individualismo norte-americano e de uma nacionalidade compósita, pelo surgimento da democracia baseada numa abundância de terras livres e das instituições políticas (VELHO, 1976).

3 A RESISTÊNCIA CAMPONESA E PRODUÇÃO DOS ESPAÇOS ENTRE CHAPADA, MATO E CARRASCO

O cultivo da terra marcou de modo decisivo as formas de organizar a vida social. Os fundamentos dessa organização ligaram-se material e simbolicamente à fecundação da terra (Margarida Maria Moura, 1988).

3.1 Camponês

Neste trabalho o camponês é considerado como categoria central. Nesse sentido, tomo por referência a especificidade da economia camponesa em relação à economia capitalista, demonstrada por Chayanov (1976) e por Oliveira (1987) como a economia ancorada na unidade de trabalho familiar, voltadas para as necessidades da família, as unidades de produção e de consumo não estão diferenciadas. Assim, sabe-se que a sobrevivência é o limite para a produção camponesa no campo e não o lucro.

Na França, com a abolição dos últimos resquícios feudais a comunidade aldeã deu lugar à propriedade camponesa familiar (OLIVEIRA, 1987). As lutas dos camponeses do século XVIII durante a Revolução Francesa e a crise do Estado absolutista entraram como ingrediente fundamental na revolução, nos seus desdobramentos conquistou alguns direitos, sobretudo, a terra (IANNE, 2016).

O conceito de campesinato para Fernandes (2016) nasce antes de existir capitalismo, de modo que esta relação social – e forma de organização do trabalho e da produção – familiar e não capitalista. Para os marxistas o camponês é um produtor que se define, por oposição ao não produtor, não importando se planta a terra ou se pesca.

Camponesa são aquelas famílias que, tendo acesso à terra e aos recursos naturais que ela suporta, resolvem seus problemas reprodutivos – suas necessidades imediatas de consumo e o encaminhamento de projetos que permitem cumprir imediatamente um ciclo de vida familiar – mediante a produção rural, desenvolvida de tal maneira que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho dos que se apropriam do resultado dessa alocação (COSTA, 2000, p. 116-117).

Essa produção está associada às formas de cultivar e trabalhar a terra em harmonia com a natureza, opondo-se àquele que dirige o empreendimento, empresas, empresário rural. Margarida Maria Moura (1998) nos mostra que o camponês:

Vivendo na terra e do que ela produz, plantando e colhendo o alimento que para sua mesa e para a do príncipe, do tecelão e do soldado, o trabalhador é o camponês que se envolve mais diretamente com os segredos da natureza. A céu aberto é um observador dos astros e dos elementos. Sabe de onde sopra os ventos, quando virá a primeira chuva, que insetos podem ameaçar seus cultivos, quantas horas deverão ser dedicadas a determinada tarefa. Seu conhecimento do *tempo e do espaço* é profundo e já existia antes daquilo que convencionamos chamar de *ciências* (MOURA, 1998, p. 09, grifos meu).

O campesinato, enquanto unidade da diversidade camponesa se constitui num “sujeito social” cujo movimento histórico se caracteriza por modos de ser e de viver que lhe são próprio, não se caracterizando como capitalistas, ainda inseridos na economia capitalista (CARVALHO, 2005, p. 171).

Outro aspecto importante do camponês é quanto sua lógica de produção, uma vez que a mesma se distingue da capitalista também pelo mercado, enquanto no campesinato a produção agrícola é destinada ao consumo interno da família e o excedente comercializado para sua reprodução. A produção capitalista visa apenas o lucro, investe dinheiro, produz mercadorias e vende. Para Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1987, p. 68),

No trabalho camponês, uma parte da produção agrícola entra no consumo direto do produtor, camponês, como meio de sobrevivência imediata e, a outra parte, o excedente, sob a forma de mercadoria, é comercializada. (...) Na produção camponesa a forma de movimentação é (M – D – M), ou seja, a forma simples de circulação de mercadorias, onde a conversão de mercadorias em dinheiro se faz com a finalidade de se poderem obter os meios para adquirir outras mercadorias igualmente necessárias de necessidades.

Para Karl Marx,

O ciclo M-D-M parte de um extremo constituído por uma mercadoria e conclui no outro configurado por outra mercadoria, a qual sai e entra na órbita do consumo. Portanto. O consumo, a satisfação de necessidades ou, em uma palavra, o *valor-de-uso*, é seu objetivo final. (...) na circulação simples de mercadorias, ambos os extremos possuem a mesma forma econômica. Ambas são *mercadoras*. E, além disso, são mercadorias com igual *magnitude de valor*. Mas são valores-de-uso qualitativamente diferentes, por exemplo, trigo e roupas de vestir. O intercâmbio de produtos,

a mudança dos diferentes materiais nos quais o trabalho social se representa, configura aqui o conteúdo do movimento (MARX, tomo I, vol. I, 1984, p. 183, grifos meus).

No Brasil a formação do campesinato origina-se de suas especificidades no seio de uma sociedade periférica tanto do capitalismo e à “margem do latifúndio escravista”. Deste modo, o predomínio de sistemas de posse precária da terra nas formas de existências desenvolvidas por uma classe social tem resultado numa condição histórica de desestabilidade estrutural, que faz constante busca por novas terras em importante estratégia de reprodução social (MARQUES, 2016, p. 39).

Ao mesmo tempo em que, a escassez de escravos africanos e a população pobre, que não dispunha de terras, foi aumentando na colônia, levando os proprietários a utilizarem mão de obra livre em trabalho de maior qualificação e na cultura da terra mais distantes do centro das propriedades, mediante o pagamento de um “aluguel”, o *foro* em mercadorias ou em dias de trabalho. Estes pequenos produtores cultivavam, sobretudo produtos alimentares para o autossustento e para o pagamento do “aluguel”, vendendo, se havia oportunidade, o excedentes da produção. Formava-se, desse modo, o campo, uma classe de baixa renda, porém, não escrava (ANDRADE, 1979, p. 21).

Neste período, ainda segundo o mesmo autor, o crescimento das cidades, da população urbana que não produzia diretamente alimentos, criou demandas para as chamadas “pequenas lavouras”, cultivadas por pobres e sem garantias dadas a grandes lavouras de exportação a que se dedicavam os grandes proprietários.

Marques (2016) exalta, ainda, o contraste com o forte enraizamento territorial que caracteriza o camponês europeu, a trajetória do campesinato no Brasil é marcada por uma forte mobilidade espacial. Desta maneira, Rodrigues (2012) enfatiza que o campesinato brasileiro tem o seu desenvolvimento de forma heterogênea, não podendo haver apenas uma fórmula para descrevê-lo, assim, falar dele é tratar de formas diversas de relações sociais que, muitas vezes, se desencontram historicamente e espacialmente.

Marques (2016) entende que “o campesinato se refere a uma diversidade de formas sociais baseadas na relação de trabalho familiar e formas distintas de acesso à terra como posseiro, o foreiro, o arrendatário, o pequeno proprietário e etc”. Na visão de Moura (1998) se por um lado essas características são recortadas

dialeticamente por outras provindas da classe dominantemente ou, mãos difusamente, do conjunto da sociedade, essa conceituação permite penetrar abertamente no espaço das superestruturas, da cultura, do modo de vida.

O camponês é personificação da forma de produção simples de mercadorias (agrícolas, extrativista, artesanais etc), na qual o produtor direto detém a propriedade dos meios de produção – terra, objetos de trabalho e outros meios de trabalho – e trabalha com seus meios de produção, sobretudo, a principal: terra (TAVARES DOS SANTOS, 1978).

A propósito, a propriedade da terra é para o camponês, embora seja privada, corresponde ao seu instrumento de trabalho, a ele pertence, como destaca Oliveira (2001, p. 60-61).

Outro elemento da produção camponesa é a propriedade da terra. Aqui estamos diante da propriedade familiar, privada é verdade, porém diversa da propriedade capitalista, pois a propriedade familiar não é propriedade capitalista de quem explora o trabalho alheio. Estamos diante da propriedade direta de instrumentos de trabalho que pertencem ao próprio trabalhador. É pois, terra de trabalho e, portanto, propriedade do trabalhador.

Essa “relação mágica” entre o camponês e a terra, muito além do instrumento de trabalho, para Otávio Ianni obedece a um intercâmbio social completo que explica:

A terra além de um fato da natureza é um produto material e espiritual do trabalho humano. Jamais se limita à produção de alimentos, elementos de artesanato, matérias-primas para a satisfação necessidades – alimentos etc. muitos mais do que isso, a relação do camponês com a terra põe em causa também a sua vida espiritual. A noite e o dia, a chuva e o sol, a estação do plantio e da colheita, o trabalho de alguns e o mutirão, a festa e o canto, a estória e a lenda, a façanha e a inventiva, a mentira camponesa, o humorismo camponês; são muitas as dimensões sociais e culturais que se criam e recriam na relação do camponês com sua terra, com seu lugar (IANNE, 2016, p. 67).

Portanto, o conceito de camponês que melhor se adequa ao nosso estudo é aquele que transcende a materialidade econômica da produção de mercadorias, cerne da nossa abordagem e, sugere, imediatamente, características de sua relação com a terra (terra da vida, terra de trabalho), organização social (trabalho familiar, vida social, os costumes de herança, a tradição religiosa) e as formas de comportamento políticos (formas de resistência e reprodução).

No Estado do Maranhão o processo de territorialização de camponeses no *Baixo Parnaíba* é reforçado pelas práticas da relação com recursos naturais existentes na região que até hoje dão indícios desse encontro de saberes e práticas indígenas, quilombola, migrantes nordestinos, que conformaram as regras consensualmente consentidas do usufruto comum. Áreas consideradas por esses grupos camponeses como *abertas*, vem desde as gerações mais antigas (OLIVEIRA, 2015, p. 80).

Uma parte das famílias que hoje reside e cultiva nessas terras, agora açambarcadas pelo *agronegócio*, é originária de povoamento antigo, parte são indígenas desaldeados, pretos escravos ou alforriados e mestiços. Outra descende de migrantes nordestinos, sobretudo do Ceará e do Piauí, que se dirigiram para a região em fins do século XIX e início do XX (ANDRADE, 1973).

Tal processo migratório, ao qual refiro, com a chegada de famílias camponesas nordestinas, em especial, os cearenses, passou a se instalar no Maranhão, na região do Leste Maranhense, no início de século XX, onde seus descendentes estão estabelecidos até hoje. A saída desses migrantes de seu local de origem está relacionada às secas que assolam periodicamente o Nordeste.

No Baixo Parnaíba, esses migrantes, em contato com indígenas destribalizados, descendentes forros e aquilombados de escravos africanos contribuiu para expansão de um campesinato, cuja origem remonta aos fins do século XVIII e início do XIX, o que pode ser levado em conta para explicar sua relativa coesão e unidade quanto às técnicas agrícolas ou, de maneira mais geral, sua cultura material e espiritual. Ao mesmo tempo, esta origem diversificada levou-nos a entender algumas variantes como a preservação de traços culturais próprios como as comunidades quilombolas, as diferenciações regionais e a situação muito diversificada quanto ao acesso à terra - agregado, posseiro, proprietário, etc (ASSUNÇÃO, 2008, p. 176-177).

Ao chegarem ao Baixo Parnaíba, esses criadores de gado e agricultores, sobretudo cearenses e piauienses, encontraram, segundo Oliveira (2015, p. 75):

Extensos e contínuos campos de Cerrado, planos e com pastagem natural, muitas espécies vegetais frutíferas e com diferentes propriedades medicinais, fibras vegetais, vários tipos de madeiras e caças abundantes; vastas terras férteis e sem cercas; um clima mais úmido que aquele do qual provinham, permitindo mais segurança para desenvolverem suas atividades de agricultura; uma rede hidrográfica bem distribuída e rica em

biodiversidade, haja vista a bacia do Parnaíba, ou mesmo as menores, que, apesar de secundárias, eram formadas por rios perenes e caudalosos, como o Preguiças e muitos de seus afluentes.

Andrade (1973), em suas pesquisas sobre as migrações nordestinas para o Maranhão, assinala como razões motivadoras ao “movimento migratório, aquelas ocorridas em fins do século XIX e início do século XX, apontam para problemas relacionados às secas, além da questão fundiária e o despotismo dos coronéis” (ANDRADE, 1973, p. 96).

Estudos no Maranhão nas décadas de 1970 e 1980 contribuíram para a construção de uma vasta produção de cunho antropológico que trata da caracterização e diferenciação desses domínios, com as devidas especificidades geográficas, das formas de ocupação territorial e em alguns casos da ascendência étnica dos grupos camponeses: Almeida; Mourão (1976), Carvalho (2012), Gaspar (2010), Paula Andrade (1995a, 2008a, 2008b, 2011, 2012), Santos; Paula Andrade (2009), Souza Filho (2008) e Woortmann (1981) identificaram um de campesinato, recorrente em todo o estado, baseado no que se convencionou chamar uso comum da terra e demais recursos naturais, como frisado a pouco.

Esta diversidade em relação ao acesso à terra e, em alguns casos, a ascendência étnica, foi um dos critérios que Paula Andrade (1995a) levou em consideração para classificar os segmentos camponeses presentes no Baixo Parnaíba em sete:

[...] os pequenos proprietários, que detêm o título da terra, em geral os homens mais velhos; os herdeiros da terra de herança sem partilha; os parentes desses herdeiros que, embora não tenham direito à terra permanecem morando e cultivando nas terras dos parentes, nos limites do povoado; os parentes desses herdeiros que apenas residem nos limites desses povoados, mas pagam renda para cultivar em outras terras, de latifundiários ou de outros pequenos proprietários; os herdeiros de terras de herança que pagam renda para cultivar a terra em outras propriedades, quando suas terras encontram-se exauridas, ou que os limites do povoado só comporta as residências; os moradores de *terras de preto*, que as usufruem em comum; os herdeiros, ou pequenos proprietários que ocuparam terras de *chapada* limítrofes às propriedades, tornando-se também posseiros. (PAULA ANDRADE, 1995a, p. 34, grifos da autora).

Aline Carvalho (2012) destaca a importância das *territorialidades específicas* quando se referem ao contexto de confronto e emergência de identidades étnicas, portanto se ocupam de destacar traços culturais diacríticos,

enquanto que o *uso comum* se refere a um aspecto da organização social desses grupos camponeses.

A administração desses “sistemas de uso comum”, na definição clássica, apresentada por Alfredo Wagner Berno de Almeida (2008) são situações que:

Designam situações na quais o controle dos recursos básicos não é exercido livre e individualmente por um determinado grupo doméstico de pequenos produtores diretos ou por um de seus membros. Tal controle se dá através de normas específicas instituídas para além do código legal vigente e acatadas, de maneira consensual, nos meandros das relações sociais estabelecidas entre vários grupos familiares, que compõem uma unidade sócio-territorial (ALMEIDA, 2008, p.133).

São muitas e diversas as relações jurídicas, sociais, *territorialidade específica*¹¹ desses grupos camponeses, aparecem, ainda, a terra cabocla, terras soltas ou abertas, terras de herdeiros sem formal de partilha, terra de índio, terras de parentes, terras de ausente, terras de quilombo, terra de preto, terra de santo, babaçuais livres, castanhais do povo, faxinais, fundos de pasto.

A história da origem dos camponeses do povoado Todos os Santos segue essa tendência, oriundos de migrantes nordestinos, e relação íntima com a terra e outros recursos naturais estratégicos. O depoimento por um dos *moradores* do povoado indica para a formação do lugar:

“Esse lugar aqui ele era do meu bi-tataravô... do Surrão até a beira do rio Preto tudo era dele... aí foi casando ele foi dividindo a terra, dando pros cunhado ou pras irmãs, que justo a Cajazeira que era dos Ferreira, Todos os Santos dos Pereira e Pedra Grande, também... dos Bezerra...dos Bezerra, foi dividido...”. A pessoa mais velha que teria habitado o lugar é sua tia Alvina, mãe do seu tio Firmino. Ela era o que ele chama de “apossante”, veio se agradou do lugar e ficou, mas, antes dela tinham morado outras pessoas, mas eles não chegaram a conhecer. Depois de dizer isto foi que ele explicou que toda a região teria pertencido a quem ele chama de bi-tataravô”.
(INFORMANTE CAMPONÊS de Todos os Santos, Urbano Santos. Entrevista concedida em março de 2011).

No povoado existem distintas relações jurídicas com a terra: do pequeno proprietário, posseiro, arrendatário, herdeiros e morador indicar o lugar no qual têm

¹¹ A territorialidade funciona como fator de identificação, defesa e força. (...) O acesso aos recursos naturais para o exercício de atividades produtivas, se dá não apenas através das tradicionais estruturas intermediárias do grupo étnico, dos grupos de parentes, da família, do povoado ou da aldeia, mas também por um certo grau de coesão e solidariedade obtido face a antagonistas e em situações de extrema adversidade e de conflito, que reforçam politicamente as redes de solidariedade (ALMEIDA, 2008, p. 29-30).

residência estabelecida. Nesta situação a propriedade camponesa da terra se distingue da propriedade capitalista da terra, que especula, explora o trabalho alheio, é regulada pelas necessidades do lucro do capital:

A propriedade familiar não é propriedade de quem explora o trabalho de outrem; é propriedade direta de instrumentos de trabalho por parte de quem trabalha. Não é propriedade capitalista; é propriedade do trabalhador. Seus resultados sociais são completamente distintos, porque neste caso a produção e reprodução das condições de vida dos trabalhadores (...), porque não se trata de capital no sentido capitalista da palavra (MARTINS, 1991, p. 54).

Os camponeses pequenos proprietários possuem a titulação do imóvel, que significa parte das terras do povoado. Nesta, são desenvolvidas atividades cuja terra é de trabalho, são de propriedade dos camponeses. Não é, portanto instrumento de exploração. A propósito, para passar para nome do proprietário, foi necessário dar 100 paneiros de arroz ao seu silvestre, um “roubo” segundo seu filho “Ele pagou a terra dezoito mil cruzeiros e pra passar documento foi obrigado papai entregar cem paneiro de arroz pra ele, nessa época nós colhemos trezentos paneiro de arroz”.

A propriedade da terra é, na unidade camponesa, propriedade familiar, privada para muitos, porém diversa da propriedade privada capitalista (a que se serve para explorar o trabalho alheio); na propriedade familiar estamos diante de uma propriedade direta de instrumento de trabalho que pertence ao próprio trabalhador, é a terra de trabalho, é propriedade do trabalhador, não é, portanto instrumento de exploração; nesse particular, três situações podem se colocar para o camponês: ele pode ser camponês proprietário; camponês rendeiro (pagar renda por ter acesso à terra) ou ser camponês posseiro (recusar-se a pagar a renda e apossar-se da terra) (Tavares dos Santos *apud* Oliveira, 1987, p.70).

Há camponeses posseiros que tem a posse da terra, mas não a titulação, vivendo e trabalhando nessas terras sem proprietários. Tem ainda os arrendatários, que podem ser o posseiro ou morador, quando estes trabalham nas terras dos pequenos proprietários mediante pagamento de renda, dia de trabalho ou trabalho por dinheiro. Ocorre, como nos bem lembra Ariovaldo Oliveira (1987), o pagamento pela autorização de utilização que lhe dá para cultivar a terra. Também é possível ocorrer de o pequeno proprietário cede, sem qualquer ônus, parte de sua área para

o morador fazer sua roça e moradia. Como aparece em outra parte do depoimento. Um entrevistado revela,

(...) Tem proprietário, às vezes o proprietário dá um pedaço pro morador, aquele que tem um bom coração dá, às vezes não dá, aqui em Todos os Santos cada um tem um pedacinho, quase todo mundo tem seu pedacinho, só um pedacinho com cercado, só não se trabalha na terra, na terra da floresta!. Todo mundo tem seu pedaço, graças a Deus que tem, muito difícil ter uma pessoa alguém não ter, mas todo mundo tem vendem um pedaço pro outro. (...) pro outro fazer sua casa, ai faz sua casa, seu cercado ai trabalha mais os outros, os outros arrendam roça para ele (...). (INFORMANTE CAMPONÊS de Todos os Santos, Urbano Santos. Entrevista concedida em de outubro de 2016).

Observamos, no mesmo trecho, que o camponês lembra-se da proibição de utilizar áreas da empresa “Florestal”, empresa que produz eucalipto na região. Em outras situações também se autodesignam por um sentido mais amplo, que não apenas de uma designação profissional: expressa um modo de vida, profundamente relacionado com a terra. Ainda que, internamente, conforme habilidades e interesses sejam possíveis encontrar o mecânico da oficina de motos, o vaqueiro, o pedreiro, o carpinteiro, o dono do bar, do comércio, empregado da firma, professor, agente de saúde, mas nenhum deles, ainda que eventualmente em menores proporções, deixará de botar sua roça ou mesmo fazê-la simultaneamente.

Desta forma, estamos diante de um campesinato cujo modo de vida é caracterizado pela articulação sistemática e estratégica de diversas atividades econômicas (agricultura, extrativismo, pequena criação de animais, pesca, artesanato), tendo a família como braços únicos de trabalho, e pela lógica de articulação entre uso comum e manejo familiar dos recursos naturais.

Os povos que vivem nos cerrados, por exemplo, desenvolvem normas de uso da terra que combinam a agricultura, geralmente nos “fundos de terra”, nos brejos, nos baixões, nos capões, assim como nas encostas e, nas chapadas, áreas onde a água é mais difícil de ser obtida, deixam o gado à solta, fazem a coleta do pequi, da fava d’anta, recolhem madeira, geralmente fazendo uso compartilhado, sobretudo dessas terras nas chapadas (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 258-259).

Desta maneira, Moura (1988) nos lembra de que trabalho familiar caracteriza o vínculo social do camponês com a terra. Nuclear ou extensiva, a

família camponesa se envolve em diretas tarefas produtivas, visando à reprodução física e social deste grupo de pessoas.

Por isso, o conceito do camponês do Baixo Parnaíba, que tem sua existência a partir da produção social do espaço, é uma das vertentes que pretendo demonstrar na organização desta dissertação.

3.2 A condição camponesa no povoado Todos os Santos: o calendário agrícola e as roças nos matos de trabalho

A reprodução dos grupos sociais no espaço faz-se, como salienta Corrêa (1998) “através de muitos meios”. As transmissões dos saberes formal ou não constitui um; o outro é quanto à organização “espacial”. É necessário que se criem no próprio processo de produção as condições de sua reprodução; sendo assim, o processo de produção é também de reprodução.

Ao fixar no solo os seus objetos, frutos do trabalho social e vinculados às suas necessidades, um grupo possibilita que as atividades desempenhadas por este alcance um período de tempo mais ou menos logo, repetindo, reproduzindo as mesmas. Nestas condições, o grupo social se reproduz, porque a reprodução das atividades ligadas a as suas necessidades viabiliza o próprio. A organização espacial, ou seja, o conjunto de objetos criados pelo homem e dispostos sobre a superfície da terra, é assim um meio de vida no presente (produção), mas também uma condição para o futuro - reprodução (CORRÊA, 1998, p. 55).

A agricultura camponesa se realiza, sobretudo, nas áreas mais úmidas, chamadas pelas famílias de *baixões* e, em alguns *povoados*, nas próprias *chapadas* – formações florestais típicas do cerrado – em manchas de solo que permitem o cultivo, denominadas *capões* e *carrascos*. Em Todos os Santos, os as famílias camponesas distinguem também o que denominam de *mata*, outro tipo de formação florestal próprio à implantação das lavouras camponesas.

As atividades realizadas pelos grupos familiares são bastante complexas, a começar pelo calendário agrícola camponês da região que tem como principal foco o plantio da mandioca, nas *roças de inverno*, chamada *roça de janeiro*, é considerada por eles, como o principal produto cultivado da região, nessas roças,

são consorciadas culturas como a do milho e a do arroz. Além de outras espécies, tais como abóbora, pepino, maxixe, quiabo, melancia, melão, por sinal, bastante importantes aos camponeses.

A origem mais provavelmente da mandioca, segundo Maestri (2016), é litoral tropical brasileiro, caracteriza-se por ser a base alimentar quase perfeita quando ingerida associada a alimentos ricos em proteína, como a carne. No Estado do Maranhão predomina a agricultura familiar camponesa, na qual a mandioca é uma cultura destacada, pelo alto potencial de rendimento por unidade de área, adaptada às condições adversas de solo, clima e período de colheita flexível, sendo uma opção que quase nunca fracassa e goza de alta popularidade entre os camponeses. Adicionalmente, é uma importante fonte de carboidratos para a alimentação humana e animal (CEREDA; COSTA, 2008, p. 03).

Em 2015, de acordo com os números da Produção Agrícola Municipal/IBGE, o Maranhão ocupava o quarto lugar no Brasil com 1.481.907 toneladas produzidas, ficando atrás do Pará, Paraná e Bahia. Porém, em área plantada por hectares, o Maranhão parece em terceiro, com 173.798 hectares de área plantada, ultrapassando o estado do Paraná.

O ciclo agrícola – do plantio à colheita – as cultura alternativa, do arroz, do milho e do feijão são mais curto que o da mandioca, espécies estas plantadas em dezembro e janeiro. O arroz, por exemplo, é colhido em quatro ou cinco meses, a colheita se iniciando, frequentemente, no fim de abril e início de maio. O período de safra, neste caso, é bem mais curto que o das demais culturas mencionadas, em geral de dez a vinte dias, dependendo da variedade de arroz. No caso do milho colheitas acontecem duas em duas fases – uma quando verde, após dois meses (no mês de março), e outra quando seco, depois de oito meses, comumente julho e agosto, mas podendo perdurar por setembro e outubro. O feijão é a cultura de menor ciclo, podendo ser colhido verde ou seco, condição alcançada entre quarenta e sessenta dias, dependendo da espécie cultivada. O período de colheita do feijão também é curto, pois seu prolongamento pode ocasionar o apodrecimento ou debulhagem voluntária das vagens com o ressecamento pelo sol (PAULA ANDRADE, 2012, p. 97).

Durante cada ciclo agrícola, a unidade familiar camponesa atua em até quatro roças distintas. Se aquela unidade também decidir por fazer as *roça de verão*,

conhecidas por *sunungas* ou *São Miguel*, em que se planta apenas mandioca e cujo ciclo é menor que a da *roça de janeiro*, aí serão oito roças diferentes operadas por uma única unidade produtiva familiar, durante o período de um ciclo agrícola completo (CARVALHO, 2012, p. 76).

O calendário apresenta várias etapas de cultivo das espécies, como as que os camponeses denominam de *medição e aceramento* da área a ser cultivada, de preparo do solo, plantio, tratos culturais (*capina*), colheita do *milho verde* e *queima da* mandioca já plantada em ciclo anterior. É importante ressaltar que antes, entre e depois dos períodos de plantio e de colheita, existem outras complexas etapas como: a debulhagem dos grãos, o armazenamento, a experimentação e a produção de sementes e outras, que não aparecem no diagrama. Sobre essas etapas, encontra-se discussão mais à frente, utilizando-se o exemplo do cultivo da mandioca (diagrama 01).

Para implantação das roças é necessário, a escolha da *área* propícia, segundo os camponeses, essas áreas são denominadas de *mato*, para tal, a escolha é realizada através de critérios, por exemplo, pelo período que a terra ficou em “*descanso*” entre quinze e vinte anos. Assim é considerado como “mato de serviço ou mato de trabalho”, quando apresenta árvores de porte médio e grande. Depois, acontece a etapa da broca, quando do corte, derrubada da vegetação. Em seguida, com o manejo do fogo diferenciado daquele empregado nas etapas de preparo do terreno; representa, nesse caso, um dos tratos culturais que, segundo os informantes, serve para engrossar a raiz da mandioca (PAULA ANDRADE, 2012).

Figura 2 (Diagrama 01) – Etapas da implantação das roças: 1. Medição, aceramento e preparo do solo; 2. Maniva selecionada para plantio; 3 e 4. Maniva sendo plantada; 5. Capina da roça; 6. Roça de mandioca e; 7. Colheita da mandioca.



Fonte: PAULA ANDRADE, 2012 (Adaptações minha).

A maniva, ou seja, estacas do caule a serem utilizadas para produzir novas plantas, são selecionadas dois meses antes de plantar e reservadas, processo que chamam de encanteirar, por volta de outubro ou novembro, como explica o Camponês. Como ele relata, a maniva passa por esse processo para que a mandioca possa brotar melhor (PAULA ANDRADE, 2012).

No território de Todos os Santos, levando em consideração que, cada família mantém pelo menos quatro roças, segundo o camponês, há pelo menos, entre roça de verão e de inverno pelo menos duzentas, haja vistas que algumas as famílias (unidades camponesa) possuem no período, seja pelo emprego na firma (de eucalipto) ou outro motivo. Sobre o tamanho da produção, em linha¹², camponês relata que,

Tem deles que é 10 linhas, tem deles que é 5 linhas, o João ta fominha, agora tem deles que só tem 3, 4 linha, cada uma pessoa tira 3, 4 linhas, uma linha, é desse jeito, tem deles, sabe quantas linhas nós tirava de primeiro, 40 linhas de roça, era rapaz, nós cansamos de tirava, minha família, 40 linhas de roça, hoje não, a maior parte é 4 linha, 5 linha. (INFORMANTE CAMPONÊS de Todos os Santos, Urbano Santos. Entrevista concedida em outubro de 2016).

Como se observa no calendário agrícola (figura 3) e nas especificidades de atividades, esse camponês estão permanentemente envolvidos com diversas atividades econômicas (agricultura, extrativismo vegetal, caça, criação de animais, pesca e artesanato) articuladas entre si de maneira refinada e complexa, distribuídas pelos diversos períodos (*inverno e verão, claro e escuro da lua, dia e noite*). O interessante é que esse calendário é regido não só pelas estações do ano, divididas segundo a classificação local em duas: *inverno* (período chuvoso, de dezembro a maio) e *verão* (período de estiagem, de junho a novembro); ou mesmo pela incidência dos raios solares, umidade, tipos de solos com seus diferentes preparos e etc., mas também há uma forte influência da lua.

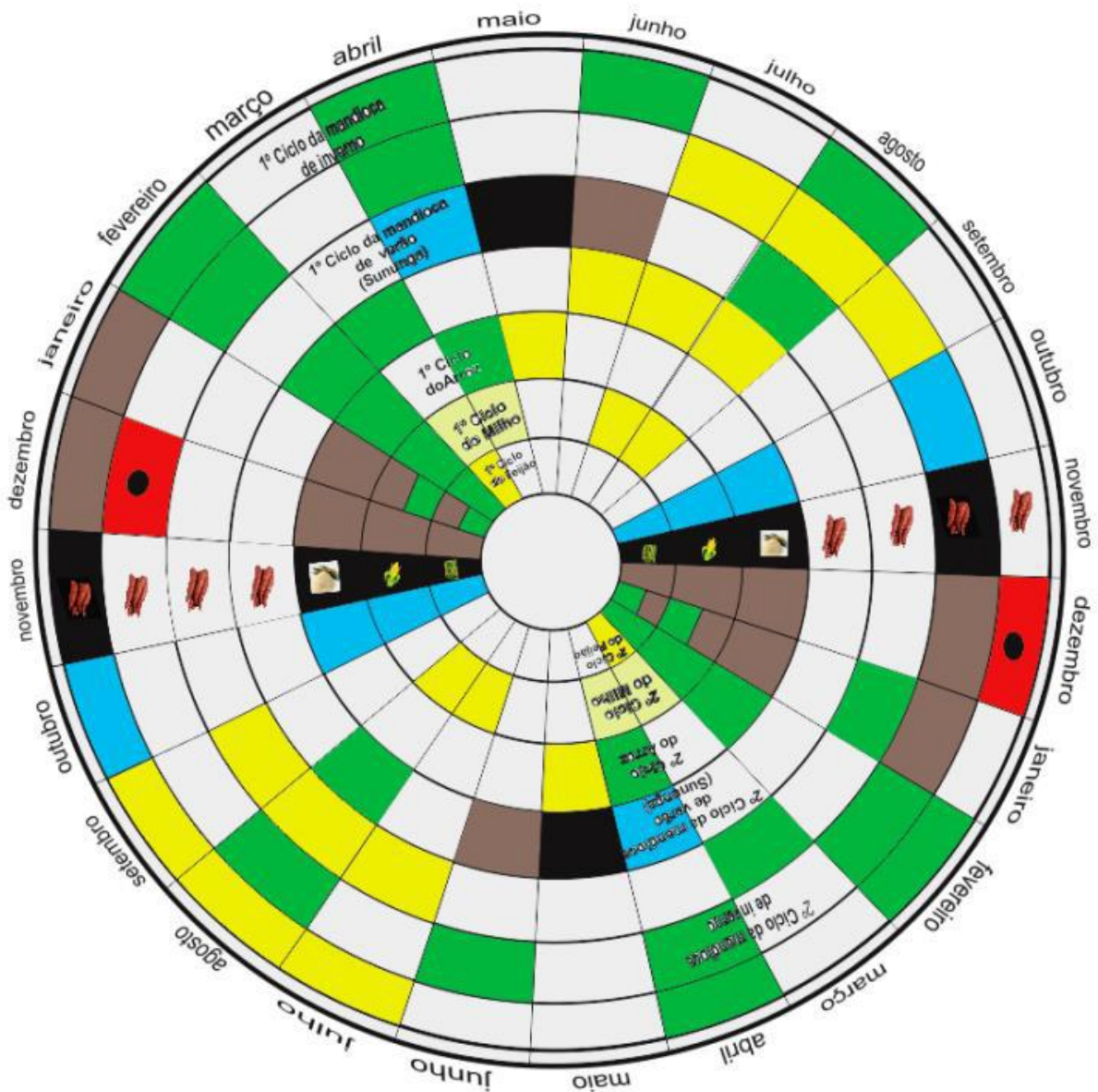
O trabalho familiar caracteriza o vínculo familiar com a terra. Nuclear ou extensa, a família camponesa se envolver nas diversas tarefas produtivas, visando à reprodução física e social. Deste grupo de pessoas. Em geral, cabe ao chefe da família a direção e desempenho de atividades de derrubada e limpa das áreas destinadas ao plantio e à colheita das roças (MOURA, 1988, p. 54).

A discussão do calendário agrícola camponesa é importante, enfatiza Paula Andrade (2012), que frequente e, principalmente, em textos elaborados por economistas e outros profissionais de órgãos oficiais ou técnicos contratados por consultoras para elaborar estudos de impacto ambiental, encontrar apreciações dos

¹² Uma linha equivale a 0,30 hectares.

sistemas produtivos dos camponeses e sua inserção no mercado como reflexo de uma “ausência de economia”.

Figura 3 – Calendário agrícola bianual do Baixo Parnaíba.



- Período de medição e aceramento da área para o cultivo
 - Período de preparo do solo
 - Período de plantio das culturas
 - Período de capina das culturas
 - Período de colheita do milho verde
 - Período de colheita das culturas
 - Período de queima da mandioca plantada
- Segundo os entrevistados a queima é mais comum na roça de inverno, com a queima a mandioca brota novamente, sua raiz engrossa mais rápido e a produção é maior.

Fonte: Paula Andrade (2012).

O quintal, que também aparece na região com outras nomenclaturas tais como – terreiro e cercado, representa um espaço de produção, representa a propriedade privada de cada unidade camponesa, comumente cercada, formada por uma pequena parcela de terra localizada ao redor (atrás ou dos lados, ou na frente) da casa de moradia. Ariovaldo Oliveira (1987) indica a importância do quintal para o camponês como “uma oficina necessária para sua exploração”. Nesse “laboratório”, que é o quintal, o camponês experimenta as mais diversas espécies de mandioca, pois as que se adaptam melhor as condições do solo, clima serão escolhidas para serem cultivadas nas roças e para cada tipo de produto específico (farinha d’água, bolo, farinha branca, dentre outros), caracterizando o que Porto-Gonçalves (2006) denomina a seleção, eleição e invenção de determinadas espécies, pode tornar essas mesmas espécies menos vulneráveis.

Nesse espaço considerado por Maria José Carneiro (1998), como “plural” diz respeito a uma “multiplicidade de atividades que criam uma nova dinâmica no espaço”. Essa dinâmica se insere no contexto da “multifuncionalidade do território”, são encontrados, por exemplo, os pomares de frutas (limão, laranja, banana, manga, jaca, dentre outras) que são necessárias tanto para a alimentação humana quanto para os animais da pequena criação. Também são construídas as hortas, geralmente em canteiros suspensos, (tomate, cheiro-verde, coentro, cebola, pimentas diversas e ervas medicinal). A produção no quintal é tão necessária e importante ao camponês quanto à mandioca, o arroz e o feijão, pois são utilizadas para consumo próprio das famílias e, outros casos, para a comercialização (figura 4).

Figura 4 - (Mosaico 01) – Da esquerda para a direita superior – típico quintal; canteiro suspenso com plantação de cebola de folha; palmar com diversas espécies de árvores frutíferas; poço e casinha de forno de bolo.



Fotos: Adielson Correia Botelho (2012 e 2016).

No mosaico de imagens, observamos que, o quintal abriga ainda diversas estruturas fixas como: *casa de forno de bolo*, casa de farinha, alambique, galinheiro e chiqueiro (*cercado* para aves e porcos, respectivamente), banheiro (local para tomar banho, quase sempre coberto e cercado com folhas de palmeiras nativas), *jirais* (espécie de bancada artesanal feita com varas de madeira, para lavar louças e roupas ou colocar alimentos como casca da mandioca para secar ao sol), sentina (fossa, tipo fossa negra, cercada como se fosse uma casinha) e nos casos onde *trabalham no aberto*, por vezes, encontramos currais para criação de bovinos, caprinos, equinos, asininos ou muares. Os poços são muito comuns nos quintais de Todos os Santos, pois o fornecimento de água é realizado paulatinamente durante o dia, ressalta-se que o povoado não dispõe mais de nenhum recurso hídrico, a pós a “morte” do rio Chibél.

3.3 A farinhada como estratégia de manutenção da condição camponesa em Todos os Santos

A cultura da farinhada abrange um processo de apuração da mandioca que acontece desde a preparação do solo, plantação, manutenção, colheita da chamada *roça de inverno* do ano anterior já está madura – quando está no ponto para ser arrancada – (digrama 01) até produção de produtos finais, faz parte dos domínios rotativos, mas seus produtos finais. Após essa etapa, acontece à época da farinhada, que ocorre nos meses de julho a outubro, no auge do calendário de suas atividades. Isto porque, a partir de julho, quando completa um ano e meio da roça de inverno do ano anterior, que ocorre na casa de farinha ou casa de forno.

Tal processo envolve várias etapas do trabalho com a mandioca e envolve o trabalho intenso que envolve o preparo de vários tipos de farinha (*farinha seca [branca]*, *farinha d'água*, *farinha de puba*), *goma* (fécula utilizada para produção de beijus), grolado e ração animal (casca da mandioca desidratada ao sol). Para Carvalho (2013) a farinhada configura-se como um complexo evento social que não se restringir à abordagem estritamente econômica, como simplesmente uma atividade subsequente às atividades agrícolas, ou meramente como mais uma etapa das atividades produtivas.

Comumente, a família camponesa costuma se reunir para o trabalho intenso, pois Oliveira (1987) enfatiza que “a força de trabalho familiar é o motor no processo de trabalho na unidade camponesa; a família camponesa é um verdadeiro trabalhador coletivo”. A farinha exige bastantes tarefas, a família extensiva, de modo geral, troca dias de trabalho com amigos e vizinhos. Caracteriza o que Tavares dos Santos (1978, p. 62)¹³ chama de “ajuda mútua entre os camponeses, em determinados momentos, a força de trabalho familiar; entre essas práticas está o mutirão ou troca pura e simples de dias de trabalho entre eles”

Como dito acima, a farinhada, ou maior parte dela, ocorre na *casa de farinha* ou *forno*, que se localiza geralmente no *quintal*, tal edificação se constitui numa construção fixa que se assemelha ao formato de uma casa de moradia, sendo comumente coberta com palhas de palmeiras nativas, como babaçu, buriti ou carnaúba. É estruturada por engrenagens utilizadas para *farinhada* como o triturador de mandioca, chamado de *catitu*; o motorzinho; a prensa; o forno com paredes feitas de barro com lâmina de ferro ou cobre para assar a massa de mandioca, e, transformá-la em farinha e outros produtos derivados; além de objetos de armazenamento dos produtos intermediários e finais desse processo. Em geral, uma *casa de farinha* é utilizada por vários grupos domésticos unidos por relações específicas de parentesco, compadrio e vizinhança. Acerca dessa relação, Santos (1979) é categórico em afirmar que “quanto maior a complexidade das atividades, mais excedente se reproduz localmente”.

Para cada subproduto produzido a partir da mandioca é utilizado uma espécie diferente da planta, por exemplo, para a farinha seca (ou branca é utilizada a mandioca da espécie branquinha). A mais comum em Todos os Santos é a da espécie pitanga, cuja tonalidade avermelhada, é ideal para o preparo da farinha d’água. Na entrevista com camponês, ao perguntar de qual tipo de mandioca é feita a farinha d’água, ele explicou que,

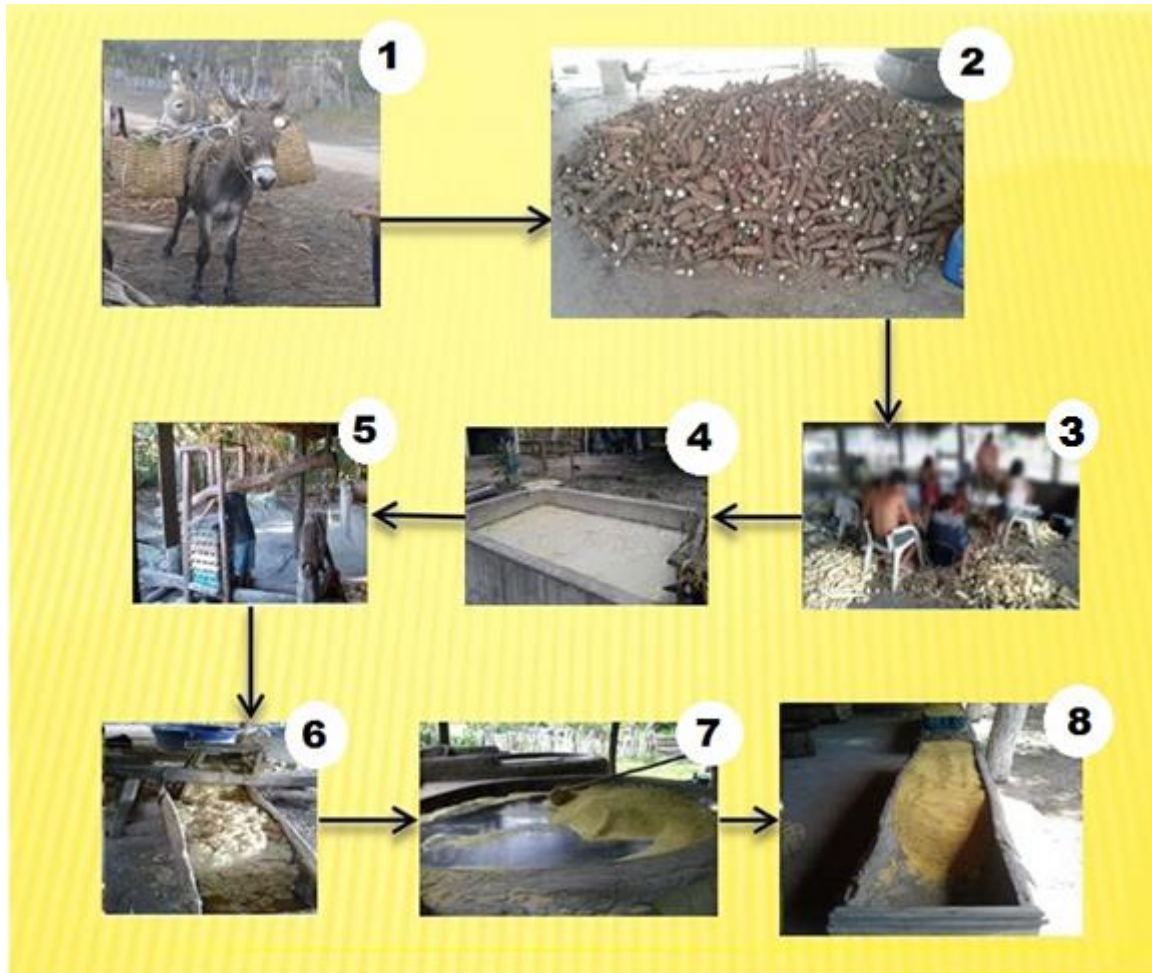
Ela é feita com uma mandioca que se chama pitanga, ela já, não precisa de tinta, a tinta dela já trás com ela mesma, já é mesmo da natureza mesmo, ela é amarelinha, ela é todinha desse jeito aqui, amarelinha, amarelinha, não tem negócio de você botar uma tinta não, ela já vem a cor da natureza dela mesmo.

¹³ Tavares dos Santos (1978) analisou, em sua pesquisa, os camponeses do Brasil Meridional, como que se constitui na história pelo modo de produção capitalista determinado como produtor de mercadorias e criador de trabalho excedente.

A mandioca boa para farinha seca é a branquinha, a tomásia, tomásia que nós não tem mais, a branquinha tem muito, dá uma farinha muito gostosa, é essa mandioca pitanga pra nós fazer farinha puba é ne boa dá uma farinha de primeira, mas acho que de primeiro nós plantava essa branquinha, anajzinha a produção dava mais, tinha muita produção, praiana, tem uma mandioca chamada praiana ela é boa também, fazer farinha puba, ta com tempo que o saco ou paneiro a farinha ta assim roxa, também é boa, pitanga é a mais gostosa, comer como é gostosa, fazer a farinha gostosa, é muito gostosa, farinha. (INFORMANTE CAMPONÊS de Todos os Santos, Urbano Santos. Entrevista concedida em outubro de 2016).

A fabricação da farinha é considerada como o produto mais rentável economicamente da mandioca, começa ainda na roça, quando mandioca é colhida manualmente, em seguida, transportada por animais equinos de carga, como jumentos e burros até à casa de farinha. Os tubérculos são depositados no pátio dessa unidade de beneficiamento para seres descascados e, após, são colocados na água em um reservatório (tanques de concreto com tijolos, caixas de fibra, e grandes pneus) ou, ainda, em sacos de fibras dentro do rio (ou outro corpo d'água) para amolecer (diagrama 02).

Figura 5 (Diagrama 02) – Etapas do processo de fabricação da farinha: 1. *Carga* de mandioca transportada por jumento da roça até a casa de farinha; 2. Mandioca no pátio da casa de farinha; 3. Trabalhadores raspando (descascando) a mandioca; 4. Mandioca de molho para *amolecer*; 5. Prensa para secar a massa; 6. Massa seca; 7. Torra da massa, transformada em farinha; 8. O produto em último estágio, a farinha no cocho.



Elaboração e fotos: Adielson Correia Botelho, 2017.

Os tubérculos (raízes da mandioca) são colocados de molho por três ou quatro dias para depois serem ralados no *caititu*, um moedor, feito de madeira, que possui um cilindro com lâminas afiadas e gira por meio de motor a diesel ou elétrico. Depois de ralada, a *massa* é colocada em uma prensa para retirar o excesso de líquido; é peneirada para suprimir os talos e, só depois disso, colocada no *forno*, uma grande peça de metal aquecida com fogo à lenha. Essa massa é mexida com uma espécie de rodo de madeira, de forma constante e com movimentos característicos, conforme o estágio de torrefação, até a farinha ser considerada pronta. Outros produtos podem ser extraídos da mandioca para a feitura de *beijus*, *bolos*, *grolados*, *tapioca* e outros subprodutos. No entorno da *casa de farinha* ficam

jirais para disposição da mandioca seca descascada; tanques para mandioca que ficará de molho em água; e a prensa, para drenar a massa de mandioca que ficou de molho. Ao indagar ao camponês sobre o processo de fazer a farinha, ele responde,

A farinha, nós arranca ela lá (mandioca) né, lá na roça e trás pra cá, quando chega aqui, as mulher rapa tudinho, a nós bota de molho aqui né, (...), ai quando dá com quatro dias, nós lava ela, joga naquele jiral ali, ai no outro dia tá ralado aqui, tá ralando, leva pra li, pra aquela prensinha ali, dali trás pra essa peneira. Da peneira a gente passa ela ali, leva pro forno, quando vem de lá joga aqui, bota pra cá, quando ta sequinha joga ela aqui.

Depois de torradinha, coloca no saco e costura, nós pesa na balança e ai espera o comprado, aqui nos tamo numa fase ruim, de crise, dinheiro e tudo, mas é 200 reais saco, mas ta numas crise, ta na greve não sei o que ninguém sabe, isso aqui é um produto nos trabalha nos vende ele, se nos ela por 200 reais nosso lucro é pouquinho demais, pouquinho, pouquinho, pouquinho. Porque tem muita despesa de campo, pra gradear, pra tudo.

Tudo pago, tudo é pago quando chega no ponto de apuro, chega pra nós sem valor, é obrigado nós vender ou nos vende ou nós não come, o que a gente faz hoje em dia pra comer, pro remédio, pra roupa, não é pra ganhar dinheiro, pra depositar não. (...) não senhor, consume mesmo, da luta, do trabalho pra gente. Aquilo [casa de farinha e alambique] é meu e do meu filho de nós, é meu mais dele, ali (casa de farinha e alambique) é meu mais dele, nós trabalha junto, é meu caçula, mas ele é parceiro de todo negócio.

(INFORMANTE CAMPONÊS de Todos os Santos, Urbano Santos. Entrevista concedida em outubro de 2016).

Para Moura (1988) o trabalho familiar camponês abastece a casa de moradia alimenta seus membros, mas também é destinado a lugares e pessoas exteriores a esta realidade. Na entrevista, percebemos que a produção de farinha é destinada, primeiro ao consumo da unidade familiar e, depois, à venda. Típico do processo de existência e reprodução camponesa como Ariovaldo Oliveira (1987) nos lembra de que no trabalho camponês uma parte da produção agrícola entra no consumo direto do produtor, camponês, como meio de alimentação imediata e, a outra parte, o excedente, sob a forma de mercadoria, é comercializada. Portanto, circulação da produção camponesa, conforme Moura (1988) propicia, uma reprodução simples da riqueza, isto é, sem acrescentá-la nem diminuí-la.

Parte da produção da farinha d'água é comercializada na área urbana de Urbano Santos, porém, os principais compradores são os municípios de Chapadinha, pois o município é o maior e mais populosa cidade do Baixo Parnaíba. A farinha é comprada, geralmente por atravessadores, que são as pessoas que compram do produtor e vendem aos comerciantes. Em outubro de 2016, época do

trabalho de campo, a saca de 50 kg da farinha estava sendo vendida à R\$ 200,00, pois ainda era o período de safra, da farinhada, fora deste período, o saco chega a custar R\$ 250,00.

Importante observar, em um dos trechos da entrevista, que os custos da produção do plantio da mandioca ao produto final, cujo processo, como vimos, envolve várias etapas, o gasto total muitas vezes não é compensado no preço de venda do saco de farinha, por exemplo. Quando compensa, o valor obtido com esta venda supre apenas o que chamam de *despesa*, gastos domésticos, não sobrando para a fruição.

Em outro momento da entrevista, o camponês fala sobre a parceria na produção da casa de farinha e alambique, embora envolva a relação pai e filho, a produção é dividida, uma vez que são duas unidades doméstica familiar camponesas distintas, já que o filho pertence a outra unidade. A esse respeito, Tavares dos Santos (1978), ressalta que essa relação caracteriza-se pela parceria, na qual a produção camponesa decorrente da ausência de condições financeiras do camponês para assalariar trabalhadores em sua propriedade. Assim o camponês, ao contratar um parceiro, divide com ele os custos e ganhos.

No mesmo período em que corre a farinhada, de julho a outubro, os alambiques do Baixo Parnaíba também entram em funcionamento para a fabricação da tiquira¹⁴, aguardente típica bastante conhecida na região por sua cor lilás ou clara, produzida a partir da sacarificação e fermentação da mandioca.

A produção ocorre de forma artesanal por pequenos produtores e sua comercialização se faz no mercado informal, não havendo dados estatísticos de produção e nenhum registro de produtor no Ministério da Agricultura ou Produção Agrícola Municipal/IBGE. O Maranhão se destaca como principal produtor da aguardente, sendo que a fabricação está concentrada nos municípios do Baixo Parnaíba e Lençóis Maranhenses como Santa Quitéria do Maranhão, Barreirinhas, Humberto de Campos, Santo Amaro e Urbano Santos.

Toda a etapa do processo de produção da aguardente ocorre por cerca de, aproximadamente, 25 dias; em grande parte, por causa da sacarificação – ou

¹⁴ Segundo o escritor Gonçalves Lima, a palavra tiquira é originária da palavra Tupi Tikira que significa líquido que goteja, que pinga do alambique. Teria a sua origem entre os índios da Amazônia, tendo sido adotada pelos habitantes do Maranhão como a sua bebida típica (SEBRAE/MA, 2006).

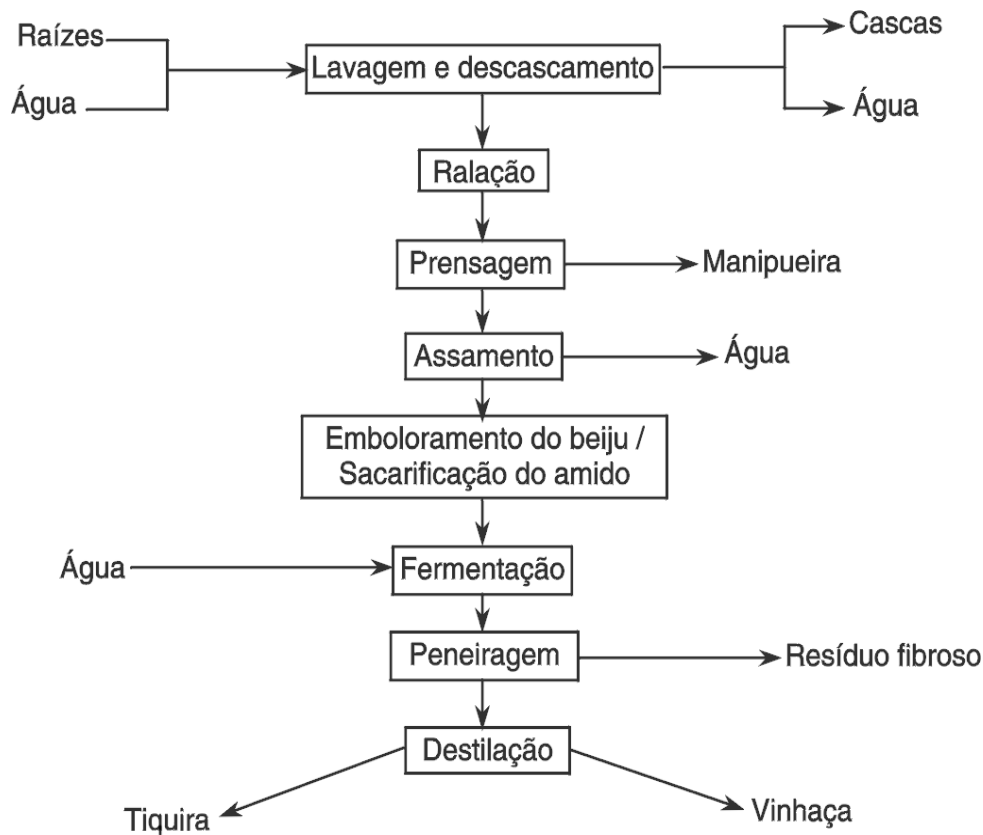
seja, sua transformação em açúcar – e fermentação da mandioca (ver fluxograma 01).

As raízes são trituradas no *catitu*, a massa peneirada ganha formato de beiju e vai para o forno. Depois de assado, os beijus estocados em local sombreado, mas suficientemente quente para permitir o crescimento de bolores, cujos esporos são naturais daquela região. As raízes, após serem lavadas e descascadas, são raladas em raladores próprios e prensadas para a eliminação de uma parte de sua umidade. Os beijus contendo amido sacarificado são colocados em caixas de fibra de vidro que funciona como fermentadores normalmente e, em seguida, são cobertos com água. Após algumas horas de repouso, o meio é agitado e deixado e repouso para fermentar. Para quem tem o alambique e, a técnica de fabricação, o processo se inicia ao,

Tirar a mandioca da roça traz pra casa e rala a mandioca, corta só a cabeça, quando rala a mandioca todinha, deixa lá, quando dá no outro dia vai lá e faz o beiju, no outro dia, passa 4 dias no jiral, dobra o beiju para o outro, sabe que o beiju ta bom, 8 dias, bota caixa, quando dá com 8 dias começa a 9 dias, o beiju ta bom, tiquira, ninguém não bota a tiquira, só a folha da tangerina pra ficar azulzinha, fica bem azulzinha, eu botava dentro. (INFORMANTE CAMPONÊS de Todos os Santos, Urbano Santos. Entrevista concedida em outubro de 2016).

A fermentação é natural e utiliza os microrganismos que ocorrem naturalmente no beiju, na água e na parede interna dos cochos. O tempo de fermentação é de 48 a 72 horas. Pela descrição, trata-se de um processo descontínuo de fermentação alcoólica, que utiliza população mista de microrganismos, dentre as quais devem prevalecer cepas de leveduras alcoólicas (VENTURINE FILHO; MENDES, 2004, p. 557).

Figura 6 (Fluxograma 01) – Produção de tiquira.



Fonte: Venturine Filho; Mendes (2004).

A tiquira vem ao longo dos anos adquirindo espaço no mercado, tanto que em 2009 recebeu uma legislação específica, para regulamentar parte do seu processo, sobretudo por conta de sua graduação alcoólica. O decreto Nº 6.871 de 4 de junho de 2009, cuja legislação dispõe que a tiquira, obtida do destilado alcoólico simples de mandioca, ou pela destilação de seu mosto fermentado:

Art. 59. Tiquira é a bebida com graduação alcoólica de trinta e seis a cinquenta e quatro por cento em volume, a vinte graus Celsius, obtida de destilado alcoólico simples de mandioca ou pela destilação de seu mosto fermentado.

§ 1º A destilação deverá ser efetuada de forma que o destilado tenha o aroma e o sabor dos elementos naturais voláteis contidos no mosto fermentado, derivados do processo fermentativo ou formados durante a destilação.

§ 2º A bebida poderá ser adicionada de açúcares até trinta gramas por litro; quando a quantidade adicionada for superior a seis gramas por litro, a denominação deverá ser seguida da expressão: adoçada. (BRASIL, 2003).

Os Alambiques são localizados nos quintais, se assemelham muito à casa de farinha, quanto sua estrutura física, construídas com madeira e cobertas de palha (babaçu ou carnaúba), que abriga inúmeros apetrechos (catitu, forno de barro, vaso de cobre revestido de barro, etc.). Nos alambiques, há um segundo pavimento, onde os beijus são armazenados para “criar bolores” com a ação do tempo.

Atualmente, observa-se um crescente interesse do consumidor pelos produtos artesanais, com destaque para aqueles produzidos sem a utilização de insumos químicos como agrotóxicos, adubos minerais e etc. Pelas características de sua produção, os fabricantes de tiquira podem perfeitamente explorar esse nicho de mercado (VENTURINI FILHO; MENDES, 2004, p. 555).

Nos mercados de São Luís a tiquira se destaca, dentre os outros produtos regionais do Estado, por sua colocação azulada, para tal, segundo depoimento dos camponeses de Todos os Santos, é acrescentada, durante o processo de fabricação, a “raspa” da folha da tangerineira (*Citrus reticulata*) que é colocada para cozinhar e, em seguida, adicionada na mistura.

A tiquira produzida em Todos os Santos é vendida para comerciantes dos povoados Vizinhos, o litro custa R\$ 12,00, são produzidos, por ano, média de, aproximadamente, quatro mil litros da aguardente. Com uma carga¹⁵ de mandioca são produzidos vinte litros de tiquira.

¹⁵ Uma *carga* é composta por dois *jacás* (cheios) que equivale a 120 quilos. O *jacá* é um recipiente feito de taboca, de considerável capacidade de armazenamento, que serve para transportar várias espécies vegetais, tanto cultivados nas *roças*, quanto coletados em ambientes diversos (Oliveira, 2016).

Figura 7 (Mosaico 02) – Da direita para a esquerda (superior) – beijus armazenados para o processo de *boloração*; apetrecho do alambique; forno de barro e garrafas de tiquira na Casa das Trulhas em São Luís.



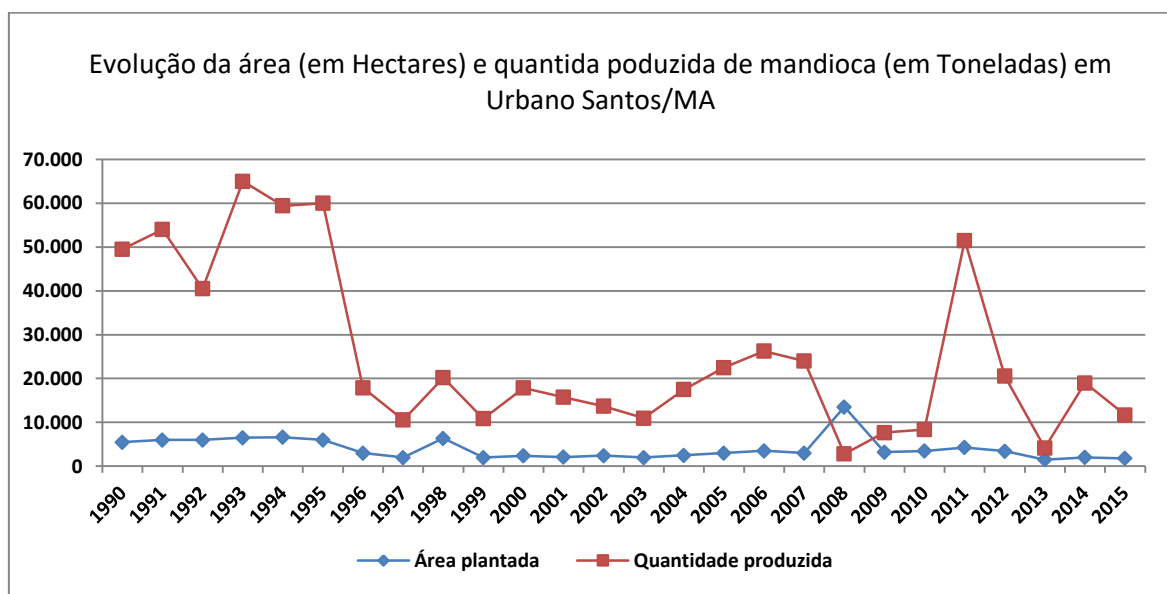
Fonte: Adielson Correia Botelho (2016) e Tiquira – Foto do internet.

Contudo, ao longo dos anos, a produção da mandioca vem diminuindo, ao passo que as áreas agricultáveis cedem lugar às plantações de eucalipto. Conforme Paula Andrade *et al* (2012) as pressões sofridas pelas famílias do Baixo Parnaíba não se limitam ao impedimento do acesso às áreas de extrativismo, especialmente à chapada e, à proibição de criarem seus animais. A Suzano e os chamados *gaúchos* avançam, também, sobre as áreas onde as famílias implantavam seus roçados.

Desta forma, os camponeses se veem, de modo repentino, diante da desestruturação total de sua economia – agricultura, extrativismo, pequena pecuária, caça, impedidas de se reproduzir socioeconomicamente, atingidas na sua identidade de produtores de alimentos, aquela determinada pela relação direta com a natureza (MOURA, 1988). Na realidade, como em outras áreas do Maranhão, se está diante de um processo de “limpeza” dessas áreas, provocando não apenas o desaparecimento de espécies vegetais, animais, de corpos hídricos, mas dos grupos sociais em questão.

Exemplificando em números, as áreas plantadas, no município de Urbano Santos, no período de 1990 até 2015, de acordo com a série temporal da Produção Agrícola Municipal (PAM) do IBGE, vem diminuindo, assim como a produção da mandioca. Como constatamos no gráfico 2.

Gráfico 2 – Área plantada e quantidade produzida da produção da mandioca no município de Urbano Santos /MA (1990-2015)



Elaboração: Botelho, Adielson Correia. Fonte: Produção Agrícola Municipal/IBGE (2016).

Nos primeiros anos da década de 1990, as áreas plantadas com mandioca ocupavam áreas em média cerca de 4.223 hectares. Na década seguinte, esse número caiu para 2.339 hectares e, nos cinco primeiros anos da década de (2011-2020), 2.244 hectares foram plantados com mandioca em Urbano Santos. A quantidade produzida de mandioca também sofreu queda, em média, em relação às décadas de 1990 e 2000, foram produzidas 36.841 e 12.551 toneladas, respectivamente. Porém, de 2011 a 2015, a produtividade foi de 21.280 toneladas em média.

Além da diminuição da oferta das áreas agricultáveis, em Todos os Santos, a redução da produtividade pode estar relacionada à falta de água, seja pelos períodos mais prolongados de estiagem, ou, mesmo pela consequência ambiental provocada pelos eucaliptos que se localizam, em grande parte, à montante das cabeceiras do rio Chibél. Ao indagar um camponês após a chegada das empresas, a plantação de eucalipto e os cursos d'água, ele respondeu:

A primeira coisa que diminuiu mais foi a água que nós não têm mais, isso aqui foi a pior coisa que aconteceu pra nós foi a água, se acabou tudo. As cabeceiras d'água era aqui em cima, da mais de légua e meia daqui até lá (...). É longe demais, na chapada, é água de um lado e outro, água correndo toda cabeceira tinha água, hoje em dia, você vai ali, água corrente, toda cabeceira tinha água. Hoje em dia você vai ali, tá vendo você achar aqui uma ponta d'água, aqui, você vai chegar perto de Urbano Santos para achar água. Você já viu pra cá? Se você quiser ir no meu brejal, no meu cercado, (...), a coisa pior do mundo que aconteceu foi o eucalipto, acabou com toda a natureza, acabou com a natureza que servia tudo enquanto, hoje em dia você não vê mais. (INFORMANTE CAMPONÊS de Todos os Santos, Urbano Santos. Entrevista concedida em outubro de 2016).

Esse trecho é muito importante para a compreensão da relação entre a lógica espacial camponesa de Todos os Santos e do *Baixo Parnaíba* antes da devastação dos recursos florestais pelo agronegócio do eucalipto. A falta de água prejudica as plantações, piora ainda mais em época de estiagem prolongada, uma vez que as chuvas é a única fonte para irrigação das plantações. Antigamente, conforme fala do camponês, as áreas agricultáveis eram mais húmidas, havia o rio e as terras mais *molhadinhas*. Para Wanderley (1995, p. 56) o acesso à terra, que é o eixo central, constitui a base para a prática da diversificação das atividades produtivas e para a absorção do trabalho familiar no estabelecimento”.

A lenha utilizada para aquecer os fornos tanto nas atividades relativas à *farinhada*, quanto na fabricação de tiquira, a coleta é realizada nas áreas conhecidas *capoeiras* e, também das chapadas. A madeira mais apreciada pelos camponeses é candeia principalmente por conta de sua maior combustão. As lenhas são cortadas e ou serradas são transportadas em jumentos. Além da diminuição da oferta de terra, sobretudo das áreas agricultáveis, resultado na redução da produção da mandioca, como vimos. O açambarcamento das chapadas, capoeiras e outros ambientes causam a menor oferta de lenha para a farinha.

Para amenizar essa situação limite, é necessário segundo Corrêa (1998) que se criem no próprio processo de produção as condições de sua reprodução; sendo assim, o processo de produção é também de reprodução. Ainda segundo Corrêa, 1998, p. 55:

A reprodução dos grupos sociais faz-se através de muitos meios. A transmissão do saber, formalizada ou não, constitui um. Outro, é dos mais importantes, é a organização espacial. Ao fixar no solo os seus objetos, frutos do trabalho social e vinculados às suas necessidades, um grupo possibilita que as atividades desempenhadas por este alcance um período de tempo mais ou menos logo, repetindo, reproduzindo as mesmas. Nestas condições, o grupo social se reproduz, porque a reprodução das atividades ligadas às suas necessidades viabiliza o próprio. A organização espacial, ou seja, o conjunto de objetos criados pelo homem e dispostos sobre a superfície da terra, é assim um meio de vida no presente (produção), mas também uma condição para o futuro [reprodução].

As *roças*, assim como essas unidades de beneficiamento da mandioca não são apenas um espaço de trabalho, mas de sociabilidade, pois são locais onde os integrantes desses grupos, de todas as idades, compartilham conhecimentos, valores culturais, regras, costumes, trocas de produtos importantes para a manutenção e reprodução social do grupo. A produção de farinha, da tiquira e os demais subprodutos da mandioca e os complexos saberes a ela associados tem sido estudados por diferentes autores, como Emperaire (2005), Pinto (2005), Adams et al. (2006), que têm levantado a necessidade de serem inventariados e reconhecidos como patrimônio das *populações tradicionais*.

A relação entre produção camponesa e características locais é relevante aqui para evidenciar o saber camponês nessas regiões, e que cada vez mais vem sendo negado, assim, expressa Rodrigues (2012, p.69),

“O saber que vem da experiência com o uso da terra, em que a caracterização não segue uma lógica científica, porém tem íntima relação com o concreto, com o vivido e o percebido. Esse saber caracteriza, diferencia, localiza e permite a implantação da atividade mais proveitosa para a cultura camponesa no espaço”.

Para Ariovaldo Oliveira (1978) o processo de reprodução da produção camponesa é simples, o que significa dizer que o camponês, a cada ciclo de atividade produtiva, os meios de produção e força de trabalho para a repetição pura e simples dessa atividade produtiva.

3.4 “A chapada era, ao mesmo tempo, de ninguém e de todo mundo, era uma terra coletiva, costumeira e indivisa¹⁶”.

As *chapadas*, de acordo com a taxonomia nativa, são áreas tidas como abertas e altas, árvores dispersas, com poucos cursos d’água e, historicamente, vêm sendo utilizadas pelas famílias camponesas para a criação de pequenos animais e de bovinos, assim como para a caça e o extrativismo vegetal. (GASPAR; PAULA ANDRADE, 2014, p. 112). As chapadas são, também, caracterizadas por:

A chapada é quando a gente enxerga longe, quando é chapada. (...) É onde fica mais limpo, onde tem aquele capim grosso, as plantas nativas, é mais salteado carrasco é aquele que pega fogo todos os anos, ai todos os anos cria aquele mato. (INFORMANTE CAMPONÊS de Todos os Santos, Urbano Santos. Entrevista concedida em outubro de 2016).

Na chapada são encontradas diversas espécies vegetais, tais como: pitomba de leite (*Pouteria ramiflora*); candeia (*Gochnatia polymorpha*); goiabinha (*Cordigera concolor*); murici rasteiro (*Byrsonima verbacifolia*); murici (*Byrsonima crassifolia* (L.) Rich); mangaba (*Mangaba*); jatobá (*Hymenaea stigonocarpa*); pequi (*Caryocar brasiliense*); araticum (*Annona Montana*); Fava d’anta (*Dimorpvhandra mollis*); algumas são comestíveis para humanos de alimentação para animais da

¹⁶ Comunidades tradicionais e seus modos de vida. José Antonio Bastos – Blog Basto poeta e militante. Disponível em: <http://bastopoetaemilitante.blogspot.com.br/>.

pequena criação. Também pode ser encontrada uma infinidade de ervas medicinal: amora (*Morus*); ameixa (*Eriobothrya japônica*); aroeira (*Schinus terebinthifolius*); hortelã (*Mentha*); angico (*Anadenanthera macrocarpa*); mangaba brava (*Capparis speciosa griseb*); Capim d'anta (*Panicum prionitis*); Ipê roxo (*Handroanthus avellanedae*); Cajuí (*Anacardium Humile*); sambaiba (*Curatella americana Linn*); Batata purga (*Operculina macrocarpus*); açoita cavalo (*Operculina macrocarpus*) e a janaguba (*Himatanthus obovatus*).

Das espécies nativas a mais rentável, economicamente para as famílias camponesas, é bacuri, fruto do bacurizeiro (*Platonia insignis*), árvore (figura 8) que pode atingir mais de 30 m de altura, com tronco de até 2 m de diâmetro. Sua madeira, considerada nobre, também tem variadas aplicações. Essa árvore ocorre naturalmente desde a ilha de Marajó, na foz do rio Amazonas, até o Piauí, seguindo a costa do Pará e do Maranhão. Esse fruto, pouco maior que uma laranja, contém polpa agridoce rica em potássio, fósforo e cálcio, que é consumida diretamente ou utilizada na produção de doces, sorvetes, sucos, geleias, licores, “farofa” e outras iguarias (HOMMA; CARVALHO; MENEZES, 2010, p. 41).

Como frutífera, é considerada uma das espécies nativas mais importantes da região da Amazônia e Meio Norte. O fruto é um dos mais populares e apreciados nos mercados de São Luís/MA, Teresina/PI e Belém/PA, apesar de mais conhecido e utilizado como espécie frutífera, o bacurizeiro também se caracteriza como espécie madeireira. (SOUZA et al., 2000, 2001; CLEMENT e VENTURIERI, 1990; LIMA et al., 2007). (figura 7).

Figura 8 (Mosaico 03) – Da esquerda para a direita – bacurizeiro em meio à Chapada; e o bacuri em exposição.



Fotos: (da esquerda para a direita) Adielson C. Botelho (2016) e José Antonio Basto (2017).

No Maranhão, bem como no Baixo Parnaíba, a coleta do fruto acontece nos meses de dezembro a março, período intenso da safra, a coleta é realizada quando os frutos maduros caem do pé, geralmente, a coleta do bacuri é realizada nas primeiras horas da manhã. Todas as pessoas têm livre acesso aos bacurizeiros. Após a coleta, os frutos são quebrados e a polpa é extraída, de forma bastante artesanal, com tesouras e facas, atividade que envolve toda a família. As máquinas de despolpar frutas disponíveis no mercado não foram dimensionadas e/ou adaptadas para o bacuri. Depois a polpa é embalada em sacos plástico, congeladas até serem vendidas.

Os principais compradores em Urbano Santos desse produto são oriundos dos municípios vizinhos, como Mata Roma e Chapadinha, de onde segue para São Luís e até para São Paulo e Rio de Janeiro. Cada família extrai, em média, cerca de 200 kg da polpa, cada quilo é vendido, durante os primeiros meses da safra por R\$ 10,00, no fim da safra, o preço sobe para R\$ 15,00, durante todo esse período, essas famílias conseguem, com a venda, até R\$ 3.000,00 (t.). Em muitos casos, esse dinheiro é investido na compra de gado (reserva de valor), eletrodomésticos e motocicleta.

Porém, com a diminuição das áreas de chapada e, conseqüentemente, a diminuição dos bacurizeiros, em função da instalação e expansão dos campos de eucalipto nos últimos anos, somando a grande demanda e preço elevado da polpa, algumas comunidades que produzem o bacuri precisam conscientizar-se sobre práticas equivocadas da coleta do bacuri. Quando pergunto sobre os frutos da chapada como o bacuri, alguns camponeses responderam,

Ave Maria, diminuiu demais, derrubaram muito bacuris [bacurizeiro] entendeu? Muito bacuri, diminuiu tudo, sobre isso no cerrado diminuiu tudo. Coleta, coleta muito bacuri, quem quer bacuri é derrubado, muito difícil, quando está começando a madurecer eles derrubam tudinho, derrubam tudo. Tira a poupa pra vende. é mais só pode pegar que os que estiverem no chão, juntar, tem muita gente que vai de noite derrubar. Quando ta de manhã tem gente tão espero que quando chega no pé de bacuri ele chega e derruba tudinho, só carregando, carregando ai, vai só conservando, agora, no ponto madurinho, abafado, abafado dentro de saco, tem gente que trabalha noite todinha tirando massa [polpa] de bacuri. (INFORMANTE CAMPONÊS de Todos os Santos, Urbano Santos. Entrevista concedida em outubro de 2016).

Pode-se observar, no trecho em destaque (grifo) da entrevista, em que o camponês denuncia a prática maldosa de algumas pessoas (do povoado ou não) subir nos bacurizeiros e/ou atiram objetos na árvore para derrubar seus frutos ainda “verdes”, isso, ainda segundo o camponês, ocorre principalmente à noite. Além de levar à queda prematura dos frutos em fase de crescimento, os quais são abandonados no chão junto com galhos e folhas, os semimaduros são levados e “abafados”. De modo geral, essa prática acontece no início da safra. No entanto, há um conselho formado pelos presidentes das associações já se movimentam com o interesse de fiscalizar e orientar os coletores sobre a importância de coletar os frutos da forma correta. Uma vez que, no ano seguinte, aquele bacurizeiro não brota, atrasa de 1 a 2 anos para voltar ao normal quando seus galhos são danificados.

Além disso, com a implantação dos campos de eucalipto nas áreas de chapada, toda a vegetação foi removida, inclusive os bacurizeiros, segundo depoimentos de um camponês “o trator derrubou todos os bacurizeiros, havia árvores com mais de seis mil frutos”. Há, em algumas ocasiões, que tanto as empresas, como os chamados gaúchos deixam os bacurizeiros em meios às plantações de soja e eucalipto por força da legislação estadual que protege a espécie.

No entanto, Homma et al.; (2010) como o bacurizeiro se trata de uma planta de fecundação cruzada, polinizada principalmente por pássaros, a produção dos frutos depende da presença destes. Acontece que, segundo depoimentos dos camponês, apenas árvores “fêmeas ou machos” são deixadas, além do mais, as cascas dos troncos são removidas, bem como são colocados substâncias químicas na base dos bacurizeiros, com a finalidade de mata-los.

A palmeira do babaçu é encontrada com mais intensidade nas áreas de matos, local propício para roçados e nos chamados baixos, áreas classificadas pelos trabalhadores camponeses como constituídos de terrenos mais baixos, alagadiços e com presença de cursos d’água.

Da palmeira se aproveita quase tudo: a amêndoa, da qual é extraído o azeite, “leite”, sabão; a folhas ou palha servem pra cobrir casa de moradia, de forno, de bolo, alambique, bem como para a confecção de utensílios indispensáveis às famílias, a exemplo do côfo (muito usando para armazenagem de farinha, arroz,

dentre outras coisas), abando, esteira, panacu; o palmito (para alimentação humana e animal).

A coleta do babaçu é realizada majoritariamente por mulheres, os cocos são coletas nos pés das palmeiras, depois são quebrados com pedaço de madeira e machado. A produção é quase sempre para suprir as necessidades domésticas da casa, porém, parte da produção é vendida, seja a amêndoa, que custa R\$ 3,00 o quilo, o azeito por R\$ 10,00 por litro e, até mesmo, o carvão feito a partir da casca do babaçu, geralmente com o dinheiro as mulheres, que compram gêneros alimentícios como carne, arroz, feijão em épocas mais difíceis. Outra finalidade desse dinheiro é utilizada para a compra de produtos femininos, como, por exemplo, estojo maquiagem.

Nos últimos anos as áreas de babaçuais de Todos os Santos diminuíram , segundo os moradores do povoado, por causa da falta de água, tanto pela escassez, como em decorrência da seca do riacho Chibéu, cujo começou a secar a desde os anos de 1980, período de implantação dos campos de eucalipto à montante das nascentes do riacho. O depoimento de seu M sobre a produção de babaçu expressa que,

A produção caiu muito, por causa da falta de água. (...), as bajes estão pequenos, tudo por causa que não tem água, tem palmeira que tem de dois, três cachos que cai murchinho, que não tem água para produzir, aqui cai murcho, tem coco que o caroço que é só a pelinha, o motivo é que não tem água, pode quebrar que é só aquela pelinha, não dá pra nada, toda produção diminuiu. (INFORMANTE CAMPONÊS de Todos os Santos, Urbano Santos. Entrevista concedida em Outubro de 2016).

De acordo com Moura (1988) o campesinato padece para sobreviver no mundo cada vez inserido e dependente do capitalismo. Enfrenta tanto a ameaça de expropriação de sua terra de trabalho, que ocorre em determinados contextos e que significa a perda total de suas condições de reprodução, quanto uma expropriação gradual. Dessa forma, tanto a redução dos bacurizeiros nas chapadas, quanto a pouca produtividade das palmeiras de babaçu representam o que Milton Santos (1979) chama de “equilíbrios tradicionais rompidos e as parcelas de espaço, em que viviam anteriormente de acordo com uma dinâmica própria”. Sendo assim, é cada vez mais evidente a ameaça à autonomia dos trabalhadores camponeses, ao

sistema econômico local próprio àquelas famílias é dotado de peculiaridades do sistema econômico dos trabalhadores.

Com relação à criação de animais, principalmente bovinos e suínos, é feita solta nas áreas de formações florestais conhecidas como *Chapadas*, *Carrascos* e *Capoeiras* em áreas de uso e de exploração comum, usualmente de domínio público, sem cercas ou demarcação, com abundância de alimento para os animais. O costume é semelhante ao dos Faxinais existentes no Norte de Santa Catarina e Sul do Paraná há mais de um século. Como nos Faxinais, desde a década de 1980, na região se acentuam os conflitos devidos às mudanças nas estruturas e no uso dos recursos.

Propícias para a pequena pecuária, as capoeiras são áreas em pousio, deixadas periodicamente sem utilização para a agricultura, permitem o desenvolvimento da mata secundária ou são utilizadas para a criação de animais. Como observa Andrade (1979, p. 109):

Tanto a formação das capoeiras como o uso para o pastoreio, se este não for muito intenso, são favoráveis à renovação do solo em substâncias perdidas durante o período em que foi cultivada. Assim, a agricultura associada à pecuária, e as famosas rotações de terra ou culturas, são favoráveis à conservação do solo e, até certo ponto, à preservação do meio natural.

No Baixo Parnaíba, a criação de animais da pequena pecuária é de suma importância pra sua reprodução material, a criação, como vimos, é realizada principalmente, nas *chapadas* são áreas abertas e altas, sem muitas árvores, com poucos cursos d'água e, historicamente, foram utilizadas, principalmente, para a criação do rebanho bovino, Os animais pastavam livremente elas e outros espaços, a partir de regras pactuadas entre os vários grupos vizinhos (GASPAR, 2010; PAULA ANDRADE, 2012).

Na tabela abaixo, de acordo com dados do Censo Agropecuário/IBGE (2006), é possível identificar o maior número de estabelecimentos agropecuários com criação de bovino por estabelecimento de agricultura familiar¹⁷, significativo em relação ao da agricultura não-familiar, da mesma forma, que o número de cabeças, a diferença é bastante expressiva em Urbano Santos.

¹⁷ O IBGE entende por agricultura familiar conforme a Lei 11.326. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/11326.htm>. Acesso em: 4 de maio de 2017.

Tabela 2 – Número de estabelecimentos agropecuários com bovinos e número de cabeças de bovinos por agricultura familiar e não familiar em Urbano Santos (2006)

Agricultura familiar	Nº
Estabelecimentos agropecuários com bovinos (Unidades)	139
Número de cabeças de bovinos (Cabeças)	1.127
Total	1.266
Agricultura não familiar	-
Estabelecimentos agropecuários com bovinos (Unidades)	5
Número de cabeças de bovinos (Cabeças)	217
Total	222

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2016).

Outro grave impacto sobre a reprodução social e material das famílias camponesas do Baixo Parnaíba é o impedimento da criação de animais, tanto os de médio porte, como suínos e caprinos, quanto os de grande porte como bovinos e asininos. Este, segundo a autora, é um golpe violento sobre a economia camponesa, que não sobrevive apenas do cultivo, mas tem nesses animais uma reserva de valor, a ser acionada em momentos específicos – de necessidade, de festas e outros, conforme colocado por Paula Andrade (2012), Chayanov (1966; 1981), Shanin (1976; 1979; 1983) e Wolf, (1955; 1959; 1976; 1983) dentre outros.

A propriedade privada, segundo Porto-Gonçalves (2012), “priva quem não é proprietário e, assim, constitui a escassez como base da economia. Priva da riqueza, a começar pela própria natureza com a propriedade privada da terra”. Além do impedimento da circulação dos animais, os chamados *gaúchos* passaram a exterminar fisicamente os porcos, burros, jumentos, bodes e bois das famílias, muitas vezes com requintes de maldade, não apenas atirando neles, mas por vezes envenenando-os, queimando-os, esquartejando-os ou utilizando-se de outros métodos cruéis, como atirar no ânus dos animais (PAULA ANDRADE, 2012, p. 179).

No caso do povoado Todos os Santos, a circulação de animais pelos campos de eucalipto não é impedida, porém não há mais com o que os animais se alimentarem, pois a vegetação típica da chapada foi removida, onde antes havia capim agreste, importante para o gabo, bem como a garampara e outros sem número de frutos. Enquanto que os eucaliptos, no qual nenhum animal da pequena criação camponesa se alimenta, está aí o fato que justifica a “livre circulação”.

Desta forma, está cada mais difícil para os camponeses manterem a criação desses animais, pois são obrigados a manterem os presos (figura 9), em currais ou quintas, sendo assim, onerando bastante os seus donos, já que aumenta significativa as despesas, onde antes buscavam na chapada e carrasco seu alimento, o trabalhador rural passa a adquirir ração para os mesmo. Oliveira (1987) os camponeses que antes dispunham coletivamente dos bosques, tiveram que passar a comprar tudo que lá outrora buscavam gratuitamente.

Figura 9 (Mosaico 04) – Pequena criação de animais: o gado preso e os porcos no chiqueiro seco.



Fotos: Adielson Correia Botelho (2016).

Quando o bovino ou suíno são abatidos pelos camponeses, a carne é vendida no próprio povoado e nos povoados vizinhos, a venda é realizado “sob encomenda”, o custo é em média R\$15,00 o quilo, independente do “tipo de corte”. Em período que não há disponibilidade de carne no povoado, há um vendedor que passa em carro uma vez por semana, oriundo de Chapadinha, vendendo mercadorias como: carne, alface, repolho, maçã, uva, batata *inglesa*, beterraba.

Além da extração do mel das abelhas nativas nas chapadas, existe a criação de abelhas como atividade econômica realizada pelos camponeses de Todos os Santos, as abelhas da espécie *tiúba* (*Melipona fasciculata* Smith) são capturas nas *chapadas* em troncos ocos de madeira denominado de *curtiços*, segundo depoimento de um trabalhador rural, a atividade é muito lucrativa, não dá despesas.

A *tiúba* vem sendo cultivada há séculos pela população indígena, é boa produtora de mel, além de produzir o geoprópolis. Ambos os produtos possuem boa aceitação pela população e valor comercial. Para que haja aumento dessa produção, é necessário que haja orientação de técnicas de criação e de manejo adequadas, além da adoção de métodos eficientes e higiênicos para a extração e acondicionamento do mel, bem como, seleção e melhoramento genético dessas abelhas (CÂMARA et al., 2004).

A afirmação se dá pelo fato das abelhas se alimentares apenas de flores, os *curtiços* são colocados, na forma horizontal (Figura 00), principalmente nas áreas de chapada, a extração de mel é realizada duas vezes por ano, há trabalhador no povoado que possui até 50 *curtiços*, produzindo, por temporada, cerca de quatro litros de mel por *curtição*, dependendo da “*florada*”. As famílias que praticam a atividade com a criação da *tiúba* vendem o litro do mel a R\$ 60,00, a compra é feita por pessoas de povoados vizinhos, da sede de Urbano Santos, Chapadinha e São Luís. Com esta atividade, os camponeses faturam por volta de R\$ 2.000,00 por época de produção.

Figura 09 – *Curtiço* de abelhas no povoado Todos os Santos em Urbano Santos.



Foto: Adielson Correia Botelho (2016).

Com a diminuição das áreas de chapada e, conseqüentemente, a diversidade de plantas e flores, cujas abelhas necessitam para a produção de mel. Diante disso, as abelhas migram para outras áreas, não voltam para os cortiços, como podemos observar no trecho dessa entrevista¹⁸:

Não teve muita flor (...). Aí diminuiu a produção de mel, a gente tira, a gente vai ao cortiço tirar mel, não tem mel (...). Não tem porque a bichinha não tem onde caçar mel porque tá destruída a chapada (...). Destruída e aí quando, e quando não tem mel assim, quando ela não arruma, ela sai do cortiço e vão embora. (Camponês informante de Todos os Santos, Urbano Santos. Entrevista concedida em março de 2012).

No trabalho de campo, realizado em outubro de 2016, a situação era a mesma, segundo relatos dos camponeses, as empresas proíbem o acesso e/ou permanência dos moradores nas áreas privadas da chapada e dos eucaliptais. Na verdade, a proibição se estende a circulação pessoas nos campos de eucalipto, pois a empresa alega questão de segurança patrimonial.

Tradicionalmente, conforme Paula Andrade (2012) as famílias dos *povoados* produzem e manejam vias de circulação, chamadas por elas de *caminhos* e *varedas*, pelas quais circulam e, se orientam: até os outros *povoados*, os cemitérios, as áreas de roça, os locais de caça, dentre outros. Desenvolve, assim, um sistema de orientação todo próprio, permitindo que alimentem um mapa mental (MAUSS, 2003) de áreas muito mais amplas e extensas do que aquela efetivamente ocupada por seus locais de residência e de trabalho.

As poesias do poeta e militante urbano-santense, José Antônio Bastos, sobre as chapadas revelam um tom de nostalgia. Pois eram nas chapadas que os camponeses podiam criar animais no regime de solta, onde engordavam seus bichos com capim nativo. A chapada, também, representava, segundo Bastos (2016), “o uso exclusivo dos camponeses, que tinham sobre seus recursos um direito de uso em comum, onde todos os membros de uma comunidade podiam extrair os recursos necessários da terra e das águas”.

¹⁸ Entrevista realizada pela Profa. Maristela de Paula Andrade em março de 2012.

4 O AGRONEGÓCIO DO EUCALIPTO: “VEM DE LÁ PRA CÁ DESTRUINDO A VEGETAÇÃO, TODA A VEGETAÇÃO DESMANCHADA EM CARVÃO¹⁹”

Bota fora o agronegócio, fora, fora, fora

(...)

Vamos todos protestar.

Derrubando toda a mata que o mal

Pode nos causar, vai faltar oxigênio

para a gente respirar.

Destruindo a natureza vamos morrer com certeza só

Deus pode nos livrar.

Os brejos estão secando e também

os igarapés, os rios estão aterrados

onde não se tomava pé, é uma queimada

danada, o povo é desidratado. Já

Se sabe o porque é.

Já controlaram toda terra, onde eu

plantava pra comer, os bichinhos que criava, vão

desaparecer.

Vou juntar meu companheiro, espantar o agronegócio

e botar pra ele correr.

Vou pegar o meu cutelo e também o

meu facão, também a minha foice

também o meu martelo.

Vou entrar nessa guerra defender a nossa terra. E

cuidar da criação.

(Bota fora o agronegócio. Cartilha de cantos da CPT/Comissão Pastora da Terra).

4.1 O carrasco na chapada

Diferente do significado de ambiente florestal, importante no Baixo Parnaíba, o carrasco assume aqui a face relacionada, de forma mais adequada, aos adjetivos pejorativos, como cruel, malvado, insensível ou perverso, pois este não aparenta demonstrar remorso ou sentimento de culpa ao executar o seu trabalho²⁰. Descoberta, para fins econômicos, pelos ingleses na Austrália, em 1788, a

¹⁹ O subtítulo faz parte da fala de um camponês de Todos os Santos, em entrevista concedida a Professora Maristela de Paula Andrade em 2011.

²⁰ Site Significado. Disponível em: <https://www.significados.com.br/carrasco/>. Acesso em: 03 de jun. de 2017.

disseminação das sementes no mundo começou no início do século XIX. O eucalipto do grego, eu + καλύπτω = verdadeira cobertura é a designação vulgar das várias espécies vegetais do gênero *Eucalyptus*, pertencente à família das mirtáceas, que compreende outros 130 gêneros *Eucalyptus* (VITAL, 2007).

O plantio sistemático de eucalipto foi iniciado nas três primeiras décadas do século XIX e disseminou-se como espécie florestal mais plantada do mundo, ao longo do século seguinte. Segundo Andrade (1939), o eucalipto foi levado para a Europa por volta do ano de 1774 ficando até meados do século XIX com pouca, ou quase nenhuma, importância comercial e sendo que um número reservado de espécies destinava-se a estudos realizados por botânicos. “A utilização comercial, ocorreu por volta do final do século XIX em Portugal com a utilização do *E. globulus* chegando posteriormente na Espanha e a Itália” (ANDRADE, 1939).

E, com mais de 600²¹ espécies, apropriadas a usos diversos, apresenta alto rendimento e rápido crescimento²² – razões porque se tornou a grande maioria nos plantios homogêneos em todo o mundo, sobretudo, para a produção de celulose e papel, além de carvão vegetal para fins industriais. Na América do Sul, o primeiro país a introduzir o eucalipto foi o Chile em 1823 e, posteriormente, a Argentina e o Uruguai (NOGUEIRA, 2009, p. 135).

Por volta de 1850, países como Portugal, Espanha e Índia começaram a plantar o eucalipto. Segundo Lima (1993) foi introduzido no Brasil em 1868 predominando suas espécies apenas nos plantios destinados ao setor de produção de madeira serrada, destinada em grande parte às indústrias moveleiras que, no Brasil, se concentram nas regiões Sul e Sudeste, especialmente, no Rio Grande do Sul, com o objetivo de suprir as necessidades de lenha, postes e dormentes das estradas de ferro na Região Sudeste, particularmente no estado de São Paulo.

Os primeiros plantios em escala comercial visavam à produção de lenha para locomotivas e, em seguida, de dormentes para ferrovias e postes de eletrificação, no estado de São Paulo. A expansão do eucalipto com finalidade comercial veio com o Engenheiro Edmundo Navarro de Andrade por volta de 1911

²¹ Em virtude da variedade de espécies existentes do gênero *Eucalyptus*, parte da literatura especializada no tema utiliza-se do plural “eucaliptos”. Neste texto, assim como Nogueira (2009), opto pelo termo no singular, ou seja, eucalipto.

²² O corte do eucalipto, para fins industriais, ocorre aos sete anos de idade, num regime que permite até três rotações sucessivas, com ciclo de até 21 anos, considerado pelo setor de silvicultura um ciclo bastante econômico.

com a alteração do Serviço Florestal e Botânico, órgão da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, em uma sementeira de eucalipto (DEAN, 2002).

Para Hasse (2006) o eucalipto só adquiriu uma dimensão verdadeiramente econômica a partir dos primeiros anos do século XX, quando foi escolhido como fonte de abastecimento da maior ferrovia brasileira, a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, pioneira da silvicultura comercial. O monocultivo de eucalipto se disseminou no território brasileiro, ao ponto de chegar a ocupar o centro de uma infindável polêmica ambiental. Duvidava-se, que a madeira dessa espécie não produziria calor suficiente para aquecer a fornalha, que sua combustão nas locomotivas asfixiaria os condutores, que suas cinzas entupiriam as grelhas das fornalhas e que a distância entre as mudas era inapropriada, dando às plantações a aparência de uma “lavoura de cabos de vassoura.” (HASSE, 2006, p.24).

Ainda de acordo com Hasse (2006) foi a partir das ferrovias, no início do século XX, que o eucalipto arranhou um lugar como coadjuvante em várias cenas do desenvolvimento econômico brasileiro. Sua presença foi relevante nos bastidores da siderurgia, de onde se estendeu para a mineração até alcançar, por vias indiretas, a indústria do papel e celulose (idem, 2006, p. 33).

O objetivo era encontrar uma espécie de árvore que fosse capaz de atenuar uma possível escassez futura de matéria-prima, para a produção de dormentes e carvão, materiais utilizados para manter as locomotivas em funcionamento. Além de atenuar as críticas, então existentes à companhia, em virtude dos desmatamentos resultantes da implantação das ferrovias (MARTINI, 2004; FANZERES et al., 2005).

Além de cultivar eucaliptos para a produção de dormentes, a CPEF passou a comercializar a madeira provinda desta espécie para a construção civil. Quando, em 1919, a CPEF iniciou o plano de eletrificação de parte de suas linhas, passou a utilizar o eucalipto na fabricação dos postes e moirões. Depois da experiência com os postes, realizou testes para verificação da possibilidade de utilização da lenha de eucalipto para alimentar as caldeiras das locomotivas, cujas linhas não foram eletrificadas. Os resultados dos testes foram positivos. Assim, o eucalipto passou também a ser utilizado como lenha (MARTINI, 2004). A possibilidade de utilização do eucalipto como lenha despertou o interesse de outros segmentos industriais, como o siderúrgico, que passou a cultivar grandes extensões

com eucaliptais para abastecer seus fornos (QUEIROZ e BARICHELO, 2008; AQUINO, 2013).

A partir dos anos 1950, o eucalipto passou a ser destinado à produção de celulose – reposicionamento produtivo que adquiriu maior consistência entre os anos 1970 e 1980, quando o Brasil alcançou a primeira posição no ranking de produtores e exportadores de celulose sulfato branqueado (LIMA, 1993).

Na década seguinte, diante desse crescimento do segmento, afirma Lima (1987) ocorre uma expansão das áreas plantadas com eucalipto para atender a demanda das indústrias de produção de celulose a partir da fibra de eucalipto, culminando no ano de 1966 com a maior produção no período tudo em decorrência que durante o ano o Governo Federal cria um programa baseado em incentivos fiscais para o reflorestamento²³.

Os anos de 1980 marcam a o início da instalação, em diversas localidades da chamada microrregião de Chapadinha de empresas nacionais voltadas ao cultivo de eucalipto com vistas à produção de celulose e à extração de madeira nativa para a produção de carvão vegetal. Essas atividades se inserem na chamada *área de influência* de grandes projetos do Programa Grande Carajás, apesar daquela região não fazer parte oficialmente deste programa (PAULA ANDRADE, 1995; GASPAR, 2010).

A silvicultura de eucalipto, Suzano Papel & Celulose, MARGUSA e MARFLORA, para produção de celulose e carvão vegetal a partir da retirada da madeira nativa (PAULA ANDRADE, 1995). “Essas atividades expandiram-se, territorialmente, através dos chamados projetos de manejo florestal sustentado, com a ocupação de muitas áreas que mesmo não contíguas formavam enormes latifúndios” (idem, 1995, p. 67).

Em 2010, só a área adquirida pela MARFLORA para MARGUSA ultrapassa 100.000 ha. Na região de acordo com laudos técnicos do IBAMA, superando demasiadamente os 39.173 ha. de terras oficialmente previstas pela MARFLORA para serem manejadas em dez anos. Em Anapurus, segundo informações do Sindicato de Trabalhadores na Agricultura Familiar (SINTRAF), 26

²³ A Lei federal nº 5.101 de 02 de setembro de 1966 teve como objetivo básico atender a demanda de indústrias e dos processos industriais que utilizavam a madeira como fonte de matéria prima, especialmente nas regiões Sul e Sudeste do país, locais onde a cobertura vegetal natural sofria sérios danos (LIMA, 1987).

povoados têm conflitos com a Suzano Papel & Celulose, e cerca de 70% do território do município está nas mãos da multinacional brasileira (GASPAR, 2010), ou seja:

(...) antes mesmo da chegada dos agricultores *gaúchos*, a *microrregião* de Chapadinha passou pela expansão de atividades que desencadearam mudanças sociais e ambientais na região. Os processos de apropriação das terras pelos projetos de reflorestamento basearam-se em medidas irregulares que afetaram, principalmente, os segmentos camponeses aí estabelecidos, caso da venda dos lotes das famílias sem o conhecimento delas. A posse irregular das áreas de *chapadas*, no momento de execução dos projetos de reflorestamento, contribuiu para a formação de um estoque de terras que assumiu importante papel no momento da chegada dos chamados *gaúchos*, o de ser incorporado por esses últimos agentes às atividades desenvolvidas com a expansão da produção graneleira na região. (GASPAR, 2010, p. 70, grifos do autor).

Algumas dessas microrregiões já haviam sido caracterizadas como área de influência da atuação de grandes grupos econômicos, como MARGUSA - Maranhão Gusa S/A e seu braço florestal, na época, a MARFLORA – Maranhão Reflorestadora Ltda., e a Cia. Suzano de Papel e Celulose (PAULA ANDRADE, 1995).

Nos anos 1990, os procedimentos adotados pela MARGUSA e MARFLORA, para obterem terra, matéria prima e mão de obra para seus empreendimentos de produção de carvão vegetal a partir da devastação da cobertura florestal nativa. Shiraishi Neto (1995, p. 68-77 apud Paula Andrade, 2012), realizando levantamento nos Cartórios de Registro de Imóveis das Microrregiões de Chapadinha e do Baixo Parnaíba Maranhense, já demonstrava as irregularidades, marcadas por atos fraudulentos registrados em cartórios da região, por meio das quais tais grupos econômicos e particulares, como os chamados *gaúchos*, apropriaram-se de amplas extensões de terras públicas. Analisando-se os chamados “projetos de manejo florestal sustentado” da então MARFLORA, demonstram as estratégias utilizadas pelas empresas para obter terra e mão de obra local, nos anos 1990 (PAULA ANDRADE, 1995; 2012).

A MARGUSA foi fundada em 1991 pelo grupo japonês Yanmar (Yanmar do Brasil S/A), e permaneceu em operação até 1995, transformando madeira nativa em carvão. Em 1996 a empresa foi desativada, e em 1997 foi comprada pela Calsete Siderurgia Ltda., de Minas Gerais. Entrou em funcionamento novamente e assim permaneceu até 2003. Em dezembro de 2003 foi adquirida pelo Grupo

Gerda, cuja fábrica de maior capacidade produtiva se localiza em Contagem, Minas Gerais. Percebe-se, deste modo, uma profusão de razões sociais e de empreendimentos econômicos distintos, porém com a permanente intenção de açambarcar grandes extensões de terra para fins de exploração da floresta nativa ou sua extinção para implantação de plantios homogêneos (STCP, 2006).

A base florestal da MARGUSA foi montada via plantio de 42 mil hectares de áreas arrendadas da Comercial Agrícola Paineiras Ltda., empresa controlada pelo Grupo Suzano. A empresa Paineiras iniciou seu projeto florestal no Maranhão na década de 80, tendo adquirido terras em oito municípios do Leste Maranhense, aonde veio realizando experimentos com o gênero *Eucalyptus spp.* Embora as finalidades do empreendimento da MARGUSA (produção de carvão vegetal a partir da mata nativa) e da Suzano (reflorestamento com eucalipto para fins de produção de celulose) sejam totalmente distintas, o juiz que julgou a ação movida pela Procuradoria Geral da República no Maranhão decidiu pela não necessidade de se produzir um novo EIA RIMA para os atuais empreendimentos da Suzano.

Quase duas décadas depois, e, após a devastadora ação da MARFLORA, a Suzano Papel & Celulose assumiu aqueles chamados *projetos de manejo florestal sustentado*, pretendendo dar nova destinação à floresta nativa, desta feita derrubando-a totalmente com o auxílio de *correntões* e, em seu lugar, estabelecendo o plantio de eucalipto. (GASPAR, 2010).

A *área de influência* da Suzano, segundo consta o EIA-RIMA²⁴, envolve os municípios de Urbano Santos, Belágua, São Benedito do Rio Preto, Santa Quitéria do Maranhão, Anapurus, Mata Roma, Santana do Maranhão, São Bernardo, abrangendo uma área de 71.500 ha, sendo a área de plantio de 42.000 (hectares), ou seja, a mesma área da MARGUSA, como vimos antes.

Acerca da relação jurídica com a terra, há apenas os dados do Censo Agropecuário de 1995. Nele, consta, o número de estabelecimentos - grupo de produtores de exploraram florestal da silvicultura de eucalipto. Como podemos ver (tabela 3) o maior número de estabelecimentos (68%) encontra-se em terras ocupadas, ou seja, em terras devolutas, cedidas pelo Estado, em contrapartida pelo discurso de desenvolvimento. Outra parte, em terras arrendadas de terceiros, antigas fazendas e, somente, (7,5 %) de tais estabelecimentos, possuíam terra

²⁴ EIA-RIMA elaborado pela STPC, em 2006, para a Margusa, aproveitado, por decisão judicial, para a Suzano Papel e Celulose.

própria. Atualmente, esse quadro deve encontrar-se invertido, as empresas investiram em compra e/ou outros meios de aquisição terras, dessa forma, tornando proprietárias.

Tabela 3 – Número de estabelecimentos de grupos de Silvicultura e exploração florestal e condição legal das terras no município de Urbano Santos (1995)

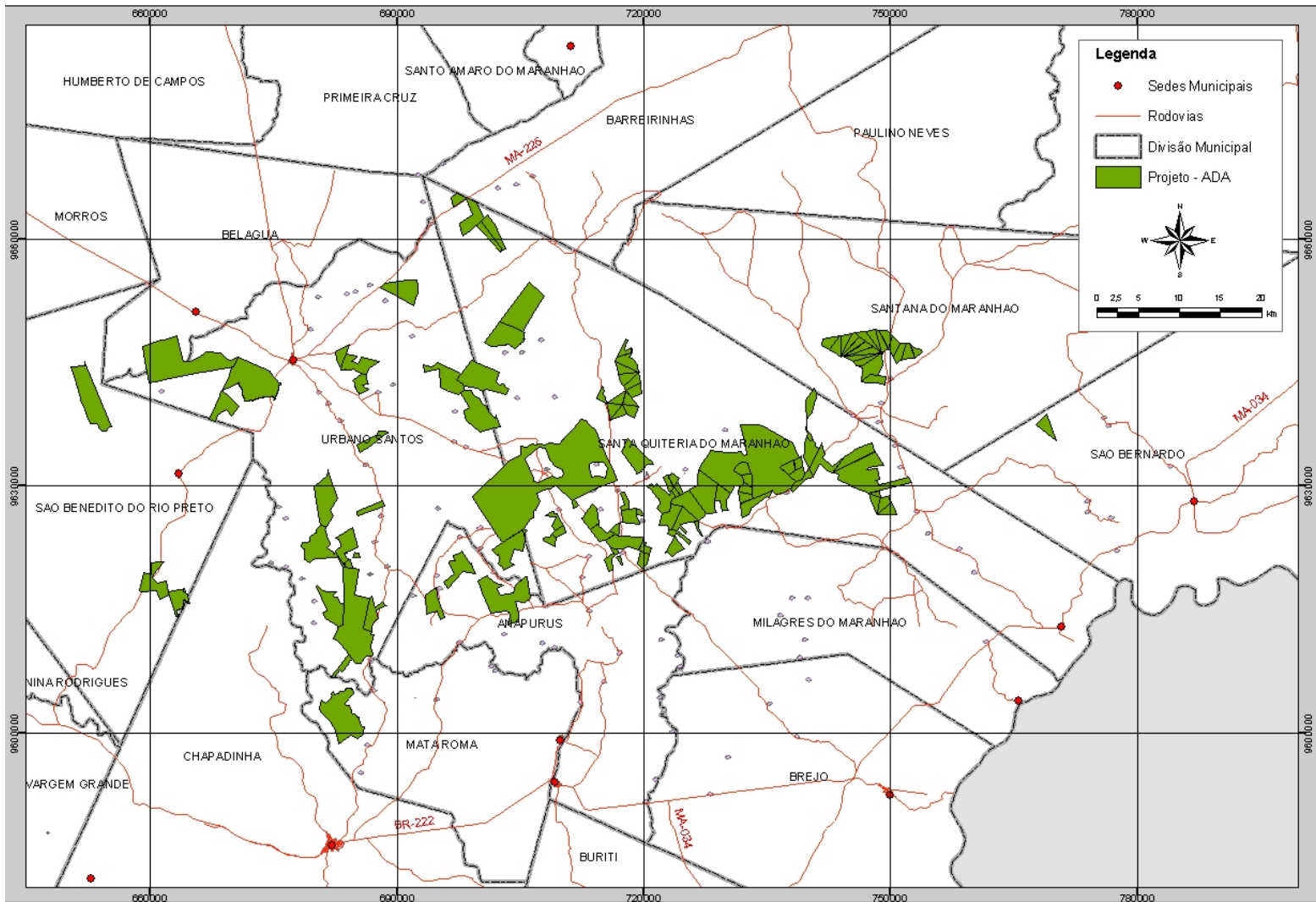
Condição legal das terras	Número de estabelecimentos
Terras próprias	4
Terras arrendadas	13
Terras em parceria	-
Terras ocupadas	36
Total	53

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário.

O projeto de ampliação do empreendimento da MARGUSA, segundo informações retiradas do STCP (2006), contempla a atividade Florestal com implantação de uma área de 42.000 ha com espécies de eucalipto e a produção de carvão vegetal. Para o desenvolvimento das atividades de implantação de plantio comercial de eucalipto o empreendimento inclui ainda, as áreas destinadas à infraestrutura (estradas e Unidades de Produção de Carvão/fornos).

A área de abrangência do EIA-RIMA está localizada no Nordeste do Estado do Maranhão em porções dos municípios de Urbano Santos, Belágua, São Benedito do Rio Preto, Santa Quitéria do Maranhão, Anapurus, Mata Roma, Santana do Maranhão, São Benedito, São Bernardo, abrangendo um total de 71.500 ha., e em áreas das microrregiões Baixo Parnaíba Maranhense, Chapadinha e, indiretamente, Coelho Neto, Caxias e Codó (Mapa 7).

Mapa 7 - Localização das propriedades com plantios de eucalipto no Baixo Parnaíba.



Fonte: STCP, 2006.

Os referidos empreendimentos têm como objetivo a produção de madeira como matéria-prima para fins industriais o plantio das áreas e a produção de carvão. Proximidade geográfica da Siderúrgica Carajás e ao minério de ferro utilizado para produção de ferro gusa – Facilidades de acesso à infraestrutura rodoviária e rodoferroviária; e, facilidades de acesso ao porto de Itaqui (STCP, 2006).

Ao passo que se expandem os empreendimentos, conseqüentemente, crescem consigo, logicamente, a produção de eucalipto. Segundo dados da Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura/IBGE, o Maranhão possuía no ano de 2014, 207.448 hectares de terra plantados com eucalipto, no ano seguinte, a área aumentou para 214.094 ha., no mesmo período, no município de Urbano Santos, a área era 9.432 hectares.

A planta Industrial está localizada, segundo consta em seu *site*²⁵ no município de Bacabeira (MA). Sua localização privilegiada e estratégica favorece a competitividade do produto com relação à aquisição dos insumos, ao escoamento da produção que está a pouco mais de 50 km de distância da área portuária de São Luís e da proximidade do mercado consumidor. A empresa utiliza como principais matérias primas: o minério de ferro proveniente da Serra de Carajás e Carvão Vegetal produzido através da Marflora Energética, suprimindo as necessidades da Usina com recursos oriundos de suas florestas plantadas.

Em trabalho de campo realizado em outubro de 2016, pude ver de perto, uma dos Campos de Eucalipto, no caso a Fazenda Todos os Santos, nome dado, acredito, em alusão ao *povoado* Todos os Santos, já que fica no entorno. A referida fazenda possui, segundo a STCP (2006), 2.990,19 hectares de área total. Os últimos plantios aconteceram em 2006 e 2007.

Chama atenção, a quantidade de forno, só nessa bateria, como é conhecida, são mais de 50 unidades de propriedade da empresa Marflora, de acordo com o trabalhador rural que me levou até lá, em períodos do ano, os trabalhos na atividade carvoeira são realizados noite e dia. Os fornos são abastecidos com toras de madeiras de eucalipto (figura 10) são retiradas na mesma localidade, são milhares de metro cúbico por dia.

Muitos moradores de Todos os Santos, tanto homens quanto mulheres, trabalharam nas *firmas* / empresas terceirizadas caso da empresa Florestal, tanto no

²⁵ MARGUSA: <http://www.calsete.com.br/margusa.html>. Acesso em: 20 de Jan. de 2017.

plântio, quanto nas baterias de fornos de carvão. Hoje nenhum trabalha mais na mesma, de acordo com depoimento do trabalhador rural o serviço era muito cansativo, por exemplo: *preparar coivara*²⁶ (preparo do solo para plantar a muda do eucalipto); *roçar o mato* (retirar a vegetação após o “correntão”, inclusive de árvores de troncos grossos); trabalhava suportando uma bomba pulverizadora de cerca de 20 kg durante muitas horas seguidas; em muitos casos, os trabalhos eram realização e, ainda o são, sem o uso do EPI (Equipamento Individual de Proteção).

Além do trabalho precário, os trabalhadores ainda são coagidos, pois são vigiados pelos agentes das empresas conhecidos por *encarregados*, fato que acontece na maioria dos eucaliptais do Baixo Parnaíba, neste caso, Paula Andrade (2012), descreve que estes, são agentes sociais presentes nos campos e exercem uma relação de controle dos demais trabalhadores durante as atividades nos eucaliptais. A esses trabalhadores é imposta uma meta diária a atingir, durante o exercício de suas funções, mas se essa meta for ultrapassada a remuneração procedente é adicionada aos salários dos *encarregados*.

²⁶ A *coivara* é a preparação do solo, para tal são reunidos sobras de madeira em pequenos pedaços (aqueles não utilizados para a produção de carvão) para serem queimados e, assim, adubar o solo junto a produtos químicos para o plântio da muda de eucalipto.

Figura 10 (Mosaico 05) – Foto superior: toras de eucalipto, matéria-prima do carvão, à espera de transporte para os fornos, percebe-se, ao fundo, da foto, dois estágios distintos do campo de eucalipto, além da tora serrada, um plantio “jovem e outro mais antigo” e; Embaixo – Baterias de forno para a produção de carvão vegetal nas proximidades do povoado Todos os Santos, lugar conhecido por Fazenda Todos os Santos



Fotos: Adielson Correia Botelho (2016).

Quando o capitalismo se apropria da terra, esta se transforma em terra de negócio, em terra de exploração do trabalho alheio; Apropria-se da terra, ele o faz com o intuito do lucro, direto ou indireto. Ou a terra serve para explorar o trabalho de quem não tem terra (MARTINS, 1991). A implantação dessas empresas parece que, como ressalta Paula Andrade (2012), deixa perceber, por trás da aparente descontinuidade dos empreendimentos, explícita no emaranhado de razões sociais, a permanência de uma modalidade de ação econômica ancorada numa racionalidade que não prescinde da substituição da floresta original do Cerrado, do extermínio de espécies nativas de fauna e flora, da expropriação de milhares de famílias camponesas.

4.2 A devastação dos recursos florestais: “o eucalipto acabou com toda a natureza, acabou com a natureza que servia de um tudo enquanto”

No caso do Baixo Parnaíba, os conflitos dizem respeito, primeiro e fundamentalmente, pelo acesso à terra, depois, em decorrência da destruição das principais formações florestal (*chapadas, carrascos, matos, baixões, capões*). Locais esses historicamente apropriados e manejados pelas famílias camponesas dos diferentes *povoados* para suas principais atividades econômicas: agrícolas, extrativas, coleta, de caça, pesca e criação de animais. Há uma subversão dos códigos consensualmente acatados por esses grupos, erigidos a partir de uma relação íntima com a natureza, ao longo de gerações, e resultante do desenvolvimento de sistemas complexos de saber (VAN DER PLOEG, 2000; PAULA ANDRADE, 2012).

Inicialmente, salta aos olhos a transformação das antigas *chapadas*, hoje recobertas por quilômetros e quilômetros de eucalipto. Mais estarrecedor ainda, quando se tenta refletir sobre como ocorreu tal transformação, com a transação dessas áreas via mercado, o cenário da anarquia fundiária, com todos os indícios de apropriação fraudulenta de terras se apresenta, com suas dramáticas consequências para os camponeses da região (PAULA ANDRADE, 2012, p.144).

As áreas de *chapadas*, por apresentarem grandes extensões de terra planas, são as mais utilizadas para a instalação do plantio de eucalipto, a este

propósito, Porto-Gonçalves (2012, p. 238), enfatiza que, as “áreas planas significam custos energéticos menores, por este motivo, as grandes empresas buscam áreas mais planas ou suavemente onduladas”. O autor acrescenta ainda que, “a grande expansão recente sobre os amplos cerrados teve esse fator como um dos mais relevantes, acrescidos do fato de serem terras devolutas [uso comum das populações locais]” (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 238).

As etapas de implantação dos campos de eucalipto (Figura 11) consistem: primeiro, na “limpeza do terreno” através da supressão da vegetação, ou seja, remoção na mata nativa, para tal, é utilizada uma prática denominada de *correntão* (corrente grossa, de várias toneladas presa á dois tratores de esteiras, em posição paralela, que vão pondo á baixo todas as árvores de porte maior – bacurizeiro, pequizeiro etc). Em seguida, acontece a seleção das melhores madeiras para formarem as chamadas *caeiras*, cujo processo resultará na produção de carvão com madeira nativa provenientes das áreas abertas.

Após a “limpeza do terreno”, inicia-se então o processo de preparação de solo, aquilo que os trabalhadores rurais, que se *ficharam* e trabalharam nas *firmas* chamam de *coivara* para o plantio das mudas de *Eucalyptus*. Por fim, implantação das *baterias de fornos* (unidades de produção de carvão) e dos *carreadores* (estradas no interior e entorno dos eucaliptais) de piçara para garantir a circulação de tratores, caminhos e ônibus das empresas. Em alguns povoados, segundo relatos dos trabalhadores rurais, riachos e córregos são soterrados. As estradas abertas em *caminhos* e *varedas*²⁷ ocasionam bastantes transtornos aos moradores dos povoados, desde barulho, poeira, até atropelamento de animais. Em muitos trechos dessas estradas há “*quebra-molas*” construídos pelos próprios moradores.

²⁷ *Varedas* e *caminhos* são locais de passagem/ligação de lugares (entre as casas, a outro povoado, a roça etc).

Figura 11 (Mosaico 06) – Da esquerda para a direita, de cima pra baixo: Correntão na chapada; Chapada desmatada para receber plantação de eucalipto; Eucalipto na chapada em contraste com o carrasco e; Eucalipto em fase adulta.



Fotos: Superior – Territórios Livres do Baixo Parnaíba; Inferior – Adielson Correia Botelho, 2016.

Vale ressaltar que a região do Baixo Parnaíba é servida por um rico bioma, todavia, esse cerrado com sua grande biodiversidade sofre com o desmatamento desenfreado para ceder lugar à implantação dos campos de eucalipto para atender a demanda, porém a forma como é transformado o bioma em terreno propício para tal finalidade é melancólica (PAULA ANDRADE 2008, p.123, Grifo da autora):

São comoventes as descrições dos trabalhadores, ao narrarem o desmatamento promovido através do chamado *correntão*, uma corrente de várias toneladas, presa em dois tratores de esteira, [...] derruba as árvores, destroçando e removendo suas raízes. [...] Ainda mais impressionante são os relatos de como o *correntão* carrega, junto com as árvores e animais, as cruzes dos cemitérios, incomodando com seu estrondo destruidor até mesmo os mortos, nos locais em que repousavam há muitas e muitas gerações.

As críticas à produção de eucalipto em larga escala, às vezes estão relacionadas com o fato de que o eucalipto é plantado principalmente na forma de monoculturas extensas, as quais são caracterizadas por apresentar baixa diversidade ecológica. Isso poderia resultar em instabilidade ou vulnerabilidade a mudanças climáticas, assim como ataques de pragas e doenças (REYNOLDS E WOOD, 1997).

No entendo, no caso do Baixo Parnaíba e, mais especificamente, o povoado Todos os Santos, a principal deixa, quanto aos impactos ambientais do eucalipto, está ancorada na questão hídrica. O início da falta de água no povoado coincide com o começo das primeiras plantações de eucalipto nos anos 1980. Com a extinção dos corpos hídricos que servem o *povoado* e de sua fauna nativa. Os entrevistados afirmam que utilizavam os corpos hídricos que servem o *povoado* ou estão próximos e que, nos dias atuais, não encontram mais água denominando essa situação como *sequidão*. A alternativa encontrada é o uso da água de poços dos quintais, mas que não é considerada boa para consumo. Sobre a chegada do eucalipto. A fala de um camponês lembrando como era antes da chegada do eucalipto revela,

Aqui tudo era cheio de água, até lá pertinho de onde ta os fornos, tudo era cheio de água, chovia muito, chovia muito. Tanto inverno, como no verão. Ai depois da desmatação, o inverno foi ficando mais fraco e o verão foi crescendo, foi crescendo e hoje não dá mais pra criar nem os legumes, se plantar os não dá mais, de lá pra cá. (...) Ah tinha muita fartura, muita água,

muita água, quando chovia dava enchente, dava muita água, muita cobra, pra nós passar era de coxo, botava o coxo pra nós passar ia de canoa. O último acontecimento [enchente] foi em 1985 a última cheia que deu nesse riacho, foi em 1985, pra cá, pra cá foi diminuindo, diminuindo e hoje não tem água, tudo era cheião, daqui para cabeceira, pra cabeiras é mais de uma légua. (CAMPONÊS INFORMANTE de Todos os Santos, Urbano Santos. Entrevista concedida em outubro de 2016).

Para irrigar as plantações de eucalipto, na fase inicial do plantio, as empresas utilizam *carros pipa*, a água é extraída, irregularmente de lagoas e rios, áreas de uso comum dos camponeses. Também são construídos *calombos*²⁸ em áreas de declívio, impedindo que a água chegue os riachos, rios lagoas, desviando-a para aos campos de eucalipto. Segundo estudos da Via Campesina (2006), cada árvore do eucalipto, para alcançar crescimento rápido precisa de muita água. Em média, ao longo de suas fases de crescimento, um pé de eucalipto consome 30 litros de água por dia.

As águas dos rios e do lençol freático tem levado á diminuição das espécies e do número de peixes e, com isso, tem trazido prejuízos às populações ribeirinhas e à diversidade biológica e cultural. A pesca, por exemplo, uma atividade historicamente complementar à agricultura, fica desse modo, prejudicada (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 246).

²⁸ *Calambo* é, segundos os camponeses, barreiras construídas, intencionalmente, em áreas de descida nas estradas, para desvia a água das chuvas com o propósito de irrigar as áreas de plantação de eucalipto.

Figura 12 (Mosaico 07) – De cima pra baixo – Antiga área da lagoa do Angelim e; leito seco do rio Chibél, ambas em Todos os Santos.



Fotos: Adielson Correia Botelho (2016).

O rio Chibél era o principal corpo hídrico que o povoado Todos os Santos usufruía, formava inúmeras lagoas em todo seu percurso, segundo memória das famílias camponesas, o rio possuía três nascentes, uma na localidade por Baixinha do Riacho; Pauzinho e Baixo das Palmeiras. Todas as cabeceiras estão nas áreas das *chapadas*. O rio recebeu o nome de Chibél porque as *roças* ficavam nos *baixões*, no horário do almoço, iam comer *chibél*²⁹ e peixe nas margens do rio.

Com a morte do rio Chibél, das lagoas e alagados, a pesca, muito farta e importante para as famílias camponesas também deixou de existir, muitas espécies de peixe como pacu (*Piaractus mesopotamicus*), sarapó (*Gymnotus carapo*), traíra (*Hoplias malabaricus*), teiú (nome científico não encontrado), jacundá (*Crenicichla*), piau (*Leporinus macrocephalus*), cascudo (*Hypostomus affinis*), cangati (*Trachycorystes galeatus*), piaba larga (*Leporinus*), piaba saburuna (*Leporinus*), João duro (*Caenotropus labyrhinthicus*) e muitos outros, havia também crustáceos, como o camarãozinho da água doce (*Macrobrachium carcinus*).

A diminuição das áreas florestais nativas contribuíram para o aparecimento em grande número de animais nas estradas, varedas, próximo às casas, roças, acudados ou reunidos em pequenas áreas de mata. Assim, como passar do tempo, a caça, que antes era abundante, com a presença se animais como: anta (*Tapirus*), veado (*Mazama gouazoubira*) mateiro (*Mazama americana*), galheiro (*Blastocerus dichotomus*), vitininga (*Cervus elaphus*), catingueiro (*Mazama gouazoubira*), este último é o da chapada, do carrasco e, os outros são do mato. A mambira [tamanduá bandeira] (*tamandua tridactyla*), tatu peba (*Euphractus sexcinctus*), tatu china (*Dasyus septemcinctus*), jaboti (*Chelonoidis carbonaria*). Os pássaros – uru (*Odontophorus capueira*), jacu (*Penelope*), nambu (*Tinamidae*), galega (*Patagioenas cayennensis*), existiam não existem mais. Esses animais estão cada vez mais escassos, os trabalhadores rurais atribuem esse fato ao *correntão*:

(...) Se tem algum mambira atrepado num pé de um pau desse aqui, a corrente passa por cima, mata tudo. Você tinha cutia, tinha veado aqui nesse meio, nessa banda de mato, a correntona passa e mata tudo.

(...) pé de eucalipto é que precisa pra sobreviver, consome só um pé de eucalipto, aquele que não alcançar a água morre é muito. Muita água, o que não alcança a água morre. De primeiro as caças ficaram escassas, mataram tudo, antes matava veado, matava tudo, hoje matam, mataram até

²⁹ Chibél ou chibé é uma comida típica da região, preparada à base de farinha d'água, água, limão, sal, cheiro-verde, pimenta e tomate.

as abelhas nativas, mataram tudo, depois a correntão, o trator matou tudinho. (CAMPONÊS INFORMANTE de Todos os Santos, Urbano Santos. Entrevista concedida em outubro de 2016).

As empresas são, por força de Lei Federal, obrigadas a destinar uma área de mata nativa, a “Reserva Legal”, em parte de suas propriedades, esses locais são isolados, em forma de “ilhas”, nelas é, terminantemente, proibida à entrada ou circulação de pessoas (há, inclusive, placas espalhadas por toda parte com o aviso), tampouco, a extração de madeira ou caça, porém, alguns moradores, ainda consegue, por vezes, burlar essa “proibição”.

Essa prática nos remete, embora em momentos e situações distintas, ao reinado de Guilherme e Maria, durante o século XVIII na Inglaterra. Na qual o regulamento conhecido por *Black Act*³⁰, que impedia de forma radical e definitiva a caça nas florestas que ainda não estavam privadamente apropriadas. Essa lei punia com a pena capital os caçadores que fossem encontrados nas florestas de sua majestade, matando animais, roubando os guardas, pescando nos lagos, derrubando árvores e exercendo outras práticas ilegais (MOURA, 1988, p. 34).

O artesanato é uma atividade imprescindível para os camponeses do Baixo Parnaíba, toda a matéria-prima para a confecção de utensílios/artefatos é extraída de plantas disponíveis nos mais distintos ambientes, a exemplo dos buritizeiros, cujas palhas e talos de suas folhas são transformados em *tapiti*, gaiolas, portas, janelas, telhados e etc.

³⁰ Que quer dizer: disfarçando o rosto de preto, daí o nome dado à lei, os camponeses tentavam interpretar como livres e comuns às áreas florestais que, se ainda não eram particulares (MOURA, 1988, p. 34).

Quadro 135 – Confeção do artesanato.

Objeto	Material utilizado	Função
Quibane	Guarimã	Ventejar o arroz (tirar a palha depois de pilado) e para expô-lo ao sol.
Esteira	Junco	Forrar da cangalha que vai sobre o animal.
Meiaçaba	Palha babaçu	Serve como porta, janela, divisória etc.
Jacá	Taboca/bambu	Para carregar mandioca, outras cargas e unidade de medida.
Peneira	Buriti	Peneirar a massa da mandioca.
Côfo	Palha de babaçu, buriti	Armazenar arroz, farinha e outras utilidades.
Tiracolo	Palha de babaçu	Cestinho para carregar maniva para plantar na roça.
Pilão	Madeira do pequizeiro	Beneficiar e/ou refinar mantimentos.

Fonte: Grupo de Estudos Rurais e Urbanos, 2012, (adaptações minhas).

Quase todos os moradores possui habilidade para fabricar pelo menos um dos objetos, na maioria das vezes, de acordo com necessidade de cada um, os objetos são trocados, levando em consideração o fato de um recebe o objeto que o outro não sabe fazer confeccionar, desse modo, outro recebe o que um sabe fazer. No quadro acima, há apenas uma pequena mostra dos complexos e numerosos objetos confeccionados através do artesanato, todos com função e utilidade, em detrimento da redução de matérias-primas, como o buritizeiro, como vimos (quadro 02), a situação dos moradores vai se tornando cada vez mais insustentável.

Embora o foco desta pesquisa não seja o puramente “ambiental” é importante salientar que o eucalipto também causa desequilíbrios no solo, podendo contribuir em desertificação. De acordo com Lima (1993) há a eminência de desertificação a partir da cultura do eucalipto pelo solapamento da produtividade biológica do ecossistema vulnerável através das três seguintes maneiras: a) a alta demanda de água da espécie esgota a umidade do solo e destrói a descarga da água subterrânea, desestabilizando o ciclo hidrológico; b) a pesada demanda por nutrientes cria um déficit anual enorme, desestabilizando o ciclo de nutriente; c) a liberação de substâncias química afeta o crescimento de plantas e de micro-organismos do solo, reduzindo, assim, ainda mais a fertilidade do solo.

Paula Andrade (1995) em pesquisas anteriores focou no impacto oriundo da transformação do cerrado nativo em carvão vegetal para a metalurgia do ferro e

do aço (siderurgia), assim como do avanço da silvicultura. Tais pesquisas destacaram as transformações na estrutura agrária maranhense como resultado da implantação de projetos industriais, agropecuários e florestais, historicamente situados ao longo das décadas de 1970, 80, 90 até a atualidade. O que está posto em discussão é a degradação dos distintos ambientes (chapadas, matos, baixos, carrascos, corpos hídricos), repercutindo diretamente sobre o modo de vida é caracterizado pela articulação sistemática e estratégica de diversas atividades econômicas (agricultura, extrativismo, pequena criação de animais, pesca, artesanato) e pela lógica jurídica de articulação entre uso comum e apropriação familiar dos recursos naturais, a destruição desses recursos implica em atingir no âmago a reprodução social desses grupos.

A silvicultura de eucalipto, assim como as demais monoculturas configuram como um novo modelo de “desenvolvimento”, implantadas numa região onde antes encontrava-se terras devolutas e onde já haviam povoações de famílias camponesas. Quanto à questão ambiental, segundo os especialistas da área, o eucalipto por se tratar se uma árvore exótica ao cerrado maranhense pode provocar grande desequilíbrio aos recursos florestais, hídricos e pedológicos.

4.3 As lutas camponesas pela manutenção na terra: uma rebrotação de esperanças entre chapada, carrasco e mato no Baixo Parnaíba

O movimento camponês não se limita á luta pela terra. Mesmo quando essa é a reivindicação principal, ele compreende outros ingredientes: a cultura, a religião, a condição camponesa entram na formação e desenvolvimento das suas reivindicações e lutas. Mais do que isso. Pode-se dizer que a luta pela terra é sempre e, ao mesmo tempo, uma luta pela preservação, conquista ou reconquista de um modo de vida de ser e de trabalho. Todo um conjunto de valores culturais entra em linha de conta como componente do modo de ser e viver do camponês (IANNE, 2016, p. 66).

Os camponeses precisam se organizar em ligas, para superarem suas dificuldades, ou seja, em uma organização coletiva do campo ou numa organização social da produção. Assim, poderão um dia resolver seus problemas através da

socialização entre os camponeses e de uma organização forte para enfrentar o capitalismo – em face das empresas (KAUTSKY, 1972).

O povoado São Raimundo, em Urbano Santos, por exemplo, tem uma história de luta pela permanência na terra, unidos, os camponeses dessa comunidade conseguiram se destaca pela defesa de sua área, um exemplo de luta em toda região do Baixo Parnaíba maranhense. Eles cuidavam porque a comunidade de São Raimundo os aguardava desde cedo para iniciar o dia de encerramento do projeto “Comunidade Tradicional e a Sustentabilidade do Extrativismo do Bacuri”.

No final de 2015, a SMDH, com participação de representantes do poder público municipal, poder legislativo, INCRA, SEMA, SMDH, STTR, MPF, associações rurais do município e militantes ativistas pelos direitos humanos, reuniram-se como proposta de discutir o Projeto de Rebrotamento de bacurizeiros nativos estava preste acontecer. O objetivo do projeto é o manejo das técnicas desenvolvidas para o rebrotamento do bacuri e suas características ímpares a partir de suas raízes; produção em curto prazo para aumento da renda familiar, além do reflorestamento de áreas desmatadas e aquelas não deveriam ser desmatadas. O projeto que está dando certo no Pará com as orientações dos técnicos da EMBRAPA-PA, pertente aplicar essas experiências no Baixo Parnaíba. Uma das ideias é desenvolver esse trabalho em uma comunidade da região de chapadas que cobre as comunidades vizinhas: Boa união, Santa Filomena, Bom Princípio e Bracinho.

Seguindo desse modo, periodicamente, as associações dos povoados de Urbano Santos têm promovido encontros com outros movimentos, com o interesse de reunir o máximo de associações. Já aderiram ao movimento, a Associação das Parteiras de Urbano Santos, a Associação de Jussaral, a Associação de Mangabeirinha, a Associação dos Anajás dos Garcês, a Associação da Boa União, a Associação de Bom Princípio, o Projeto de Assentamento Baturités, a Entrerrios, o STTR de Urbano Santos, o Fórum Carajás, o Fórum da Amazônia Oriental e dentre outras entidades.

Há um projeto proposto à Câmara de Vereadores de Urbano Santos, no qual recomenda a proibição do avanço das plantações de eucalipto e soja no

município³¹. A proposta partiu de iniciativas populares, principalmente das comunidades diretamente atingidas, junto ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais/STTR de Urbano Santos. O Projeto de Lei segue em negociações/estruturação. Para tal, o sindicato, em parceria com a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos/SMDH, assessoria jurídica para propor o corpo do projeto. Iniciativa semelhante e, inspiradora, aconteceu nos municípios de Barreirinhas e Belágua, também no Baixo Parnaíba, cujos projetos foram aprovados e, assim, há proibição de instalação e/ou expansão de plantação de monoculturas.

Um dos efeitos do estudo demandado pelo Fórum em defesa da Vida do Baixo Parnaíba (FDVBP) e da Sociedade Maranhense de Direito Humanos (SMDH) resultou na ação do Ministério Público Federal no Maranhão. Em 2017 a justiça atendeu a solicitação do MPF/MA e suspensão determinou que a Suzano interrompesse o processo de desmatamento do cerrado maranhense e de implantação de novas florestas de eucalipto, em razão de impactos ambientais provocados pelo cultivo de eucalipto na região, com ressalva à manutenção dos plantios já existentes. O MPF/MA propôs também ação contra o Estado do Maranhão, IBAMA e a empresa Suzano Papel e Celulose S.A, por conta dos impactos causados pela expansão dos plantios de eucalipto na região do Baixo Parnaíba, com autorização da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA).

Em todos os Santos, houve o broto que se tornou um fruto saboroso, os camponeses reivindicaram e, após muita “briga”, parte das terras adquiridas pela empresa forma “doadas” para a comunidade. Sobre essa doação assim se expressa um camponês:

Essa parte aqui eles doaram pra comunidade, eles tomam depois eles doam, um pedaço pra comunidade porque a comunidade brigou com eles. Eles deram pra comunidade esse pedaço aqui, bem aqui também, eles deram aqui um pedaço pra comunidade aqui, bem aqui. Não chegou no pico de data porque a distância é muito grande, é longe demais. Dacolá pra cá é muito longe, do pico de data. Eles deram um pedaço aqui pra comunidade também. aqui pra associação, aqui pra comunidade aqui é diferente. (...) E bem daqui, do pico de data aqui, bem assim aqui tem um pedaço da pedra grande... a briga foi muito forte pra pedra grande ganhar esse pedaço aqui. (CAMPONÊS INFORMANTE de Todos os Santos, Urbano Santos. Entrevista concedida em março de 2012 à professora Maristela de Paula Andrade).

³¹ Segundo informações dos camponeses de Todos os Santos, o projeto incluiu, ainda, a doação de parte das terras aos “pobres”.

Depois que a máscara do “desenvolvimento” caiu, maioria dos moradores de Todos os Santos, tornaram-se as contra empresas produtoras de eucalipto. Conforme, o camponês, informante principal, que gentilmente me forneceu a maior parte das informações campo ressaltou o seguinte “eu sou contra, nós somos pobre, mas tem que comer arroz com feijão, farinha, alimento, é só pra eles, só serve pra eles, só beneficia a firma, nós não, os pobres não”.

Recentemente as Comunidades de Bracinho e Baixão da Coceira, ambas pertencentes ao município de Santa Quitéria do Maranhão, receberam o título de posse da terra através do ITERMA. Fruto de resistência e luta destas comunidades em prol do direito a terra e à vida. A propósito, essas vitórias tão emocionantes dos camponeses do Baixo Parnaíba, só foram possíveis graças ao encorajamento dos moradores de ambos os povoados, juntos com os movimentos sociais (CPT, SMDH, STTR, FDBPM, dentre outras), elas representam a rebrotação da esperança. Desejo esta dissertação sirva, para muito além da obtenção de um título acadêmico, que ajuda, de qualquer forma, as outras comunidades que ainda sonham com o título definitivo da terra, que possam continuar com essa força, coragem, luz que tanto admiro e orgulha. Une-nos, somente juntos podemos vencer, desta maneira, continuar nas chapadas, carrasco e matos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As plantações de eucalipto crescem acompanhando a demanda do comércio nacional e internacional. Com isso eclode também a busca por mais áreas voltadas às grandes produções visando atender estes mercados. No entanto, esta expansão significa um panorama de injustiças sociais, cujas famílias camponesas estão perdendo o direito de viver e também injustiça ambiental, cria as condições para a construção de uma situação de insegurança das famílias, já que as atinge fortemente na sua estruturação social e econômica, além dos eminentes constrangimentos a que estão submetidas, resultante dessa ação devastadora.

A monocultura chegou, assim, aos grandes sertões e, com ela, a homogeneização Porto-Gonçalves (2012) de uma região que se caracteriza por sistemas de uso múltiplo das formações florestais, de um convívio equilibrado de uma enorme riqueza de ambiental onde as famílias camponesas, estão secularmente estabelecidas.

Percebeu-se que o avanço das indústrias agroflorestais no Baixo Parnaíba contribuiu decisivamente para profundas mudanças do cotidiano das atividades dos trabalhadores rurais que antes tiravam da roça o sustento de sua família e produziam alimentos, agora se veem venderem suas forças de trabalho para empresas proprietárias dos eucaliptais, neste caso o grupo empresarial SUZANO Papel e Celulose e MARGUSA S/A. Outros trabalhadores, sem mais alternativas, migram definitivamente para as periferias das pequenas, médias e grandes cidades como Urbano Santos, Chapadinha, São Luís ou mesmo, trabalhar em outras regiões do país.

Contrariando os “planejadores desenvolvimentistas”, conforme vemos em vários estudos de impacto ambiental, e especificamente naquele da MARGUSA, ao se referirem a esses grupos, como caóticos, atrasados, sem planejamento, como utilizadores irracionais dos recursos naturais, na verdade, representa um sistema muito complexo de manejo dos recursos, totalmente apropriado aos ecossistemas locais. E, através da produção social do espaço, conseguem se reproduzir, social, moral, cultural e economicamente.

Ao destruir com *correntões* a vegetação característica da região, além de provocar um desequilíbrio sem precedentes nos ecossistemas locais, atingindo

fauna e flora de diversos tipos e portes, recursos hídricos importantes, a expansão dos plantios homogêneos provoca problemas sociais dramáticos, sobretudo, dos recursos hídricos, pois as lagoas e lagos já estão sofrendo processo de assoreamentos como no caso do rio Chibel, em Todos os Santos, já secaram, causando um dano de proporções incalculável, tanto na questão ambiental, como na questão social, refletindo-se também negativamente nas atividades econômicas (pesca, agricultura, extrativismo, caça, artesanato).

Registra-se, também, processo de desertificação e de erosão acelerada do solo com a retirada da cobertura vegetal; o desmatamento florestal da área atinge, ainda, outras atividades camponesas como: agricultura roças de mandioca, milho e arroz, bem como a coleta de ervas medicinais, de frutos como o bacuri e o pequi e madeira que leva ao extermínio da fauna ligada à caça, pesca e pequena criação e animais. Todos esses recursos discutidos ao longo do trabalho são fundamentais à reprodução camponesa do povoado Todos os Santos.

Esta situação de certa maneira vai acarretar na desarticulação da economia dos camponeses da região, pois em função do desmatamento das áreas de *chapada* para o plantio de eucalipto nas proximidades dos povoados, provocará o impedimento da criação dos animais livremente nestes locais. Tendo em vista que a economia desses camponeses é fruto de uma articulação entre a atividade agrícola, o extrativismo e a pequena criação de animais.

Contudo, com a mobilização, luta e união, os camponeses de Todos os Santos, assim como bem o fizeram os de São Raimundo, seguir o bom exemplo de sobrevivência diante da violenta concorrência pela terra e, sobretudo pela permanência nesta, mantendo-a como terra de trabalho, terra da vida, terra de reprodução social.

REFERÊNCIAS

- ACIOLY, Luciana; PINTO, Eduardo Costa; LEÃO, Rodrigo Pimentel Ferreira A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos. Brasília: Ipea, 2011.
- ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: _____. – (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004. 13-35. p.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno.; MOURÃO, Laís. “Questões Agrárias no Maranhão Contemporâneo”. In: **Pesquisa antropológica**, n^{os} 9 e 10. Brasília: 1979.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras tradicionalmente ocupadas – Estudos urbanos e regionais**. UFPE, Recife, v. 6, N. 1, 2004.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. 2. ed. Manaus: PGSCA–UFAM, 2008.
- ANDRADE, Manoel Correia. **Paisagens e Problemas do Brasil**. 4^a ed. SP: Ed. Brasiliense, 1973.
- ANDRADE, Manoel Correia. **Agricultura e Capitalismo**. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1979.
- ANDRADE, Manoel Correia. **O Planejamento Regional e o espaço agrário no Brasil**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1996.
- ANDRADE, Manoel Correia. **L’elevage le Nord-Est du Bresil. Les cahiers d’outre mer**. Revue de geographie, Bordeaux, França, 1969.
- ANDRADE, Manoel Correia. **O desafio Ecológico - utopia e realidade**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- ANDRADE, E. N. **O Eucalipto**. São Paulo: Ed. Chácaras e Quintais, 1939, 121p.
- ARRUDA, J. J. A. **O Brasil no Comércio Colonial**. São Paulo: Ática, 1980.
- ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. **A guerra dos Bem-te-vis: a Balaiada na memória oral**. - 2^a ed. - São Luís: EDUFMA, 2008. 216 p.
- BARBOSA, Francisco Benedito da Costa. **Economia do Maranhão e de São Paulo: Semelhança na origem, descontinuidade no desenvolvimento**. São Paulo: IPADES, 2012.

BUAINAIN, A. M. et al. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. **Revista de Política Agrícola**, v. 22, n. 2, p. 105-121, 2013.

BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. **Guia para pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos**. Tradução de Sérgio Joaquim de Almeida; Revisão da tradução de Henrique Caetano Nardi. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BECKER, Bertha Koiffmann. SIGNIFICADO ATUAL DA FRONTEIRA: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia Brasileira. In: Aubertin, C. (Org.). **Fronteiras**. Brasília: UNB/ORSTOM, 1988, p. 60-89.

BRASIL. Decreto nº 6.781, de 04 de junho de 2009. Padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas. Diário Oficial da União, Brasília, 04 jun. 2009.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão**. – 2ª ed. – São Luís: Edufma, 1992.

CÂMARA, J. Q. et al. **Estudos de meliponíneos, com ênfase a Melipona subnitida D. no município de Jandaíra, RN**. Revista de Biologia e Ciência da Terra. v. 4, n. 1, 2004.

CARNEIRO, M. J. O ideal rurano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: Silva, F.C.T.; Santos, R.; Costa, L.F.C. (Org.). **Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

CARNEIRO, M. D. S. **A soja no cerrado: algumas considerações sobre a lavoura da soja e os agricultores familiares no Leste Maranhense**. Anais da Jornada internacional de Políticas Públicas. São Luís, 2009.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio - (Coord.). A expansão e os impactos da soja no Maranhão. In: SCHLESINGER, S; NUNES, S.P; CARNEIRO, M. S (org.). **A agricultura familiar da soja na região Sul e o monocultivo no Maranhão: duas faces do cultivo da soja no Brasil**.- Rio de Janeiro: FASE, 2008.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. **Terra, trabalho e poder: conflitos e lutas sociais no Maranhão**. São Paulo: Annablume, 2013.

CARVALHO, Aline Maciel de. **Chapadas, carrascos e capões: uma abordagem antropológica sobre camponeses numa situação de conflito fundiário no Baixo Parnaíba, Maranhão**. 2012. 235 p. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís.

CARVALHO, H. M. **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005.

CARVALHO, C. J. **Ascensão e Crise da Lavoura Algodoeira no Maranhão (1760-1910)**. Rio de Janeiro; UFRJ, 1982. Dissertação de Mestrado.

CEREDA, M. P.; COSTA, M. S. C. da. **Manual de fabricação da tiquira (aguardente de mandioca), por processo tradicional e moderno: tecnologias e**

custos de produção. Cruz das Almas: Embrapa Mandioca e Fruticultura Tropical, 2008.

CHAYANOV, A.V. Teoria dos sistemas econômicos não-capitalistas [1924]. In: **Revista Análise Social**, vol. XII, n. 46. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1976. p. 477-502.

CLEMENT, C. R.; VENTURIERI, G. A. Bacuri and cupuassu. In: NAGY, S.; SHAW, P. E.; WARDOWSKI, W. G. (Ed.). **Fruits of tropical and subtropical origin: composition, properties and uses.** Lake Alfred: Florida Science Source Inc., 1990. p. 178-192.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial.** São Paulo; Ática, 1998.

COSTA, Francisco de Assis. **Agricultura Familiar em Transformação no Nordeste Paraense.** 1ª. ed. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2000.

CUENCA, Manuel Alberto Gutiérrez. **Nova Fronteira da Atividade Canavieira nos Principais Municípios Produtores do Estado do Maranhão; 1990, 1995, 2000 e 2005.** Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2007.

DEAN, W. **A Ferro e Fogo: A história e a devastação da mata atlântica brasileira.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

ELIAS, Denise. Pensando os espaços agrários luminosos do Nordeste do Brasil. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato (Orgs). **Difusão do Agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006.

FARIAS Flávio Bezerra de. **O Estado Capitalista Contemporâneo: Para a crítica das visões regulacionistas.** – 2ª. ed. – São Paulo: Cortez, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Duas visões do comportamento camponês. In: STEDILE, João Pedro. (Org.) **A questão agrária no Brasil: interpretações sobre o camponês e o campesinato.** São Paulo: Outras Expressões, 2016. p. 259-282.

FERREIRA, Antônio José de Araújo. **Políticas territoriais e a reorganização do espaço maranhense.** 2008. 269 p. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

FOWERAKER, Joe. **A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** 21ª ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1986.

GAIOSO, Raimundo José de Sousa. **Compêndio Histórico-político dos Princípios da Lavoura do Maranhão.** Rio de Janeiro: Livros do Mundo Inteiro, 1970. (1ª edição em 1818).

GASPAR, Rafael B. **O Eldorado dos gaúchos**: deslocamento de agricultores do Sul do país e seu estabelecimento no Leste Maranhense. São Luís: Dissertação de Mestrado em Sociologia, PPGCSOC/UFMA, 2010.

GASPAR, Rafael Bezerra. **O eldorado dos gaúchos**: deslocamento de agricultores do Sul do país e seu estabelecimento no Leste Maranhense. São Luís: EDUFMA, 2014. 180 p.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário** (2006); Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em várias datas.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Populacional** (2010); Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em várias datas.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal** (2015); Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em várias datas.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. - 2ª ed., 2ª reimpr. - São Paulo: Contexto, 2011. 188 p.

HASS, Geraldo. **Eucalipto: história de um imigrante vegetal**. Porto Alegre: JÁ Editores, 2006.

HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio Pereira. Sociedade e economia do "agronegócio" no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 25, n. 74, p. 159-176 (Resumo/Abstract/Résumé: p. 196), out. 2010.

HOLANDA, Felipe de. Dinâmica da economia maranhense nos últimos 25 anos. São Luís. In: **Cadernos IMESC 4**. 2008.

HOMMA, A. K. O; CARVALHO, J. E. U. de; MENEZES, A. J. E. A. de. **Bacuri: fruta amazônica em ascensão**. Ciência Hoje, 2010.

IANNE, Otávio. A utopia camponesa. In: STEDILE, João Pedro. (Org.) **A questão agrária no Brasil: interpretações sobre o camponês e o campesinato**. São Paulo: Outras Expressões, 2016. p. 55-70.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.

LEFÉBVRE, H. **Espacio y Política**. Barcelona, Ediciones Parnisula (original em francês, 1973), 1976.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Anthropologie Structurale Deux**. Paris: Plon, 1973.

LIMA, M. C. (org.). **Bacuri: agrobiodiversidade**. São Luís, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2007.

LIMA, Walter de Paula. **Impactos ambientais do eucalipto**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1993. p. 302.

LOPES, Raimundo. **Uma região tropical**. Rio de Janeiro: Fonfon e Seleta, 1970.

MAESTRI, Mário. A formação do campesinato no Brasil. In: STEDILE, João Pedro. (Org.) **A questão agrária no Brasil: interpretações sobre o camponês e o campesinato**. São Paulo: Outras Expressões, 2016. p. 71-100.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Les Argonautes du Pacifique occidental**. Paris: Éditions Gallimard, 1989.

MARQUES, César Augusto. **Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão**. Rio de Janeiro: Fonfon e Seleta, 1970.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. In: STEDILE, João Pedro. (Org.) **A questão agrária no Brasil: interpretações sobre o camponês e o campesinato**. São Paulo: Outras Expressões, 2016. p. 35-54.

MARTINI, Jerônimo Augusto. O plantador de eucaliptos: A questão da preservação florestal no Brasil e o resgate documental do legado de Edmundo Navarro de Andrade. 2004. 261 f. **Dissertação** (Mestrado em História Social) .– Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1975.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e Violência**. A questão política no campo. 3. Ed. São Paulo: HUCITEC, 1991.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.

MARX, Karl. O capital. (1867). **O capital: crítica da economia política**. vol. I, Tomo I, São Paulo: Abril Cultural, (Coleção os Economistas), 1984.

MARX, Karl. **Manuscritos económico-filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1963.

MASSEY, Doreen B. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Tradução: Hilda Pareto Maciel, Rogério Haesbaert. – Rio de Janeiro: Bertrand, 2008.

MASSEY FERGUSON. **“Gaúchos” descobrem novo eldorado no Maranhão**. Disponível em:

<http://www.massey.com.br/portugues/campo/edicao_65/campo_frenteiraagricola1.a.sp>. Noticiado em: 02 nov. 2007. Acesso em: 5 set. 2016.

MAUSS, Marcel. “Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas”. In: _____. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003. p. 183-314.

MELO, F. H. de. A composição da produção no processo de expansão da fronteira agrícola brasileira. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 5, n. 1, 1985. p. 86-11.

MEIRELES, Mário Martins. **História do Maranhão**. – 3ª ed. – São Paulo: Siciliano, [1960] 2001. 392 p.

MESQUITA, B. A. **Expansão e transformação da pecuária bovina no Maranhão sob a ação governamental e as forças de mercado: Ritmos e rumos da ação do capital no período de 1970/200**. São Luís. 2006. Tese (Doutorado)., co-tutelle, Université de la Sorbonne Nouvelle, PARIS 3 /UFMA.

MESQUITA, B. A. **Desenvolvimento Econômico Recente do Maranhão; uma análise do crescimento do PIB e perspectiva**. 1ª. ed. São Luís: IMESC, 2008. p. 70.

MESQUITA, B. A. **O desenvolvimento desigual da agricultura: a dinâmica do agronegócio e da agricultura familiar**. 1. ed. São Luís: EDUFMA, 2011. v. 1. p. 114.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1988.

NOGUEIRA, Mônica Celeida Rabelo. **Gerais a dentro e a fora: identidade e territorialidade entre Geraizeiros do Norte de Minas Gerais**. 2009. 233 f. Tese (Doutorado) Departamento de Antropologia – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

NERY, Hernane Magalhães; GERMANI, Guiomar Inez; OLIVEIRA, Glica Garcia de. Estado e fronteira: reflexões a partir da frente pioneira do estado da Bahia. In: FONSECA, Antonio Angelo Martins de; PERTILE, Noeli; CALDAS, Alcides dos Santos; BRITO, Cristovão. (Org.). **Estado, território e a dinâmica das fronteiras: reflexos e novos desafios**. Salvador: JM Gráfica e Editora, 2013.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4ª Ed. – São Paulo: Contexto, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de produção capitalista e agricultura**. São Paulo: Ática, 1987.

OLIVERA, Danniell Madsson Vieira. **Das varedas das encostas aos variantes da firma no Baixo Parnaíba Maranhense: as (re) organizações territoriais como forma de manutenção camponesa diante da ação de uma grande empresa – Suzano celulose** (Dissertação de mestrado).; Niterói, 2015.

PAULA ANDRADE, Maristela de. “Mudas de eucalipto no cemitério dos anjinhos: conflitos entre posseiros e empresas do Grupo Industrial João Santos no Leste

Maranhense”. IN: GONÇALVES (org.). **Carajás: desenvolvimento ou destruição? Relatórios de pesquisa**. São Luís: Comissão Pastoral da Terra, 1995b.

PAULA ANDRADE. Maristela de. “A Produção de Carvão Vegetal no Leste Maranhense: consequências da devastação do cerrado e da concentração fundiária para a economia camponesa”. In: GONÇALVES (org.). **Carajás: Desenvolvimento ou Destruição?** Relatórios de pesquisa. São Luís: CPT, 1995a.

PAULA ANDRADE. Maristela de. Mudanças de eucalipto no Cemitério dos Anjinhos: conflitos entre posseiros e empresas do Grupo Industrial João Santos no Leste Maranhense. In: PAULA ANDRADE, Maristela de. - (Coord.). **Carajás: desenvolvimento ou destruição?** Relatórios de Pesquisa. São Luís: CPT; Belém: Coordenação do Seminário Consulta Carajás, 1995b. p. 79-105.

PAULA ANDRADE. Maristela de. **Os gaúchos descobrem o Brasil:** projetos agropecuários contra a agricultura camponesa. - Posfácio de Marcelo Sampaio Carneiro; Leonardo N. Evangelista; Anderson S. Vieira. - São Luís: EDUFMA, 2008. 228 p.

PEDROSA, Luis Antonio Câmara. **A questão agrária no Maranhão.** < <http://www.abda.com.br/texto/LuisACPedrosa.pdf> >. Acesso em: 30 de Abril de 2017.

PEREIRA FILHO, Jomar Fernandes. Formação econômica do Maranhão: superexploração e estado oligárquico como entraves ao desenvolvimento. In: **Anais da VII da Jornada Internacional de Políticas Públicas 2015**. São Luís: UFMA, 2015.

Perroux, François. **Économie et société : contrainte, échange**, don, Paris, PUF, 1961.

PLOEG, Jan. Dowe. van der. “Sistemas de conocimiento, metáfora y campo de interacción: El caso del cultivo de la patata en el altiplano peruano, in: VIOLA, A. (comp.), **Antropología del Desarrollo – teoría y estudios etnográficos em América Latina**, Barcelona, Paidós, 2000, p.359-383.

PINTO, Maria D. Nogueira. Sabores e saberes da casa de mani: a mandioca nos sistemas culinários, in CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (Org.). **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 32, 2005. p. 280-302.

PORRO, R. **Expansão e trajetórias da pecuária na Amazônia: vales dos rios Munim e Pindaré – Maranhão**. Brasília: Ed. UnB, 2004.

Porto-Gonçalves, C. W. **A globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

PRADO JUNIOR, C. **História econômica do Brasil**. 28. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

QUEIROZ, Luiz Roberto de Souza; BARRICHELO, Luiz Ernesto George. **A Celulose de Eucalipto – Uma oportunidade brasileira**. São Paulo: Avis Brasilis Editora, 2000.

REYNOLDS, R. R. C.; WOODS, P. J. Natural versus man-made forest as buffer against environmental deterioration. **Forest Ecology and Management**, 1977. p. 83-96.

RODRIGUES, S. J. D. **organização camponesa em Balsas/MA e a expansão do agronegócio da soja: implicações da resistência camponesa no Sul do Maranhão**. 2010. 111 f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

RODRIGUES, S. J. D. **Quem não tem é escravo de quem tem: Migração camponesa e a reprodução do trabalho escravo contemporâneo**. 2016. 213 f. Tese (Doutorado) Programa de Pós Graduação em Geografia – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. (Coleção Ciências Sociais, Série Realidade Social). São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, Milton. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI** (em colaboração com Maria Laura Silveira), Record, Rio de Janeiro, 2001.

SANTOS, Milton. 1979. **Economia espacial: críticas e alternativas**. São Paulo: HUCITEC, 1979.

SANTOS, Murilo; PAULA ANDRADE, Maristela de. **Fronteiras: a expansão camponesa na pré-Amazônia maranhense**. Coleção Antropologia e Campesinato no Maranhão. Vol. 4. PAULA ANDRADE, Maristela de; SOUZA FILHO, Benedito. – (orgs.). – São Luís: EDUFMA: PPGCSoc, GERUR, 2009.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Aguardente de mandioca do Maranhão vira bebida de luxo no RJ**.

<https://www.sebraeinteligenciasetorial.com.br/produtos/noticias-de-impacto/aguardente-de-mandioca-do-maranhao-vira-bebida-de-luxo-no-rj/5655aa7ea4a5741d0050fa8b>. Acesso em: 30/03/2017.

SHANIN, Teodor. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações**. Presidente Prudente: Revista Nera, ano 8, n.7, 2005.

SHIRAIISHI NETO, Joaquim. Grilagem de terra no Leste Maranhense. In: PAULA ANDRADE, Maristela de. - (Coord.). **Carajás: desenvolvimento ou destruição?**. Relatórios de Pesquisa. São Luís: CPT; Belém: Coordenação do Seminário Consulta Carajás, 1995. p. 67-77.

SILVA, Carlos Alberto Franco. Fronteira agrícola capitalista e ordenamento territorial. In: SANTOS, Milton et al.. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006, p. 283-311.

SILVA, José Graziano da. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SOJA, Edward W. **Geografias Pós-Modernas: a reafirmação da teoria social crítica**. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, V. A. B; ARAÚJO, E. C. E.; VASCONCELOS, L. F. L.; LIMA, P. S. da C. *Variabilidade de características físicas e químicas de frutos de germoplasma de bacuri da região Meio-Norte do Brasil*. **Revista Brasileira de Fruticultura**, Cruz das Almas, v. 23, n. 3, p. 677-683, 2001.

SOUZA, V. A. B; et al.; **O bacurizeiro (Platonia insignis Mart.)**. Jaboticabal: FUNEP, 2000. 72 p. (Série Frutas Nativas, 11).

SOUZA FILHO, Benedito. **Os pretos de Bom Sucesso: terra de preto, terra de santo, terra comum**. São Luís: EDUFMA, 2008. 314 p.

STCP ENGENHARIA DE PROJETOS Ltda. **EIA-RIMA da área destinada a implantação do projeto florestal da MARGUSA no Nordeste do Estado do Maranhão**. Curitiba: STCP, 2006.

TROVÃO, J. R. **O processo de ocupação do território maranhense**. São Luís: IMESC, 2008. (Cadernos IMESC, 5).

VALVERDE, Orlando. Geografia da pecuária no Brasil. **Finisterra**, V. 2, N. 4, 1967.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da transamazônica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir de uma fronteira em movimento**. São Paulo: Difel, 1976.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de expansão e estruturas agrárias**. Rio de Janeiro: Editores, 1981.

VENTURINE FILHO, W. G; MENDES, B. P. Fermentação alcoólica de raízes tropicais. In: MARNEY, Pascoli Cereda; Olivier François Vilpoux. (Org.). **Tecnologia, usos e potencialidades de tuberosas amiláceas latino americanas**. São Paulo: Fundação Cargill, 2004, v. 3, p. 530-575.

VIA CAMPESINA. **O Latifúndio dos Eucaliptos: informações básicas sobre as monoculturas de árvores e as indústrias de papel**. Disponível em: <<http://viacampesina.org/en/>>. Acesso em: 25 de maio. 2011.

VITAL, M. H. Impacto ambiental de florestas de eucalipto. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 28, p. 235-276, dez. 2007.

VIVEIROS, Jerônimo de. **História do Comércio do Maranhão: 1612-1895**. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1992. 2v. (primeira edição em 1954).

WAIBEL, L (1955) As Zonas Pioneiras do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Ano XVII(4): 389/417.

WANDERLEY, Maria Nazareth B. **O mundo rural como um espaço de vida – reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**, Porto Alegre, UFRGS, 2009.

WOLF, Eric. **Sociedades Camponesas** [1966]. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

WOORTMAN, Ellen F. **Herdeiros, Parentes e Compadres**. São Paulo/Brasília: Hucitec / EdUnB, 1995.

APÊNDICE A - O RECORTE ESPACIAL: DO LESTE MARANHENSE E ÀS DISTINTAS CONFIGURAÇÕES TERRITÓRIO/ESPACIAIS DO BAIXO PARNAÍBA

Por não se tratar do cerne desta dissertação, a discussão acerca das distintas configurações do Baixo Parnaíba é uma análise à parte, cabendo ao leitor optar pela leitura, desta forma, relocamos para o apêndice tal discussão.

O Leste Maranhense, onde está inserida a maior parte Baixo Parnaíba³², é uma das cinco mesorregiões que formam a divisão político-administrativa do estado do Maranhão, localiza-se próxima à divisa com o estado do Piauí, formadas por 44 municípios, em uma área de 70.606,230 km² e população estimada em 1.396.456 habitantes (IBGE, 2015). Atualmente, é constituída, conforme classificação do IBGE, por seis microrregiões: Chapadinha, Coelho Neto, Baixo Parnaíba Maranhense, Chapadas do Alto Itapecuru, Codó, e Caxias.

O Baixo Parnaíba é percebido em diversas espacialidades, para diferentes usos e finalidades, por exemplo, o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, que administra o Programa Nacional de Desenvolvimento de Territórios Rurais. O PRONAT busca organizar a demanda social em torno da gestão e construção de um Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS, estimulando, nesse processo, o fortalecimento dos atores para a gestão social. Instrumentalizar o Território Baixo Parnaíba para desencadear implantação do desenvolvimento territorial, a partir da dinamização das economias, do estabelecimento de parcerias e o investimento no capital social (BRASIL, 2005). Para o BRASIL (2005. p. 08), neste caso, a classificação do território significa:

Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizados por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial.

Mesquita (2011) Entre 1995/2007, as atividades de produção carvão vegetal e o plantio de florestas homogêneas (eucalipto) cresceram muito. No mesmo

³² Os municípios de Barreirinhas, Paulino Neves e Tutóia Estes fazem parte da mesorregião Norte Maranhense.

período, ocorre a expansão de relações capitalistas de produção consubstanciadas em aumento expressivo dos proprietários e queda dos não proprietários (arrendatários/parceiros e posseiros).

Além disso, o território combina a proximidade social, favorecendo a solidariedade e a cooperação com a diversidade dos atores sociais, melhorando assim a articulação dos serviços públicos, organizando melhor o acesso ao mercado interno, chegando ao compartilhamento de uma identidade própria e alicerçando a construção do capital social.

Em 1995, através da Lei Nº 7356, o Governo do Estado do Maranhão criou as 18 Gerências Regionais Administrativas – GRA, dentre as quais, a Região de Desenvolvimento do Baixo Parnaíba Maranhense, com o objetivo de reforçar a identidade conjunta de todos os seus municípios componentes, foram propostos títulos que fazem referências ao relevo, à hidrografia, à vegetação, à importância turística, à herança étnica, à influência socioeconômica, política e cultural, conforme a seguir especificado.

Entre 1998 e 2006, o planejamento estadual “navegou” em sucessivas regiões pontuais, conforme a percepção de cada unidade administrativa, embora a referência fosse as citadas gerências regionais. Em 2007, nova proposta foi apresentada dividindo o território maranhense em 32 Regiões de Planejamento, que ainda estão em vigor (IMESC, 2015, p.12).

Para a pesquisa, me apropriei do chamado Baixo Parnaíba, no qual diz respeito a uma extensa área, envolvendo vários municípios, onde atua o Fórum em Defesa da Vida do Baixo Parnaíba Maranhense - FDVBPM³³. Este Fórum é um canal de discussões, denúncia e tomada de decisões, que foi criado em 2001 pela articulação de várias entidades, dentre as quais citamos Pastorais Sociais da Igreja Católica, Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, Associações de Moradores e de Bairro de alguns municípios maranhenses continuamente alcançados por problemas diversos, decorrentes da implantação de empreendimentos da cana-de-açúcar, soja e do eucalipto, mais recentemente, de parques eólicos nos Lençóis Maranhenses. Além desses, outros movimentos e com presença nessa extensa área conhecida como Baixo Parnaíba, são: o Fórum Carajás, o Fórum de Direitos Humanos – FDBPM; a Sociedade Maranhense de

³³ Para maiores informações: <https://smdhvida.wordpress.com/>.

Direitos Humanos - SMDH e o Centro de Cultura Negra do Maranhão - CCN (GASPAR; RÊGO; PAULA ANDRADE, 2008; OLIVEIRA, 2015).

A região em questão já conheceu diferentes conformações em termos de suas fronteiras político administrativas, assim como integrou distintas unidades de planejamento econômico ao longo do tempo. Desta forma, Oliveira (2015) se refere ao Baixo Parnaíba como aquele ligado às diferentes formas de resistência dos grupos camponeses em questão, não confundido com aquela microrregião, de mesmo nome, tal como classificada pelo IBGE, ou pelo Território da Cidadania também homônimo. Além disso, esse Baixo Parnaíba, aqui referido, abarca alguns municípios da mesorregião definida pelo IBGE como Norte Maranhense. Deste modo, o Leste Maranhense referido neste texto avança sobre algumas (de) limitações de classificações oficiais, levando em consideração como critério de coesão regional a expansão contínua do agronegócio concomitante aos conflitos ambientais (ACSELRAD, 2004, p. 26) no Cerrado Leste Maranhense.

A respeito das categorias território e territorialização, estas dizem respeito ao imbricamento entre territorialidades/identidades, destacada por Haesbaert (1995) quando explica que:

O território envolve sempre, ao mesmo tempo, mas em diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de “controle simbólica” sobre o espaço onde vivem (sendo também, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos (HAESBAERT, 1995, p. 42).

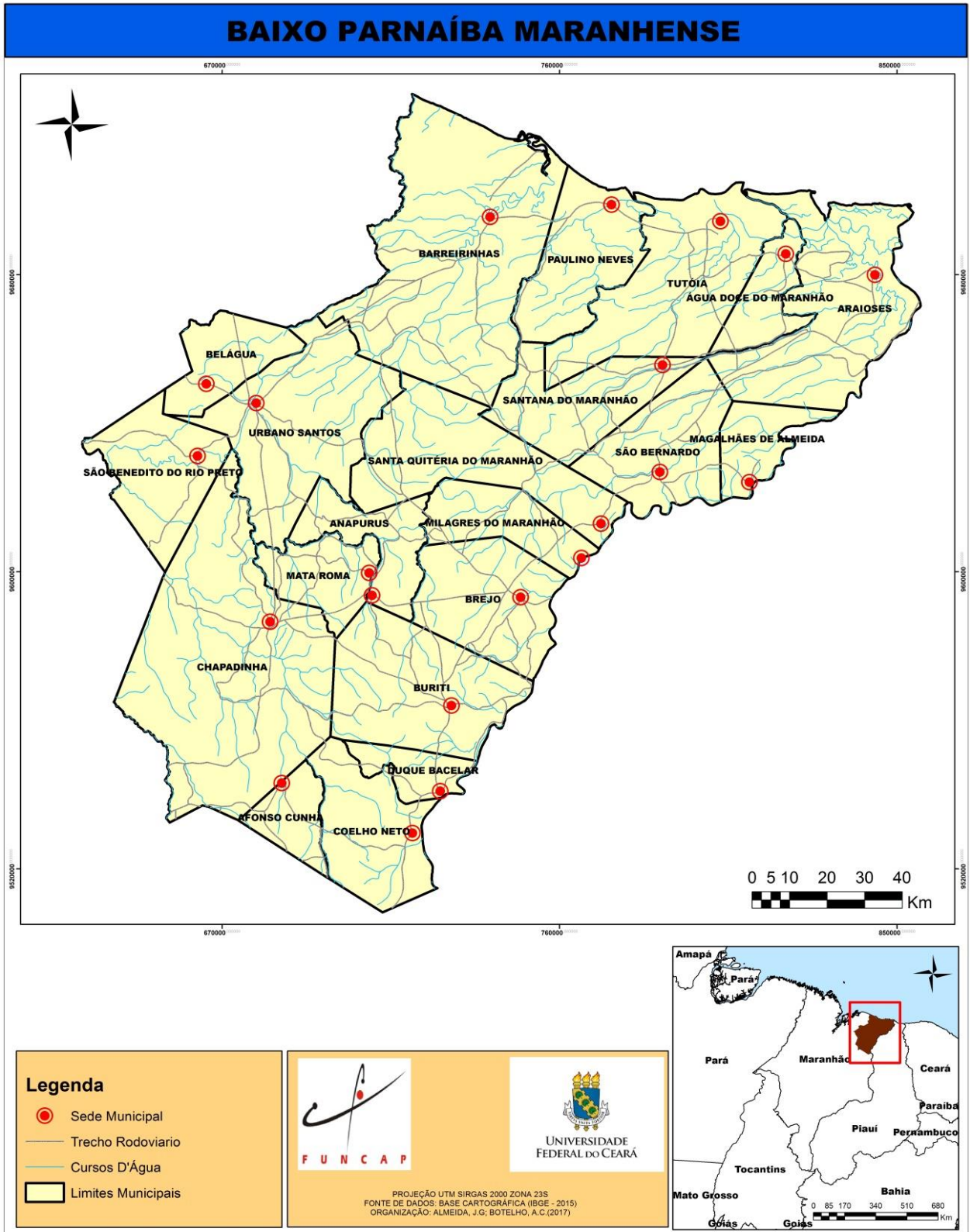
A ideia de “territorialidade” discutida, em caráter sucinto aqui, é concebida tal como, “lugares” de poder e de subjetividades que vão além das noções de espaço físico e geográfico, trata-se, antes de qualquer coisa, de espaços de sentido, de ação e de transformação, agenciados e/ou orquestrados pelos indivíduos, tanto no campo pessoal, íntimo e privado; quanto na esfera da coletividade, da troca e reciprocidade. Assim:

O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio da qual um sujeito se sente “em casa”. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos,

nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos (GUATTARI e ROLNIK, 1986, p.323).

Esse território alternativo, chamado Baixo Parnaíba, abrange vinte e um municípios (MAPA 05), dentro da classificação oficial do IBGE, estes municípios estariam distribuídos entre quatro microrregiões. Esses mesmos municípios estariam inseridos, segundo o IBGE, em sua maior parte na mesorregião Leste Maranhense. Da microrregião dos Lençóis Maranhenses, na mesorregião Norte Maranhense. O Baixo Parnaíba possui área de 23.243,784 km² e população estimativa em 587.503 habitantes (IBGE, 2016).

ANEXO B – LOCALIZAÇÃO DO BAIXO PARNAÍBA



Organização: Juscinaldo Góis Almeida, Adielson Correia Botelho (2017).

Chapadinha é considerada polo administrativo do Baixo Parnaíba, possui população de 78.348 habitantes, segundo estimativas do IBGE (2016). Destaca-se, ainda, pelo extenso 3.247,38 km² de território, É uma cidade que dispõe de uma maior quantidade de serviços como rede hoteleira, bancos, hospitais, supermercados, faculdades, estação rodoviária e diversificado comércio, o que lhe confere a passagem cotidiana de inúmeras famílias residentes em outras localidades ou cidades próximas. Atualmente, tem como grande atividade agrícola a plantação de soja. Sua economia é predominantemente baseada no setor de comércio e serviços, sendo incipiente a indústria (basicamente concentrada na construção civil, olarias, e também metalurgia).

Outro fator importante para o crescimento de Chapadinha foi complementação da BR 222 e a MA 230, ligando o Maranhão com o Ceará, através da ponte da Jandira sobre o rio Parnaíba, dando assim mais esperança a Chapadinha de melhorar sua estrutura socioeconômica em razão do fluxo de veículos que circula por este trecho, que diminuiu também a distancia entre São Luís e a cidade de Fortaleza no Ceará.

ANEXO C – POPULAÇÃO RESIDENTE POR DOMICÍLIO NO BAIXO PARNAÍBA
(1980 – 2010)

Municípios	Situação do domicílio	Ano			
		1980	1991	2000	2010
Afonso Cunha	Urbana	586	1.589	2.255	3.234
	Rural	2.836	2.991	2.425	2.671
Água Doce do Maranhão	Urbana	-	-	2.747	3.133
	Rural	-	-	6.956	8.448
Anapurus	Urbana	1.515	3.269	4.601	7.164
	Rural	7.039	6.980	5.679	6.775
Araioses	Urbana	6.537	8.504	9.134	12.045
	Rural	37.814	35.525	25.772	30.460
Barreirinhas	Urbana	4.948	7.442	13.209	22.053
	Rural	21.640	22.198	26.460	32.877
Belágua	Urbana	-	-	1.829	3.263
	Rural	-	-	3.424	3.261
Brejo	Urbana	5.818	8.452	10.656	12.340
	Rural	19.743	18.701	16.857	21.019
Buriti	Urbana	3.260	4.900	7.195	8.399
	Rural	18.905	17.956	16.931	18.614
Chapadinha	Urbana	16.595	28.694	37.231	52.882
	Rural	36.051	28.168	24.091	20.468
Coelho Neto	Urbana	11.577	31.052	34.747	38.729
	Rural	12.893	8.617	7.467	8.021
Duque Bacelar	Urbana	1.872	2.725	4.173	5.340
	Rural	6.089	4.814	5.240	5.309
Magalhães de Almeida	Urbana	4.306	5.067	6.279	8.963
	Rural	6.934	6.428	6.742	8.624
Mata Roma	Urbana	1.886	3.784	5.235	7.132
	Rural	8.017	6.823	6.564	8.018
Milagres do Maranhão	Urbana	-	-	1.399	1.760
	Rural	-	-	3.750	6.358
Paulino Neves	Urbana	-	-	3.413	4.654
	Rural	-	-	8.113	9.865
Santa Quitéria do Maranhão	Urbana	3.611	6.712	11.499	14.141
	Rural	14.738	14.225	16.651	15.050
Santana do Maranhão	Urbana	-	-	1.340	1.842
	Rural	-	-	9.604	9.819
São Benedito do Rio Preto	Urbana	3.043	5.947	9.173	11.049
	Rural	10.087	9.110	7.269	6.750
São Bernardo	Urbana	2.152	4.949	8.764	11.800
	Rural	20.422	19.718	13.956	14.676
Tutóia	Urbana	7.860	10.068	11.589	18.680
	Rural	31.750	33.245	26.139	34.108
Urbano Santos	Urbana	2.902	6.900	10.906	17.374
	Rural	16.968	16.488	6.697	7.199

Fonte: IBGE – Censo Demográfico.